



DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Camil Alimentos S.A.
29 de fevereiro de 2020

Demonstrações financeiras

Camil Alimentos S.A.

29 de fevereiro de 2020
com Relatório do Auditor Independente



Building a better
working world

Existimos para
alimentar relações
que trazem mais sabor
para o dia a dia!



Relatório da Administração 2019

Senhores Acionistas,

Submetemos a vossa apreciação o Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras da Camil Alimentos S.A. ("Camil" e "Companhia"), relativas aos exercícios findos em 29 de fevereiro de 2020 ("2019") e 28 de fevereiro de 2019 ("2018"), acompanhadas das respectivas Notas Explicativas e do Relatório dos Auditores Independentes. As informações apresentadas neste material estão disponíveis no site de Relações com Investidores da Camil (www.camil.com.br/ri) e no site da Comissão de Valores Mobiliários – CVM (www.cvm.gov.br).

1. Descrição dos Negócios da Companhia

A Companhia é uma sociedade anônima de capital aberto listada no segmento especial denominado Novo Mercado da B3 sob o código "CAML3", que se dedica ao beneficiamento, processamento, produção, empacotamento e comercialização de arroz, feijão, açúcar, pescados enlatados (sardinha e atum), dentre outros alimentos. A Companhia possui atuação no Brasil, Uruguai, Chile e Peru, com portfólio diversificado de marcas tradicionais, consolidadas e com reconhecimento pelos consumidores.

As atividades da Companhia tiveram início no ano de 1963, sob a forma de uma cooperativa no setor de arroz, e desde então, vem se expandindo tanto organicamente quanto por meio de aquisições de empresas e/ou marcas de alimentos no Brasil e em alguns dos principais países da América do Sul. Atualmente, a Camil possui um amplo portfólio de marcas, incluindo Camil, Namorado, União, Da Barra, Coqueiro e Pescador no Brasil, Saman no Uruguai, Tucapel no Chile, e Costeño e Paisana no Peru. Com essas marcas a Companhia possui uma posição destacada nos mercados em que atua.

2. Mensagem da Administração

A Camil enfrentou um ano de 2019 altamente competitivo, cenário do qual a Companhia sai ainda mais preparada e robusta para enfrentar oportunidades futuras. Avançamos em diferentes iniciativas de redução de custos e despesas, fortalecimento de nossas operações, consistência na execução da estratégia de crescimento orgânico e expansão por meio de aquisições.

Alcançamos um ano marcado pelo crescimento de volume em nossas operações tanto no Brasil quanto no Internacional, com receita bruta acima de R\$6,2 bilhões, um crescimento de dois dígitos frente ao ano anterior, fruto do maior volume de vendas e incorporação da SLC Alimentos, que impulsionou a ampliação de nossa liderança no mercado de grãos no Brasil. Reforçando a estratégia da Companhia de expansão internacional para novas categorias, anunciamos a aquisição da unidade de negócios de *Pet Food* da Empresas Iansa S.A no Chile. A aquisição representa um importante passo para a expansão das operações chilenas da Camil em novas categorias e fortalecimento de sua competitividade no Chile, país no qual a Camil possui histórico de constante crescimento e rentabilidade através de sua subsidiária Tucapel.

Iniciamos o ano com cenário de subida de preços da matéria-prima, em especial na categoria de grãos no Brasil, aumento da competição e dificuldade de repasse de preços ao mercado. Diante desse cenário, tomamos medidas para enfrentar um ambiente competitivo e minimizar os efeitos negativos em nossa rentabilidade. Nossas ações demonstraram bons frutos: mesmo com crescimento de volumes em um cenário de alta nos preços de fretes no mercado, reduzimos a representatividade das despesas de vendas em nossa receita líquida no ano. Conseguimos observar o mesmo efeito nas despesas gerais e administrativas, fruto das iniciativas de redução de custos e despesas implementadas pela Companhia no último ano. Nosso foco no modelo de precificação e melhorias que trouxemos em processos e sistemas também nos ajudou a tomar decisões de forma mais eficiente e minimizar o impacto de alta competição e dificuldade de repasse de preços. Do ponto de vista industrial ajustamos nossas operações e inauguramos duas importantes unidades: i) em Suape/PE com produção multicategoria em arroz, feijão e açúcar e em Barra Bonita/SP para produção e empacotamento de açúcar. Investimos em fábricas modernas e automatizadas, nos auxiliando na expansão e fortalecimento da presença do Nordeste e aumentando nossa competitividade e eficiência em açúcar. No mercado Internacional continuamos com dinâmica favorável e resultados positivos. Observamos a recuperação das exportações do Uruguai, retomada de crescimento de vendas no Peru e observamos contínua performance positiva em nossas operações no Chile em volume e rentabilidade.

Do ponto de vista financeiro, concluímos dois programas de recompra no ano, sendo o último em novembro de 2019, com a aquisição de aproximadamente 30,6 milhões de ações a preços atrativos, reforçando nossa estratégia de geração de valor aos nossos acionistas. Adicionalmente, concluímos a emissão de R\$600 milhões em debêntures em abril de 2019, vinculadas a emissão de CRA, instrumento utilizado desde o início de nosso trabalho de gerenciamento do endividamento, com custos próximos a 100% da Taxa DI, o que possibilitou a substituição de financiamentos com custos mais altos. Com isso, a alavancagem da Companhia encerrou o ano em 2,3x.

Como evento subsequente, nos deparamos com o cenário da pandemia do Covid-19 que trouxe desafios adicionais para o dia-a-dia das empresas nos países e nos mais diversos segmentos, e para a Camil não foi diferente. Como empresa do setor de alimentos, a Camil deve garantir a população nos segmentos que atua acesso a alimentos, sem perder de vista a segurança e saúde de seus colaboradores e das comunidades que se relaciona. Desta forma, a Companhia implementou um plano de contingência com uma série de medidas para enfrentamento ao vírus com o objetivo de garantir a continuidade de seus negócios e a segurança de seus colaboradores e operações.

Frente as dificuldades apresentadas, seguimos as orientações do Ministério da Saúde e entidades governamentais de cada país e adaptamos a nossa rotina protegendo e educando os colaboradores contra as ameaças da doença. Dentre as principais medidas destacamos: criação de um comitê de crise para a gestão diária das ações necessárias para assegurar a segurança de nossos colaboradores, realização de intensa comunicação, fóruns de discussão e orientação sobre prevenção ao Covid-19, afastamento de colaboradores do grupo risco, intensificação de técnicas de higiene pessoal e reforço do uso de barreira sanitárias nas unidades operacionais. Adicionalmente, reforçamos a gestão do nível de estoque de matéria-prima, insumos e produtos acabados e reorganização da produção, ações para garantir o distanciamento seguro entre colaboradores evitando aglomerações, suspendemos a participação de todos em eventos corporativos, reuniões presenciais e viagens por comunicação entre unidades de forma remota por meio eletrônico, assim como adotamos o trabalho remoto no escritório corporativo. Continuamos operando e reafirmando o compromisso com a segurança dos colaboradores, garantindo o atendimento de nossos clientes para que não falte alimentos nas comunidades e regiões onde atuamos na América do Sul.

Além das iniciativas de preservação da saúde, segurança de seus colaboradores, e garantia o suprimento de alimentos a população em meio a pandemia de Covid-19, a Camil fortaleceu sua liquidez financeira de curto prazo. Diante das incertezas econômicas, de forma preventiva, a Camil garantiu sua necessidade financeira para o ano de 2020 através da captação de empréstimos no valor de aproximadamente R\$1,3 bilhão em março e abril de 2020, incluindo os recursos necessários para concretizar a aquisição dos negócios de *Pet Food* no Chile.

A Camil continua acreditando no mercado de alimentos na América do Sul, que combina resiliência, oportunidades de crescimento e tende a ser menos impactado pela pandemia do Covid-19. Analisando as perspectivas futuras, crescimento sustentável continua sendo nossa maior prioridade. Com fortes marcas, plataforma diferenciada e posicionamento de liderança, possuímos múltiplas oportunidades de crescimento nos segmentos de atuação, desenvolvimento de novos mercados e entrada em novas categorias. Iniciamos um novo ano em um cenário desafiador de pandemia, porém com nossa energia renovada seguiremos focados em nossa estratégia. Abrimos fóruns estruturados de discussão em 2019 com espaço para que todos contribuíssem na construção da estratégia da Companhia para os próximos anos e estamos cada vez mais confiantes que esse é o caminho para antecipar tendências e fortalecer nossa posição de consolidador no setor de alimentos da América do Sul.

Luciano Quartiero

Diretor Presidente

Flavio Vargas

Diretor Financeiro, de Relações com Investidores e Tributário

3. Destaques do Ano

Comunicados e Notícias

🕒 Fevereiro 2020

Aquisição da Unidade de Negócios Pet Food da Empresas Iansa S.A: Anunciamos a aquisição da Unidade de Negócios *Pet Food* da Empresas Iansa S.A (“LDA”). A LDA opera no Chile como um dos líderes em marca de produtos de *pet food*, com *market share* significativo e elevado potencial de crescimento. A aquisição está alinhada com a estratégia da Companhia e representa um importante passo para a expansão das operações chilenas da Camil para novas categorias. Essa mais recente aquisição consiste em um passo importante para fortalecimento da competitividade no Chile, país no qual a Camil possui histórico de constante crescimento e rentabilidade por meio de sua subsidiária Tucapel.

O valor final da operação totalizou CLP37,0 bilhões de pesos chilenos, equivalente em fevereiro/2020 a aproximadamente R\$200 milhões de reais (ou US\$48 milhões de dólares). A conclusão da transação está sujeita à aprovação da autoridade chilena de defesa da concorrência do Chile - Fiscalía Nacional Económica (“FNE”), dentre outras condições usuais a este tipo de operação. Durante o período de análise pelo FNE as companhias continuarão operando de forma independente.

A Camil possui um histórico consistente de crescimento e ampliação de participação de mercado por meio de aquisições. Quer saber mais sobre o histórico de transações? Acesse a seção de M&A e Mercado de Capitais do site de Relações com Investidores da Companhia em <http://ri.camilalimentos.com.br/>.

Pagamento de Juros sobre Capital Próprio: O Conselho de Administração da Companhia aprovou o pagamento de juros sobre capital próprio de R\$15,0 milhões, correspondente ao valor bruto unitário de aproximadamente R\$0,04 por ação. Tiveram direito ao JCP todos os acionistas detentores de ações ordinárias de emissão da Companhia na data base de 2 de março de 2020, com pagamento realizado no dia 12 de março de 2020.

🕒 Dezembro 2019

Camil Day e Site Visit Super Barra 2019: A Camil realizou o Camil Day 2019 em um cinema de São Paulo (SP) e a visita à sua nova planta de empacotamento de açúcar Super Barra em Barra Bonita (SP). Os eventos contaram com participação de mais de 150 investidores e apresentações dos membros da diretoria da Companhia, abordando temas de eficiência industrial, resultados recentes e tirando dúvidas do mercado com relação à Camil e ao mercado.

Pagamento de Juros sobre Capital Próprio: O Conselho de Administração da Companhia aprovou o pagamento de juros sobre capital próprio de R\$15,0 milhões, correspondente ao valor bruto unitário de aproximadamente R\$0,04 por ação. Tiveram direito ao JCP todos os acionistas detentores de ações ordinárias de emissão da Companhia na data base de 11 de dezembro de 2019, com pagamento realizado no dia 23 de dezembro de 2019.

🕒 Novembro 2019

Programa de Recompra de Ações: Concluímos em novembro de 2019 o terceiro programa de recompra de ações, com a aquisição em três operações que totalizaram aproximadamente 30,6 milhões de ações detidas pelo acionista Warburg Pincus, a R\$6,25/ação, reforçando nossa estratégia de geração de valor aos nossos acionistas. O programa foi aprovado em Assembleia Geral Extraordinária pelos acionistas. A totalidade das ações em tesouraria foram canceladas, passando a Camil a deter, desde novembro 2019, um capital social de 370 milhões de ações.

🕒 Agosto 2019

Novas embalagens da linha de açúcares União: Novo design da linha de açúcares União chama mais a atenção do consumidor e facilita a identificação dos produtos em qualquer ponto de venda, além de trazer uma unidade visual muito atraente que valoriza a presença da marca. As embalagens de sucralose também ganharam nova roupagem e os sachês vieram com uma novidade: criativas mensagens ganharam ícones para ilustrar as embalagens.

Inauguração Super Barra: A Camil inaugurou em agosto de 2019 sua nova planta em Barra Bonita (interior de São Paulo), instalada próxima ao armazém e usina de nosso fornecedor estratégico de açúcar. A 13ª unidade fabril da Camil, fruto do projeto de internalização do processo de empacotamento de açúcar refinado destinado ao varejo, foi inaugurada com objetivo de aumentar nossa competitividade e eficiência em açúcar.

🕒 Junho 2019

Pagamento de Juros sobre Capital Próprio: os acionistas em Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária aprovaram o pagamento de juros sobre capital próprio de R\$6 milhões e o Conselho de Administração da Companhia aprovou o pagamento R\$15 milhões complementares, totalizando R\$21 milhões. Adicionalmente, como evento subsequente, a Companhia aprovou a distribuição adicional de R\$15 milhões de JCP, com pagamento em setembro de 2019.

🕒 Abril 2019

Emissão CRA IV da Camil Alimentos: Concluímos a 8ª emissão de debêntures vinculadas a emissão de certificados de recebíveis do agronegócio (CRA) no valor de R\$600 milhões, com distribuição pública nos termos da Instrução CVM nº 400 e amortização integral no vencimento. A 1ª série consiste em juros remuneratórios correspondentes a 98% da Taxa DI e vencimento em abril de 2023. A 2ª série consiste em juros remuneratórios correspondentes a 101% da Taxa DI, com vencimento em abril de 2025.

2º Programa de Recompra de Ações: Aprovamos o 2º Programa de Recompra da Companhia e concluímos 100% da aquisição de 3.565.275 ações ordinárias.

© Março 2019

Inauguração da nova fábrica em Suape (PE): A inauguração da nova unidade de Suape, litoral de Pernambuco, ocorreu no dia 12 de março. Com área de 6.500m² construídos e capacidade 3,5 vezes superior à antiga fábrica de Recife, a planta é a mais moderna da região com produção multicategoria (arroz, feijão e açúcar), além de contar com um centro de distribuição. A estratégia da Companhia está na ampliação da liderança no mercado brasileiro de arroz, feijão e açúcar, além de aumentar a eficiência no Nordeste.

Incorporação da SLC Alimentos: Os Acionistas aprovaram em Assembleia Geral Extraordinária da Camil a incorporação da totalidade do patrimônio líquido da SLC Alimentos, subsidiária integral da Camil, com sua consequente extinção, sendo que o capital social da Companhia permaneceu inalterado em decorrência da Incorporação.

Pagamento de Juros sobre Capital Próprio: O Conselho de Administração da Companhia aprovou o pagamento de juros sobre capital próprio de R\$20,0 milhões, correspondente ao valor bruto unitário de aproximadamente R\$0,05 por ação. Tiveram direito ao JCP todos os acionistas detentores de ações ordinárias de emissão da Companhia na data base de 29 de março de 2019, com pagamento realizado no dia 17 de abril de 2019.

Eventos Subsequentes

Financiamento para aquisição da Unidade de Negócios de Pet Food da Empresas IANSA no Chile (“LDA”): em março/2020, a Tucapel (Chile) firmou contrato de financiamento local de CLP37 bilhões (equivalente a R\$204,3 milhões ou USD45,4 milhões) à taxa de juros de 3,95%aa., a fim de viabilizar a aquisição da LDA. O fluxo de amortização do principal será realizado em 9 parcelas semestrais, iniciando em março/2022 e findando em setembro/2025.

Impactos Covid-19: Como evento subsequente, nos deparamos com o cenário da pandemia do Covid-19 que trouxe desafios adicionais para o dia-a-dia das empresas nos países e nos mais diversos segmentos. O segmento de atuação da Companhia é considerado essencial e, assim, não teve suas operações interrompidas e está seguindo as determinações das legislações governamentais em todo o seu parque fabril nos países de atuação na América do Sul.

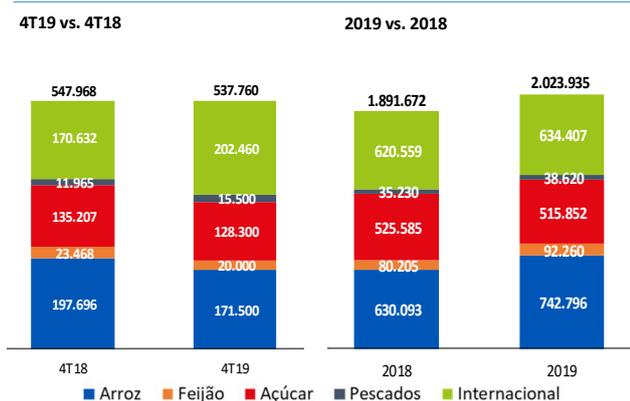
Frente as dificuldades apresentadas, seguimos as orientações do Ministério da Saúde e entidades governamentais de cada país e adaptamos a nossa rotina protegendo e educando os colaboradores contra as ameaças da doença. Dentre as principais medidas destacamos: criação de um comitê de crise para a gestão diária das ações necessárias para assegurar a segurança de nossos colaboradores, realização de intensa comunicação, fóruns de discussão e orientação sobre prevenção ao Covid-19, afastamento de colaboradores do grupo risco, intensificação de técnicas de higiene pessoal e reforço do uso de barreiras sanitárias nas unidades operacionais. Adicionalmente, reforçamos a gestão do nível de estoque de matéria-prima, insumos e produtos acabados e reorganização da produção, ações para garantir o distanciamento seguro entre colaboradores evitando aglomerações, substituímos a participação de todos em eventos corporativos, reuniões presenciais e viagens por comunicação entre unidades de forma remota por meio eletrônico, assim como adotamos o trabalho remoto no escritório corporativo. Continuamos operando e reafirmando o compromisso com a segurança dos colaboradores, garantindo o atendimento de nossos clientes para que não falte alimentos nas comunidades e regiões onde atuamos na América do Sul. Além das iniciativas de preservação da saúde, segurança de seus colaboradores, e garantia do suprimento de alimentos à população em meio a pandemia de Covid-19, a Camil fortaleceu sua liquidez financeira de curto prazo. Diante das incertezas econômicas, de forma preventiva, a Camil garantiu sua necessidade financeira para o ano de 2020 através da captação de empréstimos no valor de aproximadamente R\$1,3 bilhão em março e abril de 2020, incluindo os recursos necessários para concretizar a aquisição dos negócios de *Pet Food* no Chile.

A Companhia entende que está tomando todas as medidas adequadas para prevenir a disseminação do Covid-19, bem como assegurar a continuidade dos negócios durante o período de quarentena. Embora as operações da Companhia não tenham sido afetadas de forma relevante até o momento, a Administração da Companhia não tem como estimar ou prever a ocorrência de eventos futuros relacionados à pandemia. A Administração segue com o monitoramento de futuros impactos financeiros e avaliação de ações a serem tomadas.

4. Destaques do Resultado

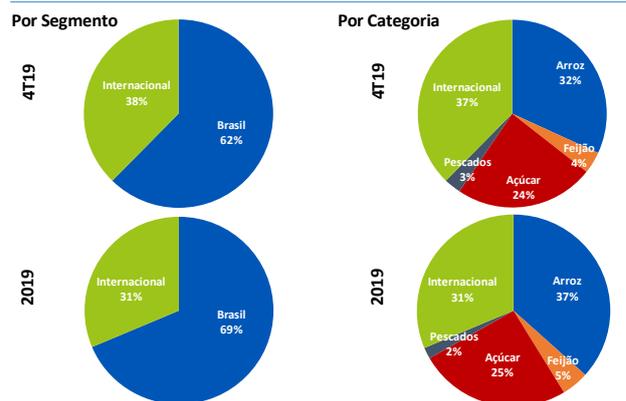
Destaques do Desempenho Operacional

Evolução Trimestral Volume (k ton)



Fonte: Companhia

Representatividade do Volume (%)



Fonte: Companhia

O 4T19 foi marcado pelo crescimento do volume de vendas de pescados (+29,5% YoY) e internacional (+18,7% YoY) e o ano de 2019 foi marcado pelo crescimento do volume de vendas de arroz +17,9% YoY, feijão +15,1% YoY, pescados +9,7% YoY e internacional +2,2% YoY.

Brasil

- Arroz**
- 4T19: Volume de 171,5 mil tons (-13,3% YoY)
 - Preço bruto de R\$2,63/kg (+6,7% YoY)
 - Preço líquido R\$2,32/kg (+8,3% YoY)
 - 2019: Volume de 742,9 mil tons (+17,9% YoY)
 - Preço bruto de R\$2,51/kg (+2,0% YoY)
 - Preço líquido R\$2,21/kg (+2,9% YoY)
- Mix de vendas:** Redução de vendas da marca líder e de ocupação no trimestre, e crescimento de marcas de ocupação no ano
- Mercado:** Preço médio atingiu R\$49,34/saca no 4T19 (+23,1% YoY) e R\$45,17/saca em 2019 (+11,8% YoY)¹
- Açúcar**
- 4T19: Volume de 128,3 mil tons (-5,1% YoY)
 - Preço bruto de R\$2,39/kg (+18,2% YoY)
 - Preço líquido R\$2,04/kg (+18,8% YoY)
 - 2019: Volume de 515,9 mil tons (-1,8% YoY)
 - Preço bruto de R\$2,21/kg (+8,1% YoY)
 - Preço líquido R\$1,91/kg (+8,7% YoY)
- Mix de vendas:** Redução de vendas da marca líder e de ocupação no trimestre e no ano
- Mercado:** Preço médio atingiu R\$74,29/saca no 4T19 (+8,2% YoY) e R\$66,87/saca em 2019 (+10,9% YoY)³

- Feijão**
- 4T19: Volume de 20,0 mil tons (-14,8% YoY)
 - Preço bruto de R\$4,87/kg (+5,3% YoY)
 - Preço líquido R\$4,58/kg (+6,0% YoY)
 - 2019: Volume de 92,3 mil tons (+15,1% YoY)
 - Preço bruto de R\$4,46/kg (+20,9% YoY)
 - Preço líquido R\$4,12/kg (+23,4% YoY)
- Mix de vendas:** Redução de vendas da marca líder e de ocupação no trimestre e no ano
- Mercado:** Preço médio atingiu R\$204,66/saca no 4T19 (+7,1% YoY) e R\$192,88/saca em 2019 (+57,3% YoY)²
- Pescados**
- 4T19: Volume de 15,5 mil tons (+29,5% YoY)
 - Preço bruto de R\$20,94/kg (+3,1% YoY)
 - Preço líquido R\$15,80/kg (+3,1% YoY)
 - 2019: Volume de 38,7 mil tons (+9,7% YoY)
 - Preço bruto de R\$20,61/kg (+1,1% YoY)
 - Preço líquido R\$15,60/kg (+1,0% YoY)
- Mix de vendas:** Crescimento de vendas da marca líder e de ocupação no trimestre e no ano
- Mercado:** Ressaltamos a continuidade da dificuldade de pesca local

Internacional

Volume de 202,5 mil tons (+18,7% YoY) no trimestre e 634,5 mil tons (+2,2% YoY) no ano. Destaque para **crescimento de volume de todos os países no trimestre e no ano:**

Uruguai

- 4T19: Volume 161,3 mil tons (+23,1% YoY)
- 2019: Volume de 461,5 mil tons (+0,9% YoY)
- Crescimento das exportações, com recuperação de vendas no 4T19 e 2019

Chile

- 4T19: Volume 19,4 mil tons (+4,1% YoY)
- 2019: Volume de 84,1 mil tons (+6,0% YoY)
- Contínuo crescimento de volume e rentabilidade positiva no 4T19 e 2019

Peru

- 4T19: Volume 21,8 mil tons (+3,7% YoY)
- 2019: Volume de 88,8 mil tons (+6,3% YoY)
- Recuperação de volumes e expansão do número de pontos de venda no 4T19 e 2019

¹Fonte: CEPEA; indicador do arroz em Casca Esalq/Senar-RS 50kg

²Fonte: Agrolink; indicador do feijão carioca Sc 60kg.

³Fonte: CEPEA; indicador do Açúcar Cristal Esalq-SP 50kg

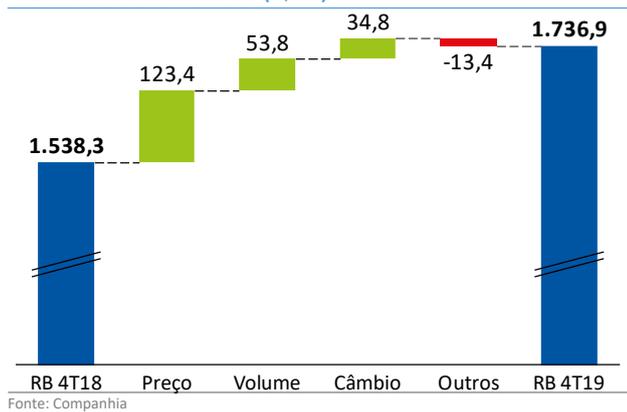
Desempenho Operacional

Destaques	4T18	3T19	4T19	4T19 vs	4T19 vs	12M18	12M19	12M19 vs.
Volumes (em mil tons)	28-Feb-19	30-nov-19	29-Feb-20	4T18	3T19	28-fev-19	29-fev-20	12M18
Brasil								
Volumes - Brasil								
Grãos	221,2	216,1	191,6	-13,4%	-11,3%	710,3	835,2	17,6%
Arroz	197,7	193,7	171,5	-13,3%	-11,5%	630,1	742,9	17,9%
Camil	147,3	139,5	124,3	-15,6%	-10,9%	579,7	545,3	-5,9%
SLC Alimentos ⁴	50,4	54,2	47,2	-6,4%	-12,9%	50,4	197,5	291,9%
Feijão	23,5	22,4	20,0	-14,8%	-10,7%	80,2	92,3	15,1%
Camil	19,4	15,9	14,7	-24,0%	-7,3%	76,1	69,4	-8,9%
SLC Alimentos ⁴	4,1	6,5	5,3	29,4%	-18,8%	4,1	22,9	462,6%
Açúcar	135,2	130,5	128,3	-5,1%	-1,7%	525,5	515,9	-1,8%
Pescados	12,0	10,0	15,5	29,5%	55,4%	35,2	38,7	9,7%
Internacional								
Volumes - Internacional	170,6	176,2	202,5	18,7%	14,9%	620,6	634,5	2,2%
Uruguai	131,0	129,1	161,3	23,1%	24,9%	457,6	461,5	0,9%
Chile	18,6	22,7	19,4	4,1%	-14,5%	79,4	84,1	6,0%
Peru	21,0	24,4	21,8	3,7%	-10,8%	83,6	88,8	6,3%
Preços Brutos (R\$/kg)								
Data Fechamento	28-Feb-19	30-nov-19	29-Feb-20	4T18	3T19	28-fev-19	29-fev-20	12M18
Brasil								
Grãos								
Arroz	2,46	2,53	2,63	6,7%	3,9%	2,46	2,51	2,0%
Feijão	4,62	4,18	4,87	5,3%	16,5%	3,69	4,46	20,9%
Açúcar	2,02	2,33	2,39	18,2%	2,2%	2,04	2,21	8,1%
Pescados	20,31	20,37	20,94	3,1%	2,8%	20,39	20,61	1,1%
Internacional								
Uruguai	1,81	2,12	1,85	2,6%	-12,5%	1,95	1,95	0,0%
Chile	5,32	5,64	5,33	0,3%	-5,4%	5,67	5,55	-2,1%
Peru	4,70	4,99	5,21	11,0%	4,4%	4,63	5,00	8,1%
Preços Líquidos (R\$/kg)								
Data Fechamento	28-Feb-19	30-nov-19	29-Feb-20	4T18	3T19	28-fev-19	29-fev-20	12M18
Brasil								
Grãos								
Arroz	2,14	2,26	2,32	8,3%	2,7%	2,15	2,21	2,9%
Feijão	4,32	3,81	4,58	6,0%	20,1%	3,34	4,12	23,4%
Açúcar	1,72	2,04	2,04	18,8%	-0,2%	1,75	1,91	8,7%
Pescados	15,33	15,95	15,80	3,1%	-1,0%	15,45	15,60	1,0%
Internacional								
Uruguai	1,78	2,09	1,83	2,7%	-12,7%	1,91	1,92	0,4%
Chile	4,53	4,69	4,49	-0,8%	-4,2%	4,83	4,69	-2,9%
Peru	4,16	4,44	4,56	9,7%	2,7%	4,12	4,37	6,1%

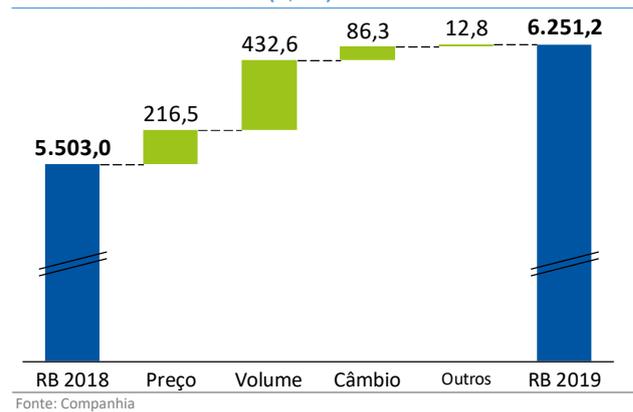
⁴ Resultados da SLC Alimentos contemplam os resultados da Companhia a partir da conclusão da aquisição (3 de dezembro de 2018).

Destaques do Desempenho Financeiro

4T19: Abertura Receita Bruta (R\$mn)



2019: Abertura Receita Bruta (R\$mn)



Receita Bruta de R\$1,7 bilhão no trimestre (+12,9% YoY) e R\$6,2 bilhões no ano (+13,6% YoY), impulsionada pelo efeito conjunto do aumento de volume, preços e câmbio no período, conforme demonstrado nos gráficos acima. **Receita Líquida** de R\$1,5 bilhão no trimestre (+12,0% YoY) e R\$5,4 bilhões no ano (+13,6% YoY). **Destacamos que a base comparativa anual é influenciada pela consolidação da SLC Alimentos a partir do 4T18.**

Os **Custos das Vendas e Serviços do trimestre** atingiram R\$1,2 bilhão (+14,3% YoY) no trimestre, ou 77,4% da receita líquida, principalmente, devido ao crescimento do CPV do Brasil (+14,3% YoY), impulsionada pelo crescimento dos preços médios de mercado, e pelo Internacional (+22,2% YoY), impulsionado pelo crescimento no volume de vendas do segmento. **No ano**, os **Custos das Vendas e Serviços** atingiram R\$4,1 bilhões (+17,5% YoY), ou 76,8% da receita líquida, principalmente, devido ao crescimento do CPV do Brasil (+21,2% YoY), impulsionada pelo crescimento dos preços médios de mercado, e no CPV Internacional (+8,4% YoY), impulsionado pelo crescimento no volume de vendas do segmento, impacto cambial e crescimento de preços no período.

Lucro Bruto

Lucro Bruto atingiu **R\$337,7 milhões (+4,7% YoY) com margem de 22,6% (-1,6pp YoY) no trimestre.** **No ano**, o mesmo indicador atingiu **R\$1,3 bilhão (+2,4% YoY) com margem de 23,2% (-2,5pp YoY).**

SG&A no trimestre atingiu **R\$244,0 milhões (-7,2% YoY), equivalente a 16,4% da receita líquida (-3,4pp YoY).** A redução no trimestre ocorreu, principalmente, no SG&A Brasil (-10,9% YoY) com redução de volumes no período e em função das iniciativas de redução de custo e despesas implementadas pela Companhia no último ano. Esse resultado foi parcialmente compensado pelo crescimento do SG&A Internacional (+2,4% YoY), com crescimento de volumes e impacto cambial do período. **No ano**, o **SG&A** atingiu **R\$954,5 milhões (+3,3% YoY), equivalente a 17,7% da receita líquida (-1,8pp YoY).** O crescimento no ano ocorreu, principalmente, no SG&A Brasil (+4,0% YoY) com crescimento de volumes no período e consolidação do resultado da SLC Alimentos na base comparativa a partir do 4T18. **Vale destacar que a redução da representatividade do SG&A na receita líquida do trimestre e do ano reflete uma melhor eficiência da Companhia, fruto desses esforços realizados no plano de controle de custos e despesas do período**, com destaque para o controle de custos de frete e despesas administrativas.

Outras receitas (despesas) operacionais (excluindo equivalência patrimonial) atingiram **R\$0,8 milhão no trimestre (vs. R\$28,9 milhões no 4T18) e R\$2,5 milhões no ano (vs. R\$85,2 milhões em 2018).** Relembramos que a base comparativa do ano passado foi afetada pelo reconhecimento de receitas de créditos fiscais, entre outros efeitos não recorrentes.

EBITDA

EBITDA atingiu **R\$137,1 milhões (+19,0% YoY) com margem de 9,2% (+0,5pp YoY) no 4T19 e R\$441,7 milhões (-8,6% YoY) com margem de 8,2% (-2,0pp YoY) no ano** Comparado ao resultado ajustado de 2018⁵, o **EBITDA** apresentou variação de **+57,0% YoY e a margem +2,6pp YoY no 4T19 e +9,3% YoY e -0,3pp no ano**

Resultado Financeiro líquido atingiu despesa de R\$13,7 milhões no trimestre (-17,6% YoY) em função, principalmente dos resultados com derivativos YoY. No ano, o resultado financeiro líquido atingiu uma despesa de R\$62,1 milhões (vs. R\$16 milhões em 2018). Destacamos que a base comparativa do 2018 foi impactada por receitas financeiras não recorrentes referentes ao reconhecimento de atualizações monetárias dos créditos fiscais reconhecidos no período.

Imposto de Renda e CSLL atingiu R\$0,2 milhões positivos no trimestre (-99,1% YoY) e R\$3,5 milhões positivos no ano (vs. -R\$3,6 milhões em 2018), principalmente pelos efeitos da exclusão de subvenções sobre investimentos relativos aos créditos de ICMS e pagamento de JCP.

Lucro Líquido

Lucro Líquido atingiu **R\$83,6 milhões (-16,6% YoY) com margem de 5,6% (-1,9pp YoY) no 4T19 e R\$239,6 milhões (-33,9% YoY) com margem de 4,4% (-3,2pp YoY) no ano** Comparado ao resultado ajustado de 2018⁵, o **Lucro Líquido** apresentou variação de **+7,8% YoY e a margem -0,2pp YoY no 4T19 e -2,5% YoY e -0,7pp no ano**

⁵ Comparações referentes ao Resultado Ajustado de 2018 exclui da base comparativa o efeito de receitas e despesas não recorrentes nos períodos.

Desempenho Financeiro Consolidado

Demonstrativos (em R\$ milhões)	4T18	3T19	4T19	4T19 vs	4T19 vs	12M18	12M19	12M19 vs.
Data Fechamento	28-fev-19	30-nov-19	29-fev-20	4T18	3T19	28-fev-19	29-fev-20	12M18
Receita Bruta	1.538,3	1.656,2	1.736,9	12,9%	4,9%	5.503,0	6.251,2	13,6%
(-) Deduções de Vendas	(206,3)	(212,7)	(245,0)	18,7%	15,2%	(754,2)	(855,1)	13,4%
Impostos sobre Vendas	(97,4)	(102,8)	(119,5)	22,7%	16,2%	(357,3)	(407,5)	14,1%
Devoluções e Abatimentos	(108,9)	(109,8)	(125,5)	15,2%	14,3%	(396,9)	(447,6)	12,8%
Receita Líquida	1.332,0	1.443,5	1.491,9	12,0%	3,4%	4.748,8	5.396,1	13,6%
(-) Custo das Vendas e Serviços	(1.009,6)	(1.100,8)	(1.154,3)	14,3%	4,9%	(3.527,1)	(4.145,3)	17,5%
Lucro Bruto	322,4	342,7	337,7	4,7%	-1,5%	1.221,7	1.250,8	2,4%
(-) Despesas com Vendas, Gerais e Administrativas:	(263,0)	(244,3)	(244,0)	-7,2%	-0,1%	(923,9)	(954,5)	3,3%
Despesas com Vendas	(184,1)	(164,0)	(169,0)	-8,2%	3,0%	(631,0)	(642,9)	1,9%
Despesas Gerais e Administrativas	(78,9)	(80,3)	(75,1)	-4,9%	-6,5%	(292,9)	(311,5)	6,4%
(+/-) Resultado da Equivalência Patrimonial	(0,4)	(0,9)	2,6	-749,0%	-374,7%	(1,0)	(0,6)	-38,0%
(+) Outras Receitas Operacionais	28,9	(0,5)	0,8	-97,2%	n.a.	85,2	2,5	-97,1%
Lucro Operacional (EBIT)	87,9	97,0	97,0	10,4%	0,1%	382,0	298,2	-21,9%
(+/-) Resultado Financeiro	(16,6)	(19,4)	(13,7)	-17,6%	-29,5%	(16,0)	(62,1)	288,0%
(-) Despesas Financeiras	(47,2)	(43,3)	(46,2)	-2,1%	6,6%	(217,9)	(189,3)	-13,1%
(+) Receitas Financeiras	30,6	23,9	32,5	6,3%	35,9%	201,9	127,2	-37,0%
Resultado antes Impostos	71,3	77,6	83,4	16,9%	7,5%	366,0	236,2	-35,5%
Total Imposto de Renda / CSLL	29,0	(11,5)	0,2	-99,1%	-102,2%	(3,6)	3,5	-196,4%
Imposto de Renda / CSLL	14,8	(10,2)	(0,6)	-104,3%	-93,8%	(33,3)	(22,1)	-33,6%
Imposto de Renda / CSLL Diferido	14,2	(1,3)	0,9	-93,8%	n.a.	29,7	25,6	-13,8%
Lucro Líquido	100,3	66,1	83,6	-16,6%	26,5%	362,4	239,6	-33,9%
Lucro Líquido / ação	0,25	0,18	0,23	-9,6%	26,5%	0,90	0,65	-28,0%
Lucro Líquido Ajustado	77,6	66,1	83,6	7,8%	26,5%	245,8	239,6	-2,5%
Lucro Líquido Ajustado / ação	0,19	0,18	0,23	19,4%	26,5%	0,62	0,65	4,5%
Reconciliação EBITDA								
Lucro Líquido	100,3	66,1	83,6	-16,6%	26,5%	362,4	239,6	-33,9%
(-) Resultado Financeiro Líquido	16,6	19,4	13,7	-17,6%	-29,5%	16,0	62,1	288,0%
(-) Imposto de Renda / CSLL	(29,0)	11,5	(0,2)	-99,1%	-102,2%	3,6	(3,5)	-196,4%
(-) Depreciação e Amortização	27,3	36,0	40,0	46,6%	11,1%	101,4	143,5	41,5%
(=) EBITDA	115,2	133,0	137,1	19,0%	3,1%	483,4	441,7	-8,6%
(+/-) Receitas e Despesas não recorrentes	27,9	-	-	-	-	79,2	-	-
(=) EBITDA Ajustado	87,3	133,0	137,1	57,0%	3,1%	404,2	441,7	9,3%
Margens								
Margem Bruta	24,2%	23,7%	22,6%	-1,6pp	-1,1pp	25,7%	23,2%	-2,5pp
Margem EBITDA	8,6%	9,2%	9,2%	0,5pp	0,0pp	10,2%	8,2%	-2,0pp
Margem EBITDA Ajustada	6,6%	9,2%	9,2%	2,6pp	0,0pp	8,5%	8,2%	-0,3pp
Margem Líquida	7,5%	4,6%	5,6%	-1,9pp	1,0pp	7,6%	4,4%	-3,2pp
Margem Líquida Ajustada	5,8%	4,6%	5,6%	-0,2pp	1,0pp	5,2%	4,4%	-0,7pp

Comparações referentes ao Resultado Ajustado de 2018 exclui da base comparativa o efeito de receitas e despesas não recorrentes nos períodos.

5. Marcas

Construção de marcas fortes, reforçar a conexão com nossos consumidores através de serviços de valor agregado e campanhas que contribuam para diferenciação dos nossos produtos é uma prioridade para a Companhia. Essa estratégia nos permite capturar um prêmio de marca nos mercados de atuação e é um pilar importante o valor da companhia no longo prazo.

Nossa estratégia de marketing é pautada no relacionamento com consumidor. Atuamos fortemente através de plataformas digitais, acompanhando as necessidades do dia a dia de nossos consumidores – seja para idealização do cardápio da semana, escolha de uma receita para uma data especial ou aquela sobremesa de Natal. Nossa ampla linha de produtos faz parte do cardápio de nossos consumidores, do café da manhã ao lanche da noite. Por isso trabalhamos fortemente em demonstrar nos meios digitais a amplitude de nossas linhas bem como a versatilidade, indo muito além das receitas clássicas, acompanhando e influenciando o consumidor desde o momento zero de sua jornada. Alinhado à isso, garantimos presença Nacional e comunicamos a grandeza de nosso portfólio com alta visibilidade através do Patrocínio do Masterchef - pelo 5º ano consecutivo nossa parceria proporciona uma plataforma com alto engajamento tanto na TV quanto nos meios digitais, ensinando novos usos e a versatilidade de nosso portfólio.

Mas é no ponto de venda que fazemos toda diferença: além de possuir a maior cobertura nacional de promotores da nossa indústria, trabalhamos com materiais e execuções diferenciadas, com direcionadores de loja perfeita, além de um calendário de ativações robusto que conta com degustação, Compre&Ganhe, abordagem e participação nas campanhas das redes. Com isso garantimos visibilidade diferenciada no momento mais crucial da jornada do consumidor: o momento de compra. Nossas marcas possuem fortes posicionamentos nas mentes de nossos consumidores, com um propósito claro, que pauta todas nossas ativações. Essa diferenciação é construída através de campanhas, e ações que demarcam nosso território. Abaixo segue um breve histórico dos principais projetos do ano.

🕒 **Promoção Vem Pra Mesa Brasil:** Primeira promoção multicategorias realizada pela Camil, premiou um participante com R\$500 mil e ainda sorteou R\$1 mil/dia durante todo o período de ativação, e contou com a parceria da apresentadora Ana Maria Braga. A ação, lançada de forma inusitada através de “memes” da apresentadora, virou *trendtopic* no *Twitter* o que garantiu grande visibilidade e “*talkability*” da campanha entre consumidores e varejistas. Impactamos 94% do target com frequência média de 6,3, chegamos a mais de 400 mil PDVs com nossas embalagens, aceleramos vendas e ganhamos *share* no período na nossa principal categoria Arroz.

🕒 **Cake Truck:** Para dar mais visibilidade e trazer inovação para ações do tipo compre e ganhe, desenvolvemos uma experiência bastante diferenciada e de grande impacto no ponto de venda, na qual o consumidor ganhava um bolo já assado em uma embalagem presenteável na compra de 4 Misturas Para Bolo União. No decorrer de 5 dias de ação, foram entregues em média 150 bolos por dia, equivalente a 3 mil unidades de produtos vendidas. O novo modelo contribuiu com novas argumentações para a negociação com as lojas, levando as vendas para um novo patamar.

🕒 **São João de Caruaru:** Voltamos a patrocinar o evento, no principal mercado para Sardinha, realizando ativações no palco principal de shows e com um estande com espaço fotográfico e degustação de patês. Além disso, retomamos a parceria com Fit Dance, lançando um novo *jingle* para o evento, e fizemos uma ação com a influenciadora Laurinha Marinho gerando o #DesafioCoqueiro, no qual ela aprendeu a coreografia em menos de um mês para dançar junto com o grupo no palco principal do evento.

🕒 **Masterchef:** Pelo quinto ano consecutivo, patrocinamos as duas temporadas (MasterChef Amadores 2019 e MasterChef: A Revanche) do reality show, nas quais realizamos provas especiais: na primeira, com grãos, tornando-os protagonistas de um prato sem proteína animal; na segunda, com uma sobremesa de Natal desenvolvida pela chef Paola Carosella.

🕒 **Me Poupe na TV:** Patrocinamos as vinhetas da primeira temporada do programa com a marca Camil apresentado por Nathália Arcuri, especialista em finanças pessoais, que auxiliou algumas pessoas a reorganizarem suas vidas financeiras por meio de escolhas inteligentes em diversos aspectos, inclusive no momento de fazer compras.

🕒 **Mara Cakes Fair:** A marca União participou da primeira edição da feira, destinada ao público confeitoiro, com um estande “instagramável”, degustação de produtos e patrocinadora única do Congresso Internacional. O evento, destinado ao público profissional, contou mais de 20 Mil visitantes tornando-se a maior feira do setor de confeitaria do Brasil.

🕒 **Amigo Secreto União:** Com uma mecânica promocional e social, conseguimos engajar mais de 10 mil pessoas em uma troca de presentes virtuais, que renderam um prêmio de R\$10 mil para duas pessoas e uma doação de R\$50 mil para a ONG Gastromotiva. A ação também contou com influenciadores digitais de grande renome (tais quais a apresentadora do Bake Off Brasil, Beca Milano) como apoio de comunicação, realizando um amigo secreto nas mídias sociais para divulgar a ação.

🕒 **Natal Sem Fome:** Pelo segundo ano consecutivo, participamos de uma das maiores mobilizações solidárias do Brasil com uma mecânica de vendas que gerava doações. Ao todo foram doadas 84 toneladas de alimentos, dobrando o volume

arrecadado em 2018 e ampliando substancialmente nossa participação na campanha. A mecânica foi divulgada nas lojas de 5 redes, onde a cada 10kg de Arroz e Feijão Camil vendidos para o consumidor, doamos 1kg de alimentos.

📍 **Promoção Beleza Na Lata:** A edição 2020, que contou com a dupla sertaneja Maiara & Maraísa como garotas propaganda, foi a maior de todos os tempos, alcançando alguns resultados históricos. Foram mais de 42 mil pessoas participando, totalizando um pouco mais de 208 mil produtos cadastrados. Esse é o resultado de alguns ajustes de rota realizados em cima dos aprendizados coletados nos últimos anos: trouxemos mais pontos de contato para facilitar a participação do consumidor, dando a possibilidade de efetuar o cadastro por meio do WhatsApp também, e disponibilizamos QR Codes em todos os materiais promocionais para incentivar a participação diretamente do PDV. Também otimizamos a comunicação criando um funil de conversão de mídia, aumentando a frequência de impactos de nossas peças com mensagens diferentes, para os diferentes momentos da jornada do consumidor, além de trazer novos veículos para o plano de comunicação (nacionais e regionais) que ampliaram a visibilidade da campanha (como os carros de som em PE e ISP, chamadas na cobertura de notícias de helicópteros nas rádios de SP e disparos de e-mail marketing para a base promocional YouIN).

📍 **CyberCook:** Buscando entender com mais profundidade o comportamento dos consumidores de nossas marcas, tanto na forma como utilizam nossos produtos quanto em sua jornada para adquiri-los, iniciamos essa parceria com um dos maiores sites de culinária do Brasil pertencente ao Grupo Carrefour. Nela, desenvolvemos o espaço Marmitaria, que disponibiliza ao consumidor uma curadoria de receitas para auxiliar e dar diversidade para o cardápio do dia a dia, nos permitindo criar uma nova camada de relacionamento com o consumidor. Até o momento, mais de 450 mil usuários já utilizaram essa plataforma.

📍 **Raio-X das Plataformas Digitais:**

Marca Camil	Marca União	Marca Coqueiro
Site: 1.490.218 usuários	Site: 1.357.792 usuários	Site: 391.171 usuários
2.552.196 visualizações de página	3.502.022 visualizações de página	1.250.759 visualizações de página
88% do tráfego de dispositivos móveis	89% do tráfego de dispositivos móveis	86% do tráfego de dispositivos móveis
Facebook: 500 mil seguidores	Facebook: 1,2 milhões de seguidores	Facebook: 323 mil seguidores
Instagram: 12 mil seguidores	Instagram: 117 mil seguidores	Instagram: 8,7 mil seguidores
YouTube: 40,6 mil inscritos	YouTube: 92 mil inscritos	YouTube: 7,2 mil inscritos

Com relação ao esforço de construção de longo prazo de nossas marcas, buscamos o crescimento da frequência de compra e da preferência de nossos consumidores por meio de posicionamentos únicos, com forte conexão emocional. Marcas altamente reconhecidas e preferidas pelos consumidores resultam em maior giro do produto da gôndola e possibilidade de extração de valor e rentabilidade diferenciadas. Adicionalmente, o aprendizado obtido na exploração de múltiplas marcas permitem a Companhia extrair o máximo de sua posição de liderança, preferência e força.

Prêmios

- 🏆 Prêmio IR Magazine 2019 – Melhor CFO (small caps); nov-19
- 🏆 Reconhecimento ao time de RI pela Institutional Investor 2019; jun-19
- 🏆 União é líder na Categoria Açúcar em Prêmio da Abase/Nielsen 2019; fev-19
- 🏆 Líderes de Vendas 2019 da Nielsen, para União, como marca mais lembrada; fev-19
- 🏆 Melhor Fornecedor na categoria Merceria da rede Prezunic; mar-19
- 🏆 Camil conquista três troféus no Prêmio EMBANEWS 2019; mai-19
- 🏆 Prêmio Top Of Mind 2019 da Revista Amanhã. Namorado e União 1º lugar nas categorias feijão e açúcar; mai-19
- 🏆 Prêmio Diário de Pernambuco Marcas Preferidas 2019; jul-19
- 🏆 Marcas de Sucesso do Correio Popular, Camil foi eleita como a marca mais lembrada na categoria Arroz da 19ª pesquisa de lembrança de marca realizada em Campinas; set-19
- 🏆 Prêmio Melhores Empresas que se Comunicam com Jornalistas 2019; out-19
- 🏆 Empresas que Melhor se Comunicam com Jornalistas na categoria Agricultura, realizado pelo CECOM e pela revista Negócios da Comunicação; out-19
- 🏆 Estadão Empresa Mais 2019; out-19
- 🏆 Prêmio Época ReclameAqui 2019 - Categoria Alimentos – Merceria; nov-19
- 🏆 Prêmio APAS Acontece de 2019, Camil foi a mais citada pelos compradores na categoria de merceria seca de SP, pelo 3º ano consecutivo; nov-19
- 🏆 As 500 Maiores do Sul 2019 – Ranking; nov-19
- 🏆 Prêmio IR Magazine 2019 – Melhor CFO (small caps); nov-19
- 🏆 Prêmio Melhores do Agronegócio 2019 – Revista Globo Rural; nov-19
- 🏆 Jacaré de Bronze do Prêmio Caio 2019, pela campanha de incentivo "Camil Campeões de Vendas 2018"; dez-19

6. Estratégia e Perspectivas

Somos uma das maiores multinacionais brasileiras de bens de consumo no setor de alimentos no Brasil e na América do Sul. Atuamos nas categorias grãos (principalmente arroz e feijão), açúcar e pescados enlatados (sardinha e atum, incluindo molhos e patês) por meio de marcas com forte reconhecimento e líderes em participação de mercado no Brasil, Uruguai, Chile e Peru. Nossa estratégia é de **fortalecer a posição da Camil como consolidadora do setor de alimentos da América do Sul**, que acreditamos ser o mercado que conseguimos explorar o valor de nossas vantagens competitivas, diferenciação de nosso modelo de negócios e crescimento sustentável de rentabilidade. Temos orgulho de fazer parte do dia-a-dia de nossos consumidores, estando presentes em todos os momentos relevantes ao longo do dia, trazendo experiências e participando de momentos importantes em suas vidas. Nossas marcas líderes são consideradas ícones em suas categorias, que por meio da nossa sólida plataforma de distribuição, alcançam os principais centros consumidores nos países que possuímos presença.

Agimos de forma responsável, sustentável e consistente, explorando os atributos de nossos produtos e serviços e ao mesmo tempo oferecendo experiência de consumo com qualidade a preços competitivos e acessíveis. Participamos do processo de evolução da indústria de alimentos da América do Sul fazendo parte das principais iniciativas relacionadas a inovação, praticidade e saúde da indústria. Atuamos em um mercado altamente competitivo, fragmentado e com margens apertadas no qual, ao longo de mais de 60 anos de história, possuímos histórico de geração de valor, crescimento e retorno aos nossos acionistas. Nosso modelo de negócio é baseado em um amplo portfólio de marcas líderes em múltiplas categorias de produtos.

Investimos em parques produtivos modernos e eficientes e em uma plataforma sólida de distribuição nas regiões onde operamos. Atuamos de forma diversificada em 3 categorias e possuímos operações em 4 países da América do Sul, além de exportar para mais de 50 países do mundo. Os principais elementos de nossa estratégia são baseados em:

1. Consolidar o mercado brasileiro de arroz e feijão altamente fragmentado e ampliar a liderança de nossas marcas;
2. Exportar o modelo de múltiplas categorias que possuímos no Brasil para outros países que atuamos;
3. Ampliar o portfólio de marcas e produtos em novas categorias de alto giro de mercearia seca, com potencial de crescimento; e
4. Expandir nossas operações em outros países da América Latina.

Possuímos histórico de crescimento orgânico e por meio de aquisições, com mais de 16 aquisições realizadas nos últimos anos, com sucesso na integração e exploração de oportunidades em novas categorias ou geografias. Continuamos perseguindo, de forma conservadora e realista, oportunidades para expansão de nossa atuação, com foco em fortalecer nossas vantagens competitivas, expandir nossa distribuição e aumentar o potencial de obtenção de sinergias. Acreditamos que a combinação de liderança de marca em diversas categorias de produtos, extensa plataforma de distribuição, modelo de negócio sólido e resiliente e comprovado aumento de resultado operacional com rentabilidade, nos colocam em posição privilegiada para capturar o potencial de crescimento do setor de alimentos na América do Sul, tanto organicamente como por meio de aquisições.

7. Política de Dividendos

De acordo com o Estatuto Social da Companhia, é garantido aos acionistas a distribuição de 25% do lucro líquido apurado em cada exercício social, após a dedução da reserva legal e de contingências, se houver. O montante é distribuído a título de dividendo obrigatório e/ou juros sobre capital próprio, salvo a distribuição facultativa de dividendos complementares em montantes a serem determinados pela Companhia que, em caso de deliberação, deve ser submetida à aprovação de Assembleia de Acionistas.

8. Governança Corporativa

Com a abertura de capital realizada em setembro de 2017, a Camil passou a fazer parte do segmento especial da B3 denominado Novo Mercado, sob o código "CAML3" e, portanto, está sujeita a requisitos adicionais estabelecidos pelas regulações desse segmento.

Desde 1998, tivemos como acionistas fundos de *Private Equity* que nos ajudaram a desenvolver e adotar práticas de governança corporativa diferenciadas. Contamos ainda com a participação do Sr. José Fay, ex-CEO da BRF – Brasil Foods S.A., e do Sr. Carlos Júlio, ex-CEO da Tecnisa, como membros independentes de nosso Conselho de Administração, além de dispormos de um Código de Ética, que reúne os princípios e valores que devem orientar os comportamentos e as atitudes de todos os envolvidos na condução de nossos negócios. A Companhia também conta com os órgãos de assessoramento dos Conselhos, incluindo o Comitê de Auditoria, Comitê de Finanças, Comitê de Gente e Gestão e Comitê de Ética.

Somos uma Companhia comprometida em manter elevados padrões de governança corporativa, baseado em princípios que privilegiam a transparência, tratamento igualitário dos acionistas, prestação de contas e responsabilidade corporativa.

9. Sustentabilidade e Responsabilidade Social

Ao longo do último ano, concentramos os esforços na revisão das ações das nossas unidades com os colaboradores internos e comunidade externa, que resultou na construção da Estratégia de Responsabilidade Social Camil. Sendo definido o nosso foco de atuação em “**Alimentar e Nutrir Relações**”, que se desdobra nos pilares de atuação que são a base dos direcionadores para aprovação e busca de projetos alinhados os nossos objetivos. Descrevemos abaixo os pilares e principais atividades realizadas neste último ano:

Relações Internas

Contempla todo cuidado com os colaboradores em relação à Segurança e Qualidade de vida:

- Implementação do Programa de Qualidade de Vida - Camil Vida Saudável para os colaboradores do escritório Central, com direcionamentos para as demais unidades, que trouxe suporte em relação ao aspecto físico, mental, social e financeiro para toda a equipe; e
- Pesquisa de Diagnóstico com a Liderança sobre Diversidade e Inclusão que serviu como base para as ações do próximo ano do Comitê.

Relações com Meio Ambiente:

Foco nas diversas etapas da cadeia produtiva, tendo monitoramento do impacto no meio ambiente e terceiros envolvidos na produção e distribuição dos nossos produtos:

- Manutenção da Certificação *Dolphin Safe* no nosso Atum. Assegurando que os peixes são pescados à vara, reduzindo assim o impacto na vida marinha; e
- Revisão da forma que atuamos com a Logística Reversa: somos signatários da Coalizção de Logística Reversa da ABIA (Associação Brasileira da Indústria de Alimentos) e concentramos nossos esforços ao longo do ano na busca de parceiros que aumentem nosso impacto positivo ao longo dos próximos anos, com início em 2020.

Relações com a Comunidade

Ações que envolvem a Comunidade externa à Camil, com foco nas áreas ao redor das nossas Unidades, projetos que apoiem a Redução de Fome e Desnutrição, Combate ao desperdício de Alimentos e Comunicação Responsável:

- Mais de 50 toneladas de alimentos doados para diversas instituições, entre elas CREN (Centro de Referência de Educação Nutricional), Casa Hope outros projetos regionais;
- Doação de alimentos próximo à validade da Cozinha Experimental para o Banco de Alimentos;
- Parceria com AACD para contribuição voluntária dos nossos colaboradores através de desconto em folha;
- Projeto Revitaliza: patrocinado via Lei de Incentivo (PROAC-ICMS), realizamos a revitalização de um espaço comunitário e aberto ao público, para que a população pudesse ter um local agradável para convivência. Além de oferecer oficinas de Jardinagem, Grafite e Mobiliário Urbano para a comunidade ao redor do local;
- Natal sem fome: pelo 2º ano participamos desta campanha liderada pela Ação da Cidadania, Ao todo foram doadas 84 toneladas de alimentos, dobrando o volume arrecadado em 2018 e ampliando substancialmente nossa participação na campanha; e
- Amigo Secreto União: campanha realizada no Natal que destinou R\$50.000 para a ONG Gastromotiva, para serem investidos na formação dos alunos de população mais carente.
- Covid-19: foram investidos R\$300 mil na compra de equipamentos e materiais hospitalares destinados para os Serviços de Saúde das cidades onde nossas fábricas estão localizadas. Desde o início da Pandemia, doamos 202 toneladas dos nossos produtos, além das doações realizadas mensalmente. Priorizamos iniciativas que atuam nas cidades onde estão localizadas as nossas Unidades Produtivas, contribuindo assim, com a comunidade em que estamos inseridos como a Prefeitura de Aparecida de Goiânia (GO), Cabo de Santo Agostinho (PE) e Itapecuru (MA). Para aumentar o impacto das nossas doações, apoiamos campanhas de arrecadações das Lives de cantores como Luan Santana, Diogo Nogueira, Anitta e Joelma, que possibilitaram a distribuição das nossas doações para chegar a quem mais precisa, como por exemplo CUFA (Central Única das Favelas) e UNICEF. E também foi realizada, uma campanha interna de doação de alimentos com os nossos colaboradores que teve alta participação e colaboração com este volume total de alimentos doados.

A nossa história de mais de 50 anos foi construída por pessoas. São nossos fundadores, clientes, colaboradores, fornecedores e investidores. Seguimos focados em nosso papel de trabalhar positivamente em conjunto pela sustentabilidade de nossos negócios, com olhar de desenvolvimento e dedicação a todos que fazem parte do processo.

10. Gente e Gestão

Os nossos colaboradores são protagonistas do nosso sucesso e temos um time talentoso, empreendedor, motivado e com experiências diversas e grande potencial que, juntos, fazem a diferença em nossos resultados. São aproximadamente 6.500 colaboradores no Brasil e na América Latina engajados com o nosso propósito em fazer a diferença na vida das pessoas, atuando para satisfazer as necessidades dos nossos clientes (internos e externos), sempre focado na melhoria contínua de nossos processos e ações. Temos processos robustos de Gestão de Pessoas alinhados com a nossa missão, valores e direcionadores estratégicos para alavancar continuamente o desenvolvimento de Gente e Gestão, os quais destacamos:

- Processos estruturados de atração, seleção e contratação;
- Programa de estágio voltado para o desenvolvimento e formação de profissionais para a sustentabilidade do negócio;
- Gestão de metas desafiadoras, mapeamento de competências, sucessão e resultados atingidos para toda a liderança com foco em gestão de pessoas e processos;
- Desenvolvimento de pessoas humanizado e com foco em resultados;
- Consistente administração de Remuneração e Benefícios garantindo o equilíbrio interno e a atratividade, competitividade de nossas práticas e reconhecimento e recompensa de nossos colaboradores;
- Constante capacitação técnica e comportamental de nossos líderes e equipes;
- Cultura voltada para um ambiente saudável e seguro;
- Governança e conformidade nos processos operacionais da área;
- Prática dos nossos valores voltados para o fortalecimento da Cultura através de uma Comunicação aberta e transparente
- Comunicação Interna voltada para o engajamento;
- Reforço constante da nossa Cultura Organizacional como base para o alinhamento e direcionamento de nossas ações;
- Pilar de Saúde e Engajamento reforçados através de programas voltados a Qualidade de Vida .

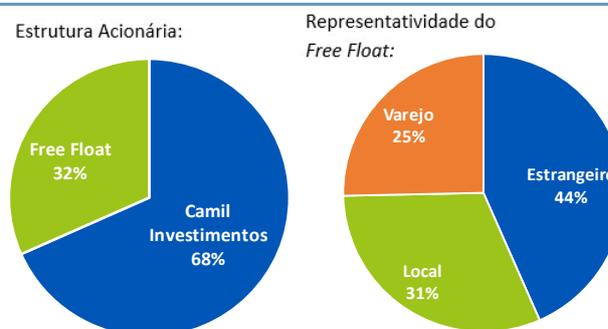
Adicionalmente, destacamos as ações tomadas pela Companhia com relação ao cenário Covid-19:

- Cumprimento das determinações do Ministério da Saúde tais como liberação de funcionários acima de 60 anos, grávidas e pessoas do grupo de risco, além dos protocolos de convivência ,comportamentos e demais orientações ligadas a prevenção e higienização;
- Instauração de um Comitê de Crise para deliberações sobre as ações de contenção da doença tanto nas áreas administrativas quanto nas áreas operacionais;
- Cancelamento de Viagens e o cancelamento de Reuniões, Eventos, Treinamentos na sua forma presencial;
- Fortalecimento do papel da liderança frente à demanda de produtividade e trabalho à distância, mantendo o foco no resultado e engajamento;
- Campanha #vamospracima valorizando nossos colaboradores no trabalho do dia a dia, alinhados ao nosso propósito e valores;
- Intensiva campanha interna sobre o Covid-19, envolvendo todos os colaboradores que estiverem em Home Office ou nas Unidades (Ex. Utilização de transporte Fretado, Regras de distanciamento nos refeitórios, vestiários ,áreas comuns e produção);
- Reforço nos procedimentos de segurança e uso de EPI's, disponibilização de Álcool Gel, antecipação da campanha de vacinação, informações sobre saúde física e equilíbrio emocional.

11. Estrutura Acionária

No 4T19 a Companhia possuía capital social total composto por 370 milhões de ações, sendo 117,2 milhões de ações em circulação no mercado (*free float*)^[1], representando aproximadamente 32% do capital total. No período aproximadamente 57% de nossas ações estavam detidas por investidores locais e 43% com investidores estrangeiros, comparado com 58% investidores locais e 42% investidores estrangeiros no IPO. Em número de acionistas registramos 84 investidores institucionais (vs. 86 em nov/19) e mais de 30 mil investidores pessoas físicas (vs. 25 mil em nov/19), fruto da maior cobertura de *research* ao varejo no período, assim como aumento do número de pessoas físicas investindo em renda variável.

Estrutura Acionária Fev/20



Fonte: Companhia; Saldo da Camil Investimentos contempla participações individuais dos acionistas controladores.

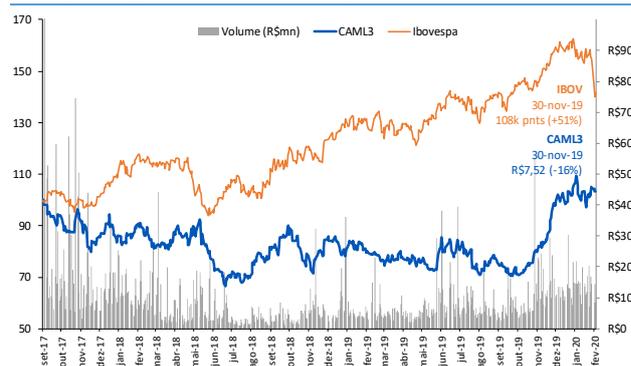
^[1] *Free float* exclui a participação detida por Camil Investimentos S.A., participações individuais dos acionistas controladores, outros administradores/partes relacionadas e ações em tesouraria. O Saldo da Camil Investimentos inclui participações individuais dos acionistas controladores.

12. Performance Acionária

Em 29 de fevereiro de 2020 as ações da Camil (B3: CAML3) fecharam cotadas em R\$8,46/ação com *market cap* de R\$3,1 bilhões (US\$ 698 milhões), uma valorização de 17,7% em relação ao fechamento de fevereiro de 2019. O volume médio diário de negociação do ano foi de 1,2 milhões de ações, ou R\$9,2 milhões/dia, um aumento de 47,8% e 52,7% em relação ao ano de 2018, respectivamente.

Desde o IPO em setembro de 2017, a cotação de CAML3 apresentou queda de 6,0%. No mesmo período o índice Ibovespa valorizou-se em 40,2%.

Evolução Preço desde o IPO vs. Ibovespa - base 100



13. Relações com Investidores

O compromisso da Camil com o mercado é baseado em três pilares: Governança, Comunicação com Transparência e Excelência. Desde o IPO, atendemos aproximadamente 1.750 investidores, sendo mais de 580 investidores por meio de atendimento direto pela equipe de Relações com Investidores e os demais em conferências e eventos no Brasil e no exterior.

Também realizamos visitas às nossas instalações e o Camil Day, evento público para analistas e investidores com apresentação e disponibilidade para perguntas e respostas com presença de toda a Diretoria da Camil, eventos que contaram em 2019 com mais de 150 participantes.

14. Relacionamento com os auditores independentes

Em consonância com a Instrução CVM nº 381/03, o Grupo informa que, as demonstrações financeiras do exercício findo em 29 de fevereiro de 2020 foram auditadas pela Ernst & Young Auditores Independentes S.S.. Os procedimentos da Administração da Companhia e suas controladas, para a contratação de serviços de auditores independentes, visam assegurar que não haja conflito de interesses e perda de independência ou objetividade, e se substanciam nos princípios que preservam a independência do auditor.

Durante o exercício social encerrado em 29 de fevereiro de 2020, não houve contratações além do serviço de auditoria externa. A Ernst & Young Auditores Independentes S.S., no âmbito de seus serviços de auditoria independente, informou à Companhia que:

- (i) não identificou assuntos ou relacionamentos comerciais que pudessem afetar sua independência;
- (ii) em seu julgamento profissional, é independente em relação à Companhia e suas subsidiárias de acordo com as regras brasileiras;
- (iii) os integrantes de sua equipe de auditoria, sua firma de auditoria e outras firmas integrantes da rede global da EY, quando aplicável, cumpriram com os requerimentos éticos pertinentes relacionados à independência; e
- (iv) salvaguardas foram adotadas para eliminar ameaças com relação à sua independência profissional ou reduzi-las a um nível aceitável.

15. Declaração da Diretoria

Em observância às disposições contidas na Instrução CVM nº 480/2009, a diretoria declara que discutiu e reviu as opiniões expressas no relatório dos auditores independentes, com as quais concorda integralmente, assim como aprova as demonstrações financeiras relativas ao exercício social encerrado em 29 de fevereiro de 2020.

Disclaimer

Certas porcentagens e outros valores incluídos neste documento foram arredondados para facilitar a sua apresentação. Dessa forma, os números apresentados como totais em algumas tabelas podem não representar a soma aritmética dos números que os precedem e podem diferir daqueles apresentados nas demonstrações financeiras. Os dados que trimestrais apresentados, assim como os dados operacionais (não financeiros e não contábeis) são dados não auditados/revisados, pois consistem em medidas não reconhecidas sob IFRS ou outros padrões contábeis.

Camil Alimentos S.A.

Demonstrações Financeiras

29 de fevereiro de 2020

Índice

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas.... 1

Demonstrações financeiras individuais e consolidadas auditadas

Balancos patrimoniais.....	10
Demonstrações dos resultados.....	12
Demonstrações dos resultados abrangentes.....	13
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido.....	14
Demonstrações dos fluxos de caixa.....	15
Demonstrações dos valores adicionados.....	16
Notas explicativas às demonstrações financeiras.....	17

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Aos
Administradores e Acionistas da
Camil Alimentos S.A.
São Paulo - SP

Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Camil Alimentos S.A. (“Companhia”), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 29 de fevereiro de 2020 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da Companhia em 29 de fevereiro de 2020, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board (IASB)*.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas”. Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfase

Reapresentação dos valores correspondentes nas demonstrações de fluxos de caixa

Conforme mencionado na nota explicativa 2.26, em decorrência da exclusão dos valores oriundos da aquisição de combinação de negócios mencionados na nota explicativa 9, os valores correspondentes referentes ao exercício anterior nas demonstrações de fluxos de caixa, apresentados para fins de comparação, foram ajustados e estão sendo reapresentados como previsto na NBC TG 23 – Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro. Nossa opinião não contém modificação relacionada a esse assunto.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos. Para cada assunto abaixo, a descrição de como nossa auditoria tratou o assunto, incluindo quaisquer comentários sobre os resultados de nossos procedimentos, é apresentado no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Nós cumprimos as responsabilidades descritas na seção intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas”, incluindo aquelas em relação a esses principais assuntos de auditoria. Dessa forma, nossa auditoria incluiu a condução de procedimentos planejados para responder a nossa avaliação de riscos de distorções significativas nas demonstrações financeiras. Os resultados de nossos procedimentos, incluindo aqueles executados para tratar os assuntos abaixo, fornecem a base para nossa opinião de auditoria sobre as demonstrações financeiras da Companhia.

• Análise de recuperabilidade do ágio

Em 29 de fevereiro de 2020, conforme notas explicativas 10 e 12, os saldos de ágios, gerados em combinações de negócios ocorridas até então, totalizavam R\$195.332 mil e R\$292.641 mil, na Controladora e no Consolidado, representando 4,4% e 6,1% do total do ativo, respectivamente, naquela data. Pelo menos uma vez ao ano, a Companhia realiza o teste de redução ao valor recuperável com base em estimativas de rentabilidade futura baseadas nos planos de negócio e orçamento anual, adotadas pela Administração. A metodologia e modelagem utilizadas para a apuração do valor recuperável desses ativos, foram baseadas no fluxo de caixa descontado da Companhia, estimativa para a qual foram utilizadas pela Administração premissas subjetivas, que envolvem razoável grau de julgamento, informações e condições de mercado e econômicas esperadas, principalmente quanto ao crescimento de vendas e dos custos, taxas de desconto e risco país.

O monitoramento desse assunto foi considerado significativo para a nossa auditoria devido à relevância dos montantes envolvidos em relação ao total do ativo e aos potenciais riscos ao resultado do exercício no caso de identificação de perdas ao valor recuperável desse ativo, além das incertezas inerentes à determinação da estimativa sobre os valores esperados de recuperação, dado à utilização de informações de mercado e elevado grau de julgamento exercido pela Administração, na determinação das premissas de seu cálculo. Uma mudança em alguma dessas premissas pode gerar um impacto significativo nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia.

Como nossa auditoria conduziu esse assunto:

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros, o envolvimento de especialistas em avaliação para auxiliar na análise e revisão das metodologias e modelos utilizados pela Administração, na avaliação das premissas que suportaram as projeções que determinaram o plano de negócios, orçamento, estudos técnicos e análises do valor recuperável do ativo da Companhia. Nossos procedimentos também incluíram a avaliação da razoabilidade e consistência dos dados e das premissas utilizados na preparação desses documentos, incluindo taxas de crescimento, taxas de desconto, risco país e projeções de fluxo de caixa, dentre outros, conforme fornecidos pela Administração da Companhia, e analisamos ainda a exatidão dos cálculos aritméticos e matemáticos. Comparamos a assertividade das projeções realizadas em períodos anteriores em relação ao desempenho atingido pela Companhia. Analisamos informações que pudessem contradizer as premissas mais significativas e as metodologias selecionadas, bem como analisamos os dados de empresas comparáveis.

Adicionalmente, comparamos o valor recuperável determinado pela Administração da Companhia, com base no fluxo de caixa descontado, com o valor contábil do ágio e dos ativos da unidade geradora de caixa (*carrying amount*) e avaliamos a adequação das divulgações das notas explicativas 10 e 12 às demonstrações financeiras de 29 de fevereiro de 2020.

Baseados no resultado dos procedimentos de auditoria efetuados sobre o teste do valor recuperável do ágio, que está consistente com a avaliação da Administração, consideramos que os critérios e premissas de valor recuperável do ágio, adotados pela Administração, assim como as respectivas divulgações nas notas explicativas 10 e 12, são aceitáveis, no contexto das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em seu conjunto.

• **Adoção do pronunciamento técnico CPC 06 (R2) / NBC TG 06 (R3) / IFRS 16 - Operações de arrendamento mercantil**

Conforme descrito na nota explicativa 2.20, a Companhia e suas controladas adotaram o pronunciamento técnico CPC 06 (R2) / NBC TG 06 (R3) / IFRS 16 a partir de 1º de março de 2019, utilizando a abordagem retrospectiva modificada como método de transição. Esse pronunciamento estabelece alterações à prática contábil para o reconhecimento, mensuração, apresentação e divulgação de operações de arrendamento mercantil, representadas substancialmente por aluguel de imóveis, máquinas, equipamentos e veículos, e exige que os arrendatários contabilizem todos os arrendamentos conforme um único modelo em suas demonstrações financeiras. Na data de início de um arrendamento, o arrendatário reconhece um passivo de arrendamento, referente aos pagamentos mínimos futuros e um ativo representando o direito de uso do bem, durante o prazo do arrendamento, e também devem reconhecer separadamente as despesas com encargos financeiros sobre o passivo de arrendamento, e a despesa de amortização do ativo de direito de uso.

Em 29 de fevereiro de 2020, conforme nota explicativa 13, os saldos referentes ao ativo de direito de uso totalizavam: R\$73.456 mil e R\$90.227 mil, na controladora e consolidado, representando 1,7% e 1,9% do total do ativo, respectivamente; e, os saldos referentes ao passivo de arrendamento totalizavam: R\$74.898 mil e R\$91.433 mil, na controladora e no consolidado, representando 3,5% e 3,6% do total do passivo circulante e não circulante, respectivamente. Adicionalmente, no exercício findo nessa mesma data, na controladora e no consolidado, os valores de amortização de ativo de direito de uso foram: R\$24.830 mil e R\$33.054 mil, respectivamente; de despesa financeira foram R\$4.976 mil e R\$5.744 mil, respectivamente; e, os valores pagos de passivo de arrendamento foram R\$29.173 mil e R\$36.752 mil, respectivamente.

Esse assunto foi considerado significativo para a nossa auditoria, devido: i) a magnitude dos valores envolvidos num primeiro ano de adoção da norma; ii) a avaliação envolver julgamentos significativos na determinação das premissas e estimativas utilizadas para determinar o ativo de direito de uso e passivo de arrendamento mercantil; e, iii) aos potenciais impactos nos indicadores que são utilizados na análise de atendimento de cláusulas restritivas (covenants) sobre os empréstimos, financiamentos e debêntures.

Como nossa auditoria conduziu esse assunto:

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, dentre outros: (i) avaliação da adequação das políticas contábeis de reconhecimento do ativo de direito de uso e do passivo de arrendamento da Companhia; (ii) inspeção e análise dos contratos de arrendamento mercantil, em base amostral, quanto a adequação à referida norma; (iii) teste, com base em amostras, dos valores mensurados do ativo de direito de uso e do passivo de arrendamento, ambos registrados pelo valor presente dos pagamentos mínimos dos arrendamentos; (iv) teste, com base em amostras, dos valores de amortização do ativo de direito de uso; e (v) envolvimento de nossos profissionais especialistas na análise da taxa de juros incremental calculada pela Companhia, utilizada no desconto dos fluxos de pagamento dos arrendamentos.

Baseados no resultado dos procedimentos de auditoria efetuados, consideramos que as políticas de reconhecimento inicial da norma referente ao reconhecimento dos efeitos de ativo e passivo acerca dos arrendamentos mercantis da Companhia, assim como as respectivas divulgações na nota explicativa 13, são aceitáveis, no contexto das demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

- **Cláusulas restritivas (covenants) incidentes sobre empréstimos, financiamentos e debêntures**

Em 29 de fevereiro de 2020, conforme nota explicativa 15, a Companhia possui saldo de empréstimos, financiamentos e debêntures no montante total de R\$1.448.774 mil e R\$1.602.894 mil, na controladora e no consolidado, representando, respectivamente, 67,4% e 62,6% do total do passivo circulante e não circulante, naquela data. Esses empréstimos, financiamentos e debêntures estão sujeitas ao cumprimento de cláusulas restritivas anuais (“covenants”), as quais são calculadas por meio de índices financeiros com base nas demonstrações financeiras consolidadas da Companhia. O descumprimento desses “covenants” poderia resultar na declaração de vencimento antecipado desses empréstimos, financiamentos e debêntures, o que obrigaria a Companhia a pagar imediatamente os respectivos valores em aberto na data de eventual decretação, impactando de forma significativa sua posição patrimonial e financeira, motivo pelo qual consideramos o cumprimento dessas cláusulas restritivas como risco significativo para nossa auditoria.

Como nossa auditoria conduziu esse assunto

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros: (i) leitura e entendimento das cláusulas restritivas anuais (“covenants”) desses empréstimos, financiamentos e debêntures, incluindo os adendos, quando aplicável; (ii) análise e revisão do cálculo dos indicadores desses “covenants” efetuado pela Administração, (iii) confirmamos com os times componentes de auditoria acerca do cumprimento de cláusulas restritivas para as subsidiárias localizadas no exterior; e; (iv) avaliação de informações disponibilizadas pelo agente fiduciário dessas debêntures. Também avaliamos a adequação das divulgações da nota explicativa 15 às demonstrações financeiras de 29 de fevereiro de 2020.

Baseados no resultado dos procedimentos de auditoria efetuados, consideramos que os critérios e premissas para a análise de cumprimento dos “covenants”, adotados pela Administração, assim como as respectivas divulgações na nota explicativa 15, são aceitáveis, no contexto das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em seu conjunto.

- **Provisões para demandas judiciais – tributárias, cíveis e trabalhistas**

Conforme divulgado na nota explicativa 18, em 29 de fevereiro de 2020, a Companhia e suas controladas são partes envolvidas em diversos processos de natureza tributária, cível e trabalhista decorrentes do curso normal dos negócios. As estimativas de perda são avaliadas periodicamente pela Administração, que levam em consideração a opinião dos assessores jurídicos externos que patrocinam as causas.

O ambiente legal e tributário no Brasil tem elevado grau de complexidade o que aumenta o risco inerente na determinação de provisões para diversas demandas judiciais. Assim sendo, a avaliação da exposição, a mensuração, reconhecimento e divulgação das provisões e passivos contingentes, relativas a esses processos requer significativo julgamento profissional, o que pode resultar em mudanças substanciais nos saldos das provisões quando fatos novos surgem ou à medida que os processos são analisados em juízo.

Uma vez que provisões para demandas judiciais envolvem julgamento da Administração, ainda que com apoio de assessores jurídicos externos, consideramos este tema um dos principais assuntos de auditoria, também levando em consideração o volume dos processos existentes e a relevância dos valores envolvidos, em adição à implementação da interpretação contábil acerca da incerteza relacionada ao ICPC22/IFRIC23, conforme mencionado nas notas explicativas 2.24 e 18. Mudanças nos prognósticos e/ou julgamentos críticos da Administração sobre as probabilidades de êxito podem trazer impactos relevantes nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia.

Como nossa auditoria endereçou o assunto:

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros: (i) avaliação das políticas contábeis aplicadas pela Companhia e suas controladas para a classificação de perdas, incluindo a avaliação do julgamento sobre a mensuração dos montantes a serem registrados como provisão para demandas judiciais; (ii) obtenção de confirmações (circularizações) junto aos assessores jurídicos externos da Companhia e de suas controladas, contemplando os prognósticos de perda para a totalidade dos processos em aberto e comparação dessas respostas com as estimativas da Administração; (iii) avaliação da razoabilidade das estimativas da Administração e de seus assessores jurídicos, com o apoio de nossos especialistas na área tributária, quando aplicável e para processos específicos, considerando a evolução do andamento e a jurisprudências existentes, e; (iv) revisão das divulgações efetuadas pela Companhia sobre os principais riscos tributários.

Baseados no resultado dos procedimentos de auditoria efetuados sobre as provisões para demandas judiciais - tributárias, cíveis e trabalhistas, que está consistente com a avaliação da Administração, consideramos que os critérios e premissas adotados para a determinação da probabilidade de perda associada às causas, assim como as respectivas divulgações nas notas explicativas 2.24 e 18, são aceitáveis, no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Outros assuntos

Demonstrações do valor adicionado

As demonstrações individual e consolidada do valor adicionado (DVA) referentes ao exercício findo em 29 de fevereiro de 2020, elaboradas sob a responsabilidade da Administração da Companhia, e apresentadas como informação suplementar para fins de IFRS, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no pronunciamento técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras individuais e consolidadas e o relatório do auditor

A Administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board (IASB)*, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e suas controladas. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e suas controladas a não mais se manterem em continuidade operacional.

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que eventualmente tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as conseqüências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 12 de maio de 2020.

ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S.S.
CRC-2SP034519/O-6



Marcos Alexandre S. Pupo
Contador CRC-1SP221749/O-0

Balancos patrimoniais
29 de fevereiro de 2020 e 2019
(Em milhares de reais)



	Nota	Controladora		Consolidado	
		29/02/2020	28/02/2019	29/02/2020	28/02/2019
Ativo					
Circulante					
Caixa e equivalentes de caixa	4	405.601	312.027	537.764	365.302
Aplicações financeiras	5	32.292	31.242	32.292	31.242
Contas a receber	6	503.108	434.807	725.262	690.536
Adiantamento a fornecedores		5.720	9.468	7.084	9.832
Estoques	7	715.377	649.856	1.152.804	1.120.180
Instrumentos financeiros derivativos	25	605	350	605	511
Tributos a recuperar	8	108.218	135.220	119.443	142.025
Partes relacionadas	16	14.651	5.704	43.766	24.249
Despesas antecipadas		10.042	12.049	15.298	18.521
Adiantamento de juros sobre capital próprio	19	6.855	-	6.855	-
Bens destinados à venda	11	38.309	39.939	38.309	39.939
Outros créditos		5.979	4.988	20.699	41.238
Total do ativo circulante		1.846.757	1.635.650	2.700.181	2.483.575
Não circulante					
Aplicações financeiras	5	-	217	-	217
Tributos a recuperar	8	241.553	147.903	241.553	245.621
Adiantamento a fornecedores		1.876	226	1.876	226
Estoques	7	27.161	19.379	54.797	24.261
Depósitos judiciais	18	7.183	7.759	8.298	9.861
Outros créditos		2.086	2.539	2.116	15.975
		279.859	178.023	308.640	296.161
Investimentos	10	1.270.956	1.258.591	32.981	29.789
Imobilizado	11	650.675	513.650	1.011.694	971.829
Intangível	12	275.638	230.353	665.666	655.306
Ativo de direito de uso	13	73.456	-	90.227	-
		2.270.725	2.002.594	1.800.568	1.656.924
Total do ativo não circulante		2.550.584	2.180.617	2.109.208	1.953.085
Total do ativo		4.397.341	3.816.267	4.809.389	4.436.660

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Balancos patrimoniais
29 de fevereiro de 2020 e 2019
(Em milhares de reais)



	Nota	Controladora		Consolidado	
		29/02/2020	28/02/2019	29/02/2020	28/02/2019
Passivo e patrimônio líquido					
Circulante					
Fornecedores	14	338.090	284.004	517.270	423.204
Empréstimos, financiamentos e debêntures	15	490.880	254.079	560.639	514.114
Passivo de arrendamento	13	17.835	-	25.952	-
Adiantamento de clientes		12.645	6.475	12.645	6.708
Partes relacionadas	16	43.313	29.210	4.188	3.885
Obrigações sociais		18.848	17.104	25.731	24.074
Tributos a recolher		4.744	26.575	14.943	49.701
Provisão para férias, 13º salário e encargos		21.854	17.927	40.696	36.503
Programa de parcelamento especial	17	8.304	8.300	8.462	8.458
Outras contas a pagar		7.420	12.145	34.315	40.976
Total do passivo circulante		963.933	655.819	1.244.841	1.107.623
Não circulante					
Empréstimos, financiamentos e debêntures	15	957.894	788.855	1.042.255	914.745
Passivo de arrendamento	13	57.063	-	65.481	-
Programa de parcelamento especial	17	16.045	26.882	16.438	27.433
Tributos diferidos	20	76.564	89.756	101.186	128.811
Provisão para demandas judiciais	18	32.640	34.009	42.243	37.102
Contas a pagar	9	42.678	50.901	42.678	50.901
Outras contas a pagar		1.152	930	4.895	930
Total do passivo não circulante		1.184.036	991.333	1.315.176	1.159.922
Patrimônio líquido					
Capital social	19a	950.374	950.374	950.374	950.374
(-) Gastos com emissão de ações		(12.380)	(12.380)	(12.380)	(12.380)
Reserva especial de ágio		220	70.510	220	70.510
(-) Ações em tesouraria	19c	-	(45.234)	-	(45.234)
Opção de ações outorgadas	19d	4.895	2.787	4.895	2.787
Reservas de lucros	19e 19f	870.584	871.015	870.584	871.015
Outros resultados abrangentes e custo atribuído		435.679	332.043	435.679	332.043
Total do patrimônio líquido		2.249.372	2.169.115	2.249.372	2.169.115
Total do passivo e do patrimônio líquido		4.397.341	3.816.267	4.809.389	4.436.660

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações dos resultados
29 de fevereiro de 2020 e 2019



(Em milhares de reais, exceto o lucro líquido por ação, expresso em reais)

	Nota	Controladora		Consolidado	
		29/02/2020	28/02/2019	29/02/2020	28/02/2019
Receita líquida de vendas e serviços	21	3.923.369	3.236.885	5.396.112	4.748.825
Custos das vendas e serviços	22	(3.073.032)	(2.434.625)	(4.145.275)	(3.527.068)
Lucro bruto		850.337	802.260	1.250.837	1.221.757
Receitas (despesas) operacionais					
Despesas com vendas	22	(445.778)	(411.854)	(642.941)	(631.117)
Despesas gerais e administrativas	22	(219.671)	(211.184)	(311.537)	(292.867)
Equivalência patrimonial	10	76.539	95.434	(620)	(996)
Outras receitas (despesas) operacionais	24	962	66.953	2.501	85.204
Lucro antes das receitas e despesas financeiras		262.389	341.609	298.240	381.981
Despesas financeiras	23	(161.567)	(176.901)	(189.329)	(217.878)
Receitas financeiras	23	108.538	179.620	127.245	201.909
Resultado financeiro líquido		(53.029)	2.719	(62.084)	(15.969)
Resultado antes dos impostos		209.360	344.328	236.156	366.012
Imposto de renda e contribuição social					
Corrente		2.065	(10.591)	(22.127)	(33.287)
Diferido		28.203	28.650	25.599	29.662
Total imposto de renda e contribuição social	20	30.268	18.059	3.472	(3.625)
Lucro líquido do exercício		239.628	362.387	239.628	362.387
Lucro líquido, básico, por ação – R\$	19b	0,6123	0,8960	0,6123	0,8960
Lucro líquido, diluído, por ação – R\$	19b	0,6109	0,8960	0,6109	0,8960

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações dos resultados abrangentes
29 de fevereiro de 2020 e 2019
(Em milhares de reais)



	Controladora e Consolidado	
	29/02/2020	28/02/2019
Lucro líquido do exercício	239.628	362.387
Outros resultados abrangentes		
Outros resultados abrangentes a serem reclassificados para resultado do exercício em períodos subsequentes:		
Variação cambial sobre investimentos no exterior (Nota 9)	107.792	74.249
Realização de variação cambial por alienação de investimento	-	(524)
Resultado abrangente do exercício, líquido de impostos	347.420	436.112

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido
29 de fevereiro de 2020 e 2019
(Em milhares de reais)



	Nota	Reservas de capital				Reservas de lucros					Outros resultados abrangentes e custo atribuído	Total	
		Capital social	Gastos com emissão de ações	Reserva especial de ágio	Ações em tesouraria	Opções outorgadas	Reserva legal	Incentivos fiscais	Retenção de lucros	Lucros acumulados			Dividendos adicionais propostos
Saldos em 28 de fevereiro de 2018		950.374	(12.114)	70.510	(20.344)	725	56.634	78.896	433.951	-	-	262.465	1.821.097
Realização da depreciação do valor justo, líquido de impostos		-	-	-	-	-	-	-	-	4.147	-	(4.147)	-
Gastos na emissão de ações		-	(266)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(266)
Aquisição de ações em tesouraria		-	-	-	(24.890)	-	-	-	-	-	-	-	(24.890)
Opção de ações outorgadas		-	-	-	-	3.497	-	-	-	-	-	-	3.497
IRPJ/CSLL diferidos sobre opção de ações outorgadas		-	-	-	-	(1.435)	-	-	-	-	-	-	(1.435)
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	-	-	-	-	362.387	-	-	362.387
Variação cambial sobre investimentos no exterior		-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	74.249	74.249
Realização por alienação, da variação cambial em controlada		-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(524)	(524)
Destinação proposta do resultado:													
Constituição da reserva legal		-	-	-	-	-	12.748	-	-	(12.748)	-	-	-
Constituição da reserva de incentivos fiscais		-	-	-	-	-	-	509.356	(401.928)	(107.428)	-	-	-
Juros sobre capital próprio		-	-	-	-	-	-	-	-	(65.000)	-	-	(65.000)
Constituição da reserva de retenção de lucros		-	-	-	-	-	-	-	181.358	(181.358)	-	-	-
Saldos em 28 de fevereiro de 2019		950.374	(12.380)	70.510	(45.234)	2.787	69.382	588.252	213.381	-	-	332.043	2.169.115
Realização da depreciação do valor justo, líquido de impostos		-	-	-	-	-	-	-	-	4.156	-	(4.156)	-
Aquisição de ações em tesouraria	19c	-	-	-	(216.712)	-	-	-	-	-	-	-	(216.712)
Cancelamento de ações em tesouraria	19c	-	-	(70.290)	261.946	-	-	-	(171.570)	(20.086)	-	-	-
Opção de ações outorgadas	19d	-	-	-	-	3.195	-	-	-	-	-	-	3.195
IRPJ/CSLL diferidos sobre opção de ações	19d	-	-	-	-	(1.087)	-	-	-	-	-	-	(1.087)
Dividendos aprovados por AGO pagos como Juros sobre capital próprio	19e	-	-	-	-	-	-	-	(26.000)	-	-	-	(26.000)
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	-	-	-	-	239.628	-	-	239.628
Variação cambial sobre investimentos no exterior	10	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	107.792	107.792
Destinação proposta do resultado:													
Constituição da reserva legal	19e	-	-	-	-	-	5.373	-	-	(5.373)	-	-	-
Constituição de reserva de incentivos fiscais	19f	-	-	-	-	-	-	132.177	-	(132.177)	-	-	-
Constituição da reserva de retenção de lucros	19e	-	-	-	-	-	-	-	41.148	(41.148)	-	-	-
Juros sobre capital próprio imputados aos dividendos mínimos obrigatórios	19e	-	-	-	-	-	-	-	-	(26.559)	-	-	(26.559)
Proposta de dividendos adicionais a ser aprovada em AGO	19e	-	-	-	-	-	-	-	(15.000)	(18.441)	33.441	-	-
Saldos em 29 de fevereiro de 2020		950.374	(12.380)	220	-	4.895	74.755	720.429	41.959	-	33.441	435.679	2.249.372

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações dos fluxos de caixa
29 de fevereiro de 2020 e 2019
(Em milhares de reais)



	Controladora		Consolidado	
	29/02/2020	28/02/2019	29/02/2020	28/02/2019
Fluxos de caixa das atividades operacionais				(Reapresentado*)
Lucro antes dos impostos sobre a renda nas operações em continuidade	209.360	344.328	236.156	366.012
Ajustes para conciliar o resultado às disponibilidades geradas pelas atividades operacionais:				
Equivalência patrimonial (Nota 10)	(76.539)	(95.434)	620	996
Realização da variação cambial na alienação de investimentos	-	(524)	-	(524)
Encargos financeiros provisionados	99.635	72.304	106.985	83.426
Juros provisionados sobre passivo de arrendamento (Nota 13)	4.976	-	5.744	-
Provisão (reversão) para devedores duvidosos (Nota 6)	(298)	(2.474)	(1.872)	(3.542)
Provisão (reversão) de provisão para descontos (Nota 6)	(1.097)	(10.035)	(1.097)	(8.435)
Provisão (reversão) para demandas judiciais	(1.962)	840	10.056	1.160
Provisão para perda de imobilizado	-	4.737	-	4.737
Provisão (reversão) de outras contas	1.558	11.845	1.558	13.484
Depreciação do ativo imobilizado (Nota 11)	63.991	50.579	105.462	95.572
Amortização do ativo intangível (Nota 12)	4.051	5.168	4.963	5.844
Amortização do ativo de direito de uso (Nota 13)	24.830	-	33.054	-
Baixa bens do imobilizado (Nota 11)	830	71.698	2.244	81.233
Baixa intangível (Nota 12)	77	-	324	737
Baixa de arrendamentos (Nota 13)	(654)	-	200	-
Ações outorgadas	3.195	3.497	3.195	3.497
	331.953	456.529	507.592	644.197
Redução (aumento) nos ativos				
Contas a receber	(18.646)	(37.725)	(7.388)	18.814
Estoques	(53.506)	(154.739)	(1.552)	(193.124)
Tributos a recuperar	31.749	(217.965)	27.765	(218.846)
Outros ativos circulantes e não circulantes	14.661	(47.618)	49.221	(57.537)
	(25.742)	(458.047)	68.046	(450.693)
(Redução) aumento nos passivos				
Fornecedores	58.501	72.432	71.040	23.288
Salários e encargos a pagar	3.266	6.562	3.236	(1.652)
Obrigações tributárias	(18.619)	56.899	(29.247)	55.002
Outros passivos circulantes e não circulantes	5.307	7.782	(1.335)	(10.648)
Juros pagos sobre empréstimos e derivativos (**)	(89.272)	(64.075)	(95.863)	(77.090)
Imposto de renda e contribuição social pagos	-	(18.296)	(23.574)	(39.534)
	(40.817)	61.304	(75.743)	(50.634)
Caixa gerado pelas atividades operacionais	265.394	59.786	499.895	142.870
Fluxos de caixa das atividades de investimento:				
Resgates líquidos de (aplicações) financeiras, líquidas	(833)	406.711	(833)	406.711
Caixa recebido pela venda de imobilizado	186	6.082	494	6.082
Adições aos investimentos (Nota 10)	(6.388)	(140.000)	-	(140.000)
Caixa recebido pela alienação de investimentos	-	120	-	-
Caixa advindo de incorporação/aquisição de controlada	11.516	-	-	26.433
Adições ao imobilizado	(89.558)	(145.201)	(116.150)	(185.540)
Adições ao intangível (Nota 12)	(16.914)	(8.643)	(19.081)	(10.066)
Caixa gerado pelas (aplicado nas) atividades de investimento	(101.991)	119.069	(135.570)	103.620
Fluxos de caixa das atividades de financiamento:				
Captação de empréstimos (Nota 15)	727.895	108.602	1.151.455	626.693
Liquidação de empréstimos (Nota 15)	(480.839)	(126.422)	(1.029.050)	(697.348)
Pagamentos de passivo de arrendamento (Nota 13)	(29.173)	-	(36.752)	-
Adiantamento de juros sobre capital próprio	(18.441)	-	(18.441)	-
Pagamento de juros sobre capital próprio	(52.559)	(65.000)	(52.559)	(65.000)
Gastos com emissão de ações	-	(266)	-	(266)
Ações em tesouraria adquiridas (Nota 19.c)	(216.712)	(24.890)	(216.712)	(24.890)
Caixa aplicado nas atividades de financiamento	(69.829)	(107.976)	(202.059)	(160.811)
Variação cambial sobre caixa e equivalentes no exterior	-	-	10.196	3.157
Aumento no caixa e equivalentes de caixa	93.574	70.879	172.462	88.836
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	312.027	241.148	365.302	276.466
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	405.601	312.027	537.764	365.302
Aumento no caixa e equivalentes de caixa	93.574	70.879	172.462	88.836

(*) Reapresentação das movimentações consolidadas de 28 de fevereiro de 2019, relativa aos efeitos da aquisição da SLC Alimentos.

(**) Reclassificação do pagamento de juros entre o fluxo de atividades de financiamento e fluxo das atividades operacionais, para os dados relativos à 28 de fevereiro de 2019.

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações do valor adicionado
29 de fevereiro de 2020 e 2019
(Em milhares de reais)



	Controladora		Consolidado	
	29/02/2020	28/02/2019	29/02/2020	28/02/2019
Receitas				
Vendas de mercadoria, produtos e serviços	4.287.687	3.552.347	5.807.408	5.110.486
Outras receitas	9.831	185.672	15.195	211.481
Provisão (reversão) de créditos de liquidação duvidosa	(355)	(1.371)	(385)	(3.373)
	4.297.163	3.736.648	5.822.218	5.318.594
Insumos adquiridos de terceiros				
Custos dos produtos, mercadorias e serviços vendidos	(2.703.789)	(2.141.743)	(3.599.710)	(3.071.320)
Materiais, energia, serviços de terceiros, outros	(644.652)	(566.063)	(900.493)	(818.499)
Outros	(14.008)	(125.498)	(17.836)	(133.128)
	(3.362.449)	(2.833.304)	(4.518.039)	(4.022.947)
Valor adicionado bruto	934.714	903.344	1.304.179	1.295.647
Retenções				
Depreciação e amortização	(92.872)	(55.747)	(143.479)	(101.416)
Valor adicionado líquido produzido	841.842	847.597	1.160.700	1.194.231
Valor adicionado recebido em transferência				
Resultado de equivalência patrimonial	76.539	95.434	(620)	(996)
Receitas financeiras	108.538	179.620	127.245	201.909
Outras	-	404	-	404
	185.077	275.458	126.625	201.317
Valor adicionado total a distribuir	1.026.919	1.123.055	1.287.325	1.395.548
Distribuição do valor adicionado				
Pessoal				
Remuneração direta	164.508	142.816	294.261	274.863
Benefícios	52.378	51.386	66.851	67.207
FGTS	17.961	17.286	17.961	17.678
Outros	9.544	9.978	9.675	10.474
	244.391	221.466	388.748	370.222
Impostos, taxas e contribuições				
Federais	83.974	74.525	112.545	99.636
Estaduais	290.163	258.366	343.970	309.947
Municipais	4.300	3.766	9.604	8.864
	378.437	336.657	466.119	418.447
Remuneração de capitais de terceiros				
Despesas financeiras	149.288	165.513	177.049	205.961
Aluguéis	5.096	30.047	5.702	31.206
Outros	10.079	6.985	10.079	7.325
	164.463	202.545	192.830	244.492
Remuneração de capitais próprios				
Juros sobre Capital Próprio	45.000	65.000	45.000	65.000
Lucro retido do exercício	194.628	297.387	194.628	297.387
	239.628	362.387	239.628	362.387
Valor adicionado total distribuído	1.026.919	1.123.055	1.287.325	1.395.548

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

1. Contexto operacional

A Camil Alimentos S.A. (“Camil” ou “Companhia”) é uma Sociedade Anônima de capital aberto, com sede na cidade de São Paulo/SP, que junto com suas controladas e coligadas (coletivamente, “Grupo”) tem como atividades preponderantes a industrialização e comercialização de arroz, feijão, pescados e açúcar.

As atividades da Companhia tiveram início no ano de 1963, sob a forma de uma cooperativa no setor de arroz, e desde então a Companhia vem se expandindo tanto organicamente quanto por meio de aquisições de empresas e/ou marcas de alimentos no Brasil e em alguns dos principais países da América do Sul.

A Companhia possui um amplo portfólio de marcas tradicionais e consolidadas, com reconhecimento pelos consumidores. No Brasil, entre suas principais marcas estão “Camil”, “Namorado”, “Coqueiro”, “Pescador”, “União”, “Da Barra”, “Neve” e “Duçula”. Já na América Latina, atua com as marcas “Saman” no Uruguai, “Tucapel” no Chile, e “Costeño” e “Paisana” no Peru. Com essas marcas, a Companhia possui uma posição destacada no mercado alimentício do Brasil e da América Latina.

O exercício social da Companhia finda em fevereiro de cada ano, a fim de alinhar a data de encerramento de seu exercício societário com o ciclo de colheita da safra de arroz, principal produto da Camil. A safra do arroz ocorre uma vez ao ano, entre os meses de fevereiro e maio, principal insumo utilizado no processo produtivo da Companhia e suas controladas. Essa dinâmica é influenciada por flutuações nos preços e fomento agrícola, principalmente no Brasil e no Uruguai. No Brasil, por exemplo, o plantio acontece em meados de setembro. No momento da colheita, o preço médio pago pelo arroz, tradicionalmente é menor durante os meses imediatamente seguintes à safra de março, efeito observado na sazonalidade de capital de giro do período.

Em 28 de setembro de 2017, a Camil Alimentos S.A. começou a ter suas ações negociadas na B3, no segmento do Novo Mercado.

Em 3 de dezembro de 2018, a Companhia adquiriu a totalidade das ações da empresa SLC Alimentos Ltda. (“SLC”), objetivando fortalecer a competitividade, acelerar o crescimento nas Regiões Sul, Sudeste e Nordeste, complementar sua plataforma de distribuição e logística e, principalmente, consolidar sinergias operacionais e comerciais. Com esta aquisição, a marca “Namorado” e outras marcas de ocupação são inseridas no portfólio dando mais um passo para a solidificação de sua participação no mercado brasileiro de grãos. Em 1º de março de 2019, a referida controlada foi incorporada, conforme detalhamento da nota explicativa 9.

O Grupo possui quatorze unidades industriais no Brasil, nove no Uruguai, duas no Chile e três no Peru.

2. Práticas contábeis

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (“IFRS”) vigentes, emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (“IASB”), juntamente com as interpretações emitidas pelo *International Financial Reporting Interpretations Committee* (“IFRIC”), implantados no Brasil através do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (“CPC”), suas interpretações técnicas (“ICPC”) e orientações (“OCPC”), e aprovadas pelo Conselho Federal de Contabilidade (“CFC”) através das Normas Brasileiras de Contabilidade Técnicas Gerais (“NBC TG”), Interpretações Técnicas Gerais (“ITG”) e Comunicados Técnicos Gerais (“CTG”) e pela Comissão de Valores Mobiliários (“CVM”) através de suas resoluções.

As demonstrações financeiras de 29 de fevereiro de 2020 são comparativas às demonstrações financeiras de 28 de fevereiro de 2019, exceto quanto aos efeitos contábeis registrados a partir de 01 de março de 2019 em relação à implementação do CPC 06 (R2) / NBC TG 06 (R3) / IFRS16 – Arrendamento Mercantil, conforme explicado na nota explicativa 2.22, a Companhia adotou o método de abordagem retrospectiva modificada. Especificamente acerca da interpretação ICPC 22 / ITG 22 / IFRIC 23 – Incerteza sobre o tratamento de tributos sobre o lucro, a Companhia concluiu a sua análise, não impactando os seus registros contábeis e a comparabilidade das informações financeiras, conforme mencionado na nota explicativa 2.24.

Em conformidade com a OCPC 07/CTG 07 - Evidenciação na Divulgação dos Relatórios Contábil Financeiros de Propósito Geral, todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão.

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico, exceto para determinados ativos e passivos financeiros mensurados pelo valor justo e investimentos mensurados pelo método de equivalência patrimonial.

Os dados não financeiros incluídos nestas demonstrações financeiras, não foram auditados.

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram aprovadas e sua emissão autorizada pela Administração da Companhia em 12 de maio de 2020.

2.1. Demonstrações financeiras consolidadas

Em 29 de fevereiro de 2020 e 28 de fevereiro de 2019, a Companhia mantinha participação nas seguintes empresas controladas e coligadas:

		29/02/2020		28/02/2019	
		Direta	Indireta	Direta	Indireta
Uruguai					
Camilatam S.A.	Controlada	100,00%	-	100,00%	-
Camil Uruguay Sociedad de Inversión S.A.	Controlada	-	100,00%	-	100,00%
S.A. Molinos Arroceros Nacionales – SAMAN	Controlada	-	100,00%	-	100,00%
Arroz Uruguayo S.A – Arrozur	Coligada	-	49,19%	-	49,19%
Tacua S.A.	Coligada	-	40,72%	-	40,72%
Agencia Marítima Sur S.A.	Coligada	-	40,73%	-	40,73%
Comisaco S.A.	Coligada	-	50,00%	-	50,00%
Galofer S.A.	Coligada	-	45,00%	-	45,00%
Chile					
Empresas Tucapel S.A.	Controlada	-	99,94%	-	99,94%
Peru					
Costeño Alimentos S.A.C.	Controlada	-	100,00%	-	100,00%
Envasadora Arequipa S.A.C	Controlada	-	100,00%	-	100,00%
Brasil					
Ciclo Logística Ltda.	Controlada	100,00%	-	100,00%	-
SLC Alimentos Ltda.(*)	Controlada	-	-	100,00%	-

(*) Controlada adquirida em 3 de dezembro de 2018 e incorporada em 1º de março de 2019. Vide maiores detalhes da operação na nota explicativa nº 9.

O exercício social das demonstrações financeiras consolidadas das controladas incluídas na consolidação é coincidente com o da controladora, com exceção da Costeño Alimentos S.A.C., que mantém o seu exercício social findo em 31 de dezembro de cada ano. Para segurança e qualidade da informação desta demonstração financeira, as informações relativas aos meses de janeiro e fevereiro da controlada foram auditadas de modo a estarem aptas à consolidação. As políticas contábeis foram aplicadas de forma uniforme nas empresas componentes consolidadas e são consistentes com aquelas utilizadas no exercício anterior.

Os principais procedimentos de consolidação são:

- Eliminação dos saldos das contas de ativos e passivos entre as empresas consolidadas;
- Eliminação das participações no capital, reservas e lucros acumulados das empresas consolidadas; e
- Eliminação dos saldos de receitas e despesas, bem como de lucros não realizados, decorrentes de negócios entre as empresas.

O controle de uma investida é obtido especificamente quando a Companhia tiver:

- Poder em relação à investida, ou seja, direitos existentes que lhe garantem a atual capacidade de dirigir as atividades pertinentes a esta;
- Exposição ou direito a retornos variáveis com base em seu envolvimento com a investida;
- A capacidade de usar seu poder em relação à investida para afetar os resultados.

2.2. Combinação de negócios e ágio

A Companhia utiliza o método de aquisição para contabilizar as combinações de negócios. O custo de uma aquisição é mensurado pela contraprestação transferida após avaliação do valor justo do patrimônio da adquirida e a participação de não controladores. Custos relacionados com aquisição são contabilizados como despesa conforme incorridos.

Ao adquirir um negócio, o Grupo avalia os ativos e passivos financeiros assumidos com o objetivo de classificá-los e alocá-los de acordo com os termos contratuais, as circunstâncias econômicas e as condições pertinentes na data de aquisição, o que inclui a segregação, por parte da adquirida, de derivativos embutidos existentes em contratos da adquirida. Qualquer contraprestação contingente a ser transferida pela adquirente será reconhecida a valor justo na data de aquisição. Alterações subsequentes no valor justo da contraprestação contingente considerada como um ativo ou como um passivo deverão ser reconhecidas de acordo com o CPC 48 / NBC TG 48 / IFRS 9 – Instrumentos Financeiros, na demonstração do resultado.

Inicialmente, o ágio é mensurado como sendo o excedente da contraprestação transferida em relação aos ativos líquidos adquiridos (ativos identificáveis adquiridos, líquidos e os passivos assumidos). Se a contraprestação for menor do que o valor justo dos ativos líquidos adquiridos, a diferença deverá ser reconhecida como ganho na demonstração do resultado.

Após o reconhecimento inicial, o ágio é mensurado pelo custo, deduzido de quaisquer perdas acumuladas do valor recuperável. Para fins de teste do valor recuperável, o ágio adquirido em uma combinação de negócios é, a partir da data de aquisição, alocado a cada uma das Unidades Geradoras de Caixa (UGCs) do Grupo que se espera que sejam beneficiadas pelas sinergias da combinação, independentemente de outros ativos ou passivos da adquirida serem atribuídos a essas unidades.

Quando um ágio fizer parte de uma UGC e uma parcela dessa unidade for alienada, o ágio associado à parcela alienada deve ser incluído no custo da operação ao apurar-se o ganho ou a perda na alienação. O ágio alienado nessas circunstâncias é apurado com base nos valores proporcionais da parcela alienada em relação à UGC mantida.

2.3. Classificação corrente versus não corrente

O Grupo apresenta ativos e passivos no balanço patrimonial com base na sua classificação como circulante ou não circulante. Um ativo é classificado no circulante quando:

- Espera-se que seja realizado, ou pretende-se que seja vendido ou consumido no decurso normal do ciclo operacional da entidade;
- Está mantido essencialmente com o propósito de ser negociado;
- Espera-se que seja realizado até 12 meses após a data do balanço; e
- É caixa ou equivalente de caixa (conforme definido no Pronunciamento Técnico CPC 03 (R2) / NBC TG 03 (R3) / IAS 7 – Demonstração dos Fluxos de Caixa), a menos que sua troca ou uso para liquidação de passivo se encontre vedada durante pelo menos 12 meses após a data do balanço.

Todos os demais ativos são classificados como não circulantes.

Um passivo é classificado no circulante quando:

- Espera-se que seja liquidado durante o ciclo operacional normal da entidade;
- Está mantido essencialmente para a finalidade de ser negociado;
- Deve ser liquidado no período de até 12 meses após a data do balanço; e
- A entidade não tem direito incondicional de diferir a liquidação do passivo durante pelo menos 12 meses após a data do balanço.

Os termos de um passivo que podem, à opção da contraparte, resultar na sua liquidação por meio da emissão de instrumentos patrimoniais não afetam a sua classificação. O Grupo classifica todos os demais passivos no não circulante.

2.4. Informação por segmento

A partir do exercício findo em fevereiro de 2014, a Companhia passou a se organizar no segmento de negócios por área geográfica, ficando consistente com os princípios e conceitos utilizados pelos principais tomadores de decisão da Companhia na avaliação de desempenho. As informações são analisadas por segmento como segue:

Alimentício Brasil: Compreende as operações realizadas pelas unidades estabelecidas no Brasil, nas linhas de produtos de grãos, pescados e açúcar.

Alimentício internacional: Compreende as operações realizadas pelas unidades estabelecidas no Uruguai, Chile e Peru, na linha de produtos de grãos.

2.5. Conversão de saldos denominados em moeda estrangeira

Moeda funcional e de apresentação das demonstrações financeiras

A moeda funcional da Companhia é o Real (BRL), mesma moeda de preparação e apresentação das demonstrações financeiras da controladora (Companhia) e consolidadas. As demonstrações financeiras, de cada controlada incluída na consolidação da Companhia, utilizadas como base para avaliação dos investimentos pelo método de equivalência patrimonial são preparadas com base na moeda funcional de cada entidade. Ativos e passivos das controladas localizadas no exterior são convertidos para Reais (BRL) pela taxa de câmbio das datas de fechamento dos balanços e os resultados apurados pelas taxas médias mensais dos exercícios. Os ganhos ou perdas de conversão são registrados ao patrimônio líquido na rubrica de Outros Resultados Abrangentes.

Transações denominadas em moeda estrangeira

Os ativos e passivos monetários denominados em moeda estrangeira são convertidos para a moeda funcional (Real - BRL) usando-se a taxa de câmbio vigente na data dos respectivos balanços patrimoniais. Os ganhos e perdas resultantes da atualização desses ativos e passivos verificados entre a taxa de câmbio vigente na data da transação e os encerramentos dos exercícios são reconhecidos como receitas ou despesas financeiras no resultado.

Na tabela a seguir divulgamos as taxas de câmbio em Reais em vigor na data-base dessas demonstrações financeiras:

Taxa final	29/02/2020	28/02/2019
Dólar EUA (USD)	4,4987	3,7385
Peso Chile (CLP)	0,0055	0,0057
Novo Sol / Peru (PEN)	1,3025	1,1311

2.6. Receita de contrato com cliente

A receita é reconhecida na extensão em que for provável que benefícios econômicos serão gerados para a Companhia e quando possa ser mensurada de forma confiável. É mensurada com base no valor justo da contraprestação recebida, excluindo descontos, abatimentos e impostos ou encargos sobre vendas. A Companhia avalia as transações de receita de acordo com os critérios específicos para determinar se está atuando como agente ou principal e, ao final, concluiu que está atuando como principal em todos os seus contratos de receita. Os critérios específicos a seguir, devem também ser satisfeitos antes de haver reconhecimento de receita:

Venda de produtos

A receita de venda de produtos é reconhecida quando os riscos e benefícios significativos da propriedade dos produtos forem transferidos ao comprador, o que geralmente ocorre na sua entrega.

(i) Contraprestação variável

Se a contraprestação em um contrato incluir um valor variável, o Grupo estima o valor da contraprestação a que terá direito em troca da transferência de produtos para o cliente. A contraprestação variável é estimada no início do contrato e restringida até que seja altamente provável que não ocorra estorno de parcela significativa de receita, no montante da receita acumulada reconhecida, quando a incerteza associada à contraprestação variável for posteriormente resolvida.

- Direito de devolução

Alguns contratos concedem ao cliente o direito de devolução dos bens dentro de um período especificado. O Grupo utiliza o método do valor esperado para fins de estimativa dos bens que não serão devolvidos, porque este método prevê melhor o valor da contraprestação variável a que o Grupo terá direito.

- Descontos concedidos

O Grupo considera os descontos firmados em contratos e tem controle dos descontos pontuais de suas negociações, para garantir que a receita reconhecida esteja líquida destes impactos. Os programas de incentivos e descontos incluem análise por performance de vendas baseadas em volume e por ações de marketing executadas nos pontos de vendas.

(ii) Componente de financiamento significativo

O Grupo recebe adiantamentos de curto prazo de seus clientes. Utilizando o expediente prático contido no CPC 47 / NBC TG 47 / IFRS 15, o Grupo não ajusta o valor prometido de contraprestação para efeito de um componente de financiamento significativo se tem a expectativa, no início do contrato, de que o período entre a transferência dos produtos prometidos para o cliente e o momento em que o cliente paga por este bem ou serviço será de um ano ou menos.

Saldos de contratos

Contas a receber de clientes

Um recebível representa o direito do Grupo a um valor de contraprestação incondicional (ou seja, faz-se necessário somente o transcorrer do tempo para que o pagamento da contraprestação seja devido).

Passivos de reembolso

Um passivo de restituição é a obrigação de reembolsar total ou parcialmente a contraprestação recebida (ou a receber) do cliente, sendo mensurado pelo montante que o Grupo espera, em última análise, ter de devolver ao cliente.

Custo de obtenção de contrato

O Grupo paga comissão de vendas aos seus representantes comerciais para cada venda de produtos realizada e a respectiva contraprestação recebida.

2.7. Subvenções governamentais

Subvenções governamentais são reconhecidas quando há razoável segurança de que a entidade cumprirá todas as condições estabelecidas. Quando o benefício se refere a um item de despesa, é reconhecido como receita ao longo do período do benefício, atendendo a competência do crédito.

2.8. Tributos

Imposto de renda e contribuição social correntes

As alíquotas de imposto e as leis tributárias usadas para calcular o montante são aquelas que estão em vigor na data do Balanço Patrimonial.

No Brasil, a tributação sobre o lucro compreende o imposto de renda e a contribuição social. O imposto de renda, sob forma de tributação pelo lucro real, é computado sobre o lucro tributável pela alíquota de 15%, acrescido do adicional de 10% para os lucros que excederem R\$240 no período de 12 meses, enquanto que a contribuição social é computada pela alíquota de 9% sobre o lucro tributável, reconhecidos pelo regime de competência, portanto as adições ao lucro contábil de despesas temporariamente não dedutíveis ou exclusões de receitas temporariamente não tributáveis, consideradas para apuração do lucro tributável corrente, geram créditos ou débitos tributários diferidos. Para o regime de tributação pelo lucro presumido, adotado na controlada Ciclo Logística Ltda., as alíquotas de imposto de renda e contribuição social são as mesmas, porém a base tributável considerada é de 8% e 12% sobre o faturamento, para fins de imposto de renda e contribuição social, nesta ordem e, as demais receitas são tributadas considerando 100% da base.

No Uruguai a alíquota é de 25%, no Chile de 27% e no Peru 29,5%, sendo que no Brasil esses resultados são tributados de acordo com a MP 2.159-70/2001 e da Lei nº 12.973/14.

Imposto de renda e contribuição social diferidos

Tributos diferidos são gerados por diferenças temporárias na data do balanço entre as bases fiscais de ativos e passivos e seus valores contábeis.

Tributos diferidos passivos são reconhecidos para todas as diferenças tributárias temporárias, exceto quando o tributo diferido passivo surge do reconhecimento inicial de ágio ou de um ativo ou passivo em uma transação que não for uma combinação de negócios e, na data da transação, não afeta o lucro contábil ou o lucro ou prejuízo fiscal; e sobre as diferenças temporárias relacionadas com investimentos em controladas, em que o período da reversão pode ser controlado e é provável que estas diferenças não sejam revertidas no futuro próximo.

Tributos diferidos ativos são reconhecidos para todas as diferenças temporárias dedutíveis, créditos e perdas tributários não utilizados, na extensão em que seja provável que o lucro tributável esteja disponível para que estas diferenças possam ser realizadas, e créditos e perdas tributários não utilizados possam ser utilizados, exceto quando o tributo diferido ativo relacionado com a diferença temporária dedutível é gerado no reconhecimento inicial do ativo ou passivo em uma transação que não é uma combinação de negócios e, na data da transação, não afeta o lucro contábil ou o lucro ou prejuízo fiscal.

O valor contábil dos tributos diferidos é revisado em cada data de balanço e baixado na extensão em que não é mais provável que lucros tributáveis estarão disponíveis para permitir que todo ou parte do ativo tributário diferido venha a ser utilizado. Impostos diferidos ativos são revisados a cada data do balanço patrimonial e são reconhecidos na extensão em que se torna provável que lucros tributáveis futuros permitirão que os ativos tributários diferidos sejam recuperados.

Tributos diferidos ativos e passivos são reconhecidos no ativo e passivo não circulante e são mensurados à taxa de imposto que é esperada de ser aplicável no ano em que o ativo será realizado ou o passivo liquidado, com base nas taxas de imposto (e lei tributária) que foram promulgadas na data do Balanço Patrimonial.

O tributo diferido relacionado a itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido também é reconhecido no patrimônio líquido, e não na demonstração do resultado. Itens de tributo diferido são reconhecidos de acordo com a transação que o originou, no resultado abrangente ou diretamente no patrimônio líquido. Os tributos diferidos ativos e passivos são apresentados líquidos se existe um direito legal ou contratual para compensar o ativo fiscal contra o passivo fiscal e são relacionados e sujeitos à mesma autoridade tributária.

Tributos sobre as vendas

Receitas, despesas e ativos são reconhecidos líquidos dos impostos sobre vendas, exceto:

- Quando os impostos sobre vendas incorridos na compra de bens ou serviços não forem recuperáveis junto às autoridades fiscais, hipótese em que o imposto sobre vendas é reconhecido como parte do custo de aquisição do ativo ou do item de despesa, conforme o caso;
- Quando os valores a receber e a pagar forem apresentados juntos com o valor dos impostos sobre vendas; e
- O valor líquido dos impostos sobre vendas, recuperável ou a pagar, é incluído como componente dos valores a receber ou a pagar no balanço patrimonial.

As receitas de vendas no Brasil estão sujeitas aos seguintes impostos e contribuições, pelas seguintes alíquotas básicas:

	Alíquotas
ICMS - Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços	0,00% a 20,00%
COFINS - Contribuição para Seguridade Social	0,00% a 7,60%
PIS - Programa de Integração Social	0,00% a 1,65%
IPI - Imposto sobre Produtos Industrializados	0,00% a 5%
ISSQN - Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza	2% a 5%
INSS - Instituto Nacional do Seguro Social (*)	1,5%

(*) Refere-se ao percentual devido pela controlada Ciclo Logística Ltda., com o advento da Lei de desoneração da folha de pagamento.

Os créditos decorrentes da não cumulatividade do PIS/COFINS são apresentados dedutivamente do custo dos produtos vendidos ou das despesas gerais e administrativas, na demonstração do resultado, conforme a origem do dispêndio. Os valores passíveis de compensação são demonstrados no ativo circulante ou não circulante, de acordo com a previsão de sua realização. Na demonstração de resultados as receitas são apresentadas líquidas destes impostos.

No Uruguai as vendas estão sujeitas a imposto sobre valor agregado (IVA) de 10% a 22%. No Chile a alíquota de IVA é de 19%. No Peru a alíquota de IVA é de 18%.

2.9. Ativos não circulantes mantidos para venda

O Grupo classifica um ativo não circulante como mantido para venda quando o seu valor contábil será recuperado, principalmente, por meio de transação de venda em vez do uso contínuo. Estes ativos não circulantes e mantidos para venda são mensurados pelo menor entre o seu valor contábil e o valor justo líquido das despesas de venda. As despesas de venda são representadas pelas despesas incrementais diretamente atribuíveis à venda, excluídos as financeiras e os tributos sobre o lucro.

Os critérios de classificação de ativos não circulantes como mantidos para venda são atendidos quando a venda é altamente provável e o ativo ou o grupo de ativos mantido para venda estão disponíveis para venda imediata em suas condições atuais, sujeito apenas aos termos que sejam habituais e costumeiros para venda de tais ativos mantidos para venda. A Administração do Grupo está comprometida com o plano de venda do ativo, tendo sido iniciado um programa firme para localizar um comprador e conclusão do plano em até um ano a partir da data da classificação.

O ativo imobilizado e o ativo intangível não são depreciados ou amortizados quando classificados como mantidos para venda, porém são submetidos ao teste de *impairment*, conforme expectativa de mercado.

Ativos classificados como mantidos para venda são apresentados separadamente como itens circulantes no balanço patrimonial.

2.10. Instrumentos financeiros - Reconhecimento inicial, mensuração subsequente e baixa

Um instrumento financeiro é um contrato que dá origem a um ativo financeiro de uma entidade e a um passivo financeiro ou instrumento patrimonial de outra entidade.

Ativos financeiros

Reconhecimento inicial e mensuração

Conforme o pronunciamento técnico CPC 48 / NBC TG 48 / IFRS 9, ativos financeiros são classificados, no reconhecimento inicial, como subsequentemente mensurados ao custo amortizado, ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (“VJORA”) e ao valor justo por meio do resultado (“VJR”).

A classificação dos ativos financeiros no reconhecimento inicial depende das características dos fluxos de caixa contratuais do ativo financeiro e do modelo de negócios do Grupo para a gestão destes ativos financeiros. Com exceção das contas a receber de clientes que não contenham um componente de financiamento significativo ou para as quais o Grupo tenha aplicado o expediente prático, o Grupo inicialmente mensura um ativo financeiro ao seu valor justo acrescido dos custos de transação, no caso de um ativo financeiro não mensurado ao valor justo por meio do resultado. As contas a receber de clientes que não contenham um componente de financiamento significativo ou para as quais o Grupo tenha aplicado o expediente prático são mensuradas pelo preço de transação determinado de acordo com o CPC 47 / NBC TG 47 / IFRS 15. Vide políticas contábeis na nota explicativa nº 2.6 - Receita de contrato com cliente.

Os principais ativos financeiros reconhecidos pela Companhia são: caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras, instrumentos financeiros derivativos, contas a receber de clientes e partes relacionadas. Esses ativos foram classificados nas categorias de ativos financeiros a valor justo por meio de resultado e recebíveis.

Os principais passivos financeiros são: contas a pagar a fornecedores, partes relacionadas, instrumentos financeiros derivativos, outras contas a pagar, empréstimos, financiamentos e debêntures.

Mensuração subsequente

A mensuração subsequente dos instrumentos financeiros ocorre a cada data do balanço patrimonial de acordo com a classificação dos instrumentos financeiros nas seguintes categorias:

- Ativos financeiros ao custo amortizado (instrumentos de dívida);
- Ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes com reclassificação de ganhos e perdas acumulados (instrumentos de dívida);

- Ativos financeiros designados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes, sem reclassificação de ganhos e perdas acumulados no momento de seu desreconhecimento (instrumentos patrimoniais);
- Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado.

Ativos financeiros ao custo amortizado (instrumentos de dívida)

Esta categoria é a mais relevante para o Grupo. O Grupo mensura os ativos financeiros ao custo amortizado se ambas as seguintes condições forem atendidas:

- O ativo financeiro for mantido dentro de modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros com o fim de receber fluxos de caixa contratuais;
- Os termos contratuais do ativo financeiro derem origem, em datas especificadas, a fluxos de caixa que constituam, exclusivamente, pagamentos de principal e juros sobre o valor do principal em aberto.

Os ativos financeiros ao custo amortizado são subsequentemente mensurados usando o método de juros efetivos e estão sujeitos a redução ao valor recuperável. Ganhos e perdas são reconhecidos no resultado quando o ativo é baixado, modificado ou apresenta redução ao valor recuperável.

Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado

Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado compreendem ativos financeiros mantidos para negociação, ativos financeiros designados no reconhecimento inicial ao valor justo por meio do resultado ou ativos financeiros a ser obrigatoriamente mensurados ao valor justo. Ativos financeiros são classificados como mantidos para negociação se forem adquiridos com o objetivo de venda ou recompra no curto prazo. Ativos financeiros com fluxos de caixa que não sejam exclusivamente pagamentos do principal e juros são classificados e mensurados ao valor justo por meio do resultado, independentemente do modelo de negócios. Não obstante os critérios para os instrumentos de dívida serem classificados pelo custo amortizado ou pelo valor justo por meio de outros resultados abrangentes, conforme descrito acima, os instrumentos de dívida podem ser designados pelo valor justo por meio do resultado no reconhecimento inicial se isso eliminar, ou reduzir significativamente, um descasamento contábil.

Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado são apresentados no balanço patrimonial pelo valor justo, com as variações líquidas do valor justo reconhecidas na demonstração do resultado, como por exemplo, os instrumentos financeiros derivativos e aplicações financeiras.

Desreconhecimento

Um ativo financeiro (ou, quando for o caso, uma parte de um ativo financeiro ou parte de um grupo de ativos financeiros semelhantes) é desreconhecido quando:

- Os direitos de receber fluxos de caixa do ativo expiram;

- O Grupo transfere os seus direitos de receber fluxos de caixa do ativo ou assume uma obrigação de pagar integralmente os fluxos de caixa recebidos, sem demora significativa, a um terceiro por força de um acordo de “repasse”; e (a) o Grupo transfere substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, ou (b) o Grupo não transfere nem retém substancialmente todos os riscos e benefícios relativos ao ativo, mas transfere o controle sobre o ativo.

Redução ao valor recuperável (Impairment) de ativos financeiros

O Grupo reconhece uma provisão para perdas de crédito esperadas para todos os instrumentos de dívida não detidos pelo valor justo por meio do resultado. As perdas de crédito esperadas baseiam-se na diferença entre os fluxos de caixa contratuais devidos de acordo com o contrato e todos os fluxos de caixa que o Grupo espera receber.

Para as exposições de crédito para as quais houve um aumento significativo no risco de crédito desde o reconhecimento inicial, é necessária uma provisão para perdas de crédito esperadas durante a vida remanescente da exposição, independentemente do momento da inadimplência (uma perda de crédito esperada vitalícia).

Para contas a receber de clientes e ativos de contrato, o Grupo aplica uma abordagem simplificada no cálculo das perdas de crédito esperadas. Portanto, o Grupo apesar de acompanhar as alterações no risco de crédito, reconhece uma provisão para perdas com base em perdas de crédito esperadas vitalícias em cada data-base.

O Grupo considera um ativo financeiro em situação de inadimplemento quando os pagamentos contratuais estão vencidos há 180 dias. No entanto, em certos casos, o Grupo também pode considerar que um ativo financeiro está em inadimplemento quando informações internas ou externas indicam ser improvável o Grupo receber integralmente os valores contratuais em aberto antes de levar em conta quaisquer melhorias de crédito mantidas pelo Grupo. Um ativo financeiro é baixado quando não há expectativa razoável de recuperação dos fluxos de caixa contratuais.

Passivos financeiros

Reconhecimento inicial e mensuração

Os passivos financeiros são classificados, no reconhecimento inicial, como passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado, empréstimos e recebíveis, contas a pagar, ou como derivativos designados como instrumentos de *hedge* em um *hedge* efetivo, conforme apropriado.

Todos os passivos financeiros são mensurados inicialmente ao seu valor justo, mais ou menos, no caso de passivo financeiro que não seja ao valor justo por meio do resultado, os custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à emissão do passivo financeiro.

Os passivos financeiros do Grupo incluem fornecedores e outras contas a pagar, empréstimos, financiamentos e instrumentos financeiros derivativos.

Mensuração subsequente

A mensuração de passivos financeiros depende de sua classificação, conforme descrito abaixo:

Passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado

Passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado incluem passivos financeiros para negociação e passivos financeiros designados no reconhecimento inicial ao valor justo por meio do resultado.

Passivos financeiros são classificados como mantidos para negociação se forem incorridos para fins de recompra no curto prazo.

Ganhos ou perdas em passivos para negociação são reconhecidos na demonstração do resultado.

Os passivos financeiros designados no reconhecimento inicial ao valor justo por meio do resultado são designados na data inicial de reconhecimento, e somente se os critérios do CPC 48 / NBC TG 48 / IFRS 9 forem atendidos. O Grupo não designou nenhum passivo financeiro ao valor justo por meio do resultado, uma vez que o saldo final dos instrumentos financeiros derivativos, resultaram um ativo.

Empréstimos e recebíveis

Após o reconhecimento inicial, empréstimos e financiamentos contraídos e concedidos sujeitos a juros são mensurados subsequentemente pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa de juros efetiva. Ganhos e perdas são reconhecidos no resultado quando os passivos são baixados, bem como pelo processo de amortização da taxa de juros efetiva.

O custo amortizado é calculado levando em consideração qualquer deságio ou ágio na aquisição e taxas ou custos que são parte integrante do método da taxa de juros efetiva. A amortização pelo método da taxa de juros efetiva é incluída como despesa financeira na demonstração do resultado.

Essa categoria geralmente se aplica a empréstimos e financiamentos concedidos e contraídos, sujeitos a juros.

Debêntures

Inicialmente registradas pelo seu valor justo, acrescido dos custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à sua emissão. Posteriormente, são mensuradas pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa efetiva de juros. Os juros e atualização monetária, quando aplicáveis, são reconhecidos no resultado quando incorridos.

Desreconhecimento

Um passivo financeiro é baixado quando a obrigação sob o passivo é extinta, ou seja, quando a obrigação especificada no contrato for liquidada, cancelada ou expirar. Quando um passivo financeiro existente é substituído por outro do mesmo mutuante em termos substancialmente diferentes, ou os termos de um passivo existente são substancialmente modificados, tal troca ou modificação é tratada como o desreconhecimento do passivo original e o reconhecimento de um novo passivo. A diferença nos respectivos valores contábeis é reconhecida na demonstração do resultado.

2.11. Instrumentos financeiros derivativos

A Companhia utiliza instrumentos financeiros derivativos, principalmente, *hedge* financeiro para fornecer proteção contra o risco de variação das taxas de câmbio.

Derivativos são apresentados como ativos financeiros quando o valor justo do instrumento for positivo, e como passivos financeiros quando o valor justo for negativo.

Quaisquer ganhos ou perdas resultantes de mudanças no valor justo de derivativos durante o exercício são lançados diretamente na demonstração de resultado.

A Companhia não operou com *hedge accounting* durante os exercícios findos em 29 de fevereiro de 2020 e 28 de fevereiro de 2019.

2.12. Caixa e equivalentes de caixa

Incluem caixa, saldos positivos em conta movimento, aplicações financeiras resgatáveis no prazo de até 90 dias das datas de contratação e com risco insignificante de mudança no rendimento pactuado, e prontamente conversíveis em caixa. São contabilizados pelo seu valor de face, que é equivalente ao seu valor justo. Não houve mudança na política de determinação dos componentes de caixa e equivalentes de caixa nos exercícios divulgados. Quando as aplicações financeiras não se enquadram nos critérios de equivalentes de caixa, são classificados na rubrica Aplicações financeiras, separadamente.

2.13. Estoques

Os estoques são avaliados ao custo médio de aquisição ou de produção, não excedendo o seu valor de mercado. As provisões para estoques de baixa rotatividade são constituídas quando consideradas necessárias pela Administração. A Companhia custeia seus estoques por absorção pela média móvel ponderada.

No Uruguai, os termos e condições de comercialização de parcela significativa da produção agrícola do arroz celebrados entre os produtores rurais e as indústrias são estabelecidos mediante acordo formal entre as Indústrias (“Gremial de Molinos”) e a Associação de Cultivadores de Arroz daquele país (“Asociación de Cultivadores de Arroz”). O mecanismo de cálculo do preço da saca de arroz com casca é estabelecido em acordo formal tendo como base o preço de venda obtido pelas indústrias na comercialização do arroz a cada safra, deduzido de custos e despesas previamente acordados com a Associação de Cultivadores de Arroz e uma margem mínima assegurada às indústrias. Este preço é definido pela Associação de produtores e as indústrias quando aproximadamente 90% da safra agrícola uruguaia se encontra efetivamente negociada e vendida pelas indústrias, o que ocorre usualmente no primeiro trimestre do ano subsequente à colheita da safra do ano corrente.

Para permitir a concessão de adiantamentos por parte das indústrias e liquidações parciais das compras de arroz, a associação de produtores e as indústrias estabelecem ao final de cada safra, usualmente em junho de cada ano, um preço provisório para fins de referência ao mercado. Os pagamentos parciais efetuados são complementados pelas indústrias ou devolvidos pelos produtores quando da definição do preço definitivo.

2.14. Investimentos

Os investimentos em controladas são avaliados por equivalência patrimonial, para fins de demonstrações financeiras da controladora. Outros investimentos que não se enquadrem na categoria acima são avaliados pelo custo de aquisição, deduzido de provisão para desvalorização, quando aplicável.

Após a aplicação do método da equivalência patrimonial para fins de demonstrações financeiras da controladora, a Companhia determina se é necessário reconhecer perda adicional do valor recuperável sobre o investimento da Companhia em cada uma de suas controladas. A Companhia determina, em cada data de fechamento do balanço patrimonial, se há evidência objetiva de que os investimentos em controladas sofreram perdas por redução ao valor recuperável. Se assim for, a Companhia calcula o montante da perda por redução ao valor recuperável como a diferença entre o valor recuperável da controlada e o valor contábil e reconhece o montante na demonstração do resultado da controladora.

2.15. Imobilizado

Os itens de imobilizado são apresentados ao custo, líquido de depreciação acumulada e/ou perdas acumuladas por redução ao valor recuperável, se for o caso, e de créditos de PIS/COFINS e ICMS e a contrapartida está registrada como tributos a recuperar, quando aplicável. O referido custo inclui o custo de reposição de parte do imobilizado e custos de empréstimo de projetos de construção de longo prazo, quando os critérios de reconhecimento forem satisfeitos. Quando partes significativas do ativo imobilizado são substituídas, a Companhia reconhece essas partes como ativo individual com vida útil e depreciação específica. Da mesma forma, quando uma inspeção relevante for feita, o seu custo é reconhecido no valor contábil do imobilizado, se os critérios de reconhecimento forem satisfeitos. Todos os demais custos de reparos e manutenção são reconhecidos na demonstração do resultado, quando incorridos.

A depreciação é calculada de forma linear ao longo da vida útil do ativo, com as taxas que levam em consideração a vida útil estimada dos bens, como segue:

	Taxas médias anuais de depreciação	
	Controladora	Consolidado
Prédios	4%	10%
Máquinas e equipamentos	10%	16%
Móveis e utensílios	10%	10%
Veículos	20%	17%
Instalações	10%	12%
Benfeitorias	4%	9%
Computadores e periféricos	20%	20%

Um item de imobilizado é baixado quando vendido ou quando nenhum benefício econômico futuro for esperado do seu uso ou venda. Eventual ganho ou perda resultante da baixa do ativo (calculado como sendo a diferença entre o valor líquido da venda e o valor contábil do ativo) é incluído na demonstração do resultado no exercício em que o ativo for baixado.

Não houve alteração nas taxas praticadas no exercício findo em 29 de fevereiro de 2020 em relação às taxas praticadas no exercício anterior.

2.16. Custos de empréstimos

Custos de empréstimos diretamente relacionados com a aquisição, construção ou produção de um ativo que necessariamente requer um tempo significativo para ser concluído para fins de uso ou venda são capitalizados como parte do custo do correspondente ativo. Todos os demais custos de empréstimos são registrados em despesa no período em que são incorridos. Custos de empréstimos compreendem juros e outros custos incorridos por uma entidade relativos ao empréstimo. Na Demonstração dos Fluxos de Caixa, os juros pagos são apresentados na atividade de financiamento conforme facultado pelo CPC 03 (R2) / NBC TG 03 (R3) / IAS 7 – Demonstração dos Fluxos de Caixa.

2.17. Ativos intangíveis

Ativos intangíveis adquiridos separadamente são mensurados ao custo no momento do seu reconhecimento inicial. Após o reconhecimento inicial, os ativos intangíveis são apresentados ao custo, menos amortização acumulada e perdas acumuladas de valor recuperável. Ativos intangíveis gerados internamente não são capitalizados e o gasto é refletido na demonstração do resultado no exercício em que for incorrido.

A vida útil de ativo intangível é avaliada como definida ou indefinida. Para aqueles intangíveis com vida útil definida a Companhia utiliza as seguintes taxas anuais de amortização:

	Taxas médias anuais de amortização	
	Controladora	Consolidado
Software	20%	14%
Relacionamento com clientes	11%	11%
Contrato de não competição	20%	20%

Ativos intangíveis com vida definida são amortizados ao longo da vida útil econômica e avaliados em relação à perda por redução ao valor recuperável (*impairment*), sempre que houver indicação de perda de valor econômico do ativo. O período e o método de amortização para um ativo intangível com vida definida são revisados no mínimo ao final de cada exercício social. Mudanças na vida útil estimada ou no consumo esperado dos benefícios econômicos futuros desses ativos são contabilizadas por meio de mudanças no período ou método de amortização, conforme o caso, sendo tratadas como mudanças de estimativas contábeis. A amortização de ativos intangíveis com vida definida é reconhecida na demonstração do resultado na categoria de despesa consistente com a utilização do ativo intangível.

Ativos intangíveis com vida útil indefinida (ágio, marcas e patentes, de empresas adquiridas) não são amortizados, mas são testados anualmente em relação a perdas por redução ao valor recuperável no nível da Unidade Geradora de Caixa (UGC), considerando os segmentos definidos pela Companhia. A avaliação de vida útil indefinida é revisada anualmente para determinar se essa avaliação continua a ser justificável. Caso contrário, a mudança na vida útil de indefinida para definida é feita de forma prospectiva.

Ganhos e perdas resultantes da baixa de um ativo intangível são mensurados como a diferença entre o valor líquido obtido da venda e o valor contábil do ativo, sendo reconhecidos na demonstração do resultado no momento da baixa do ativo.

Ágio (Goodwill)

O ágio é inicialmente mensurado ao custo, sendo o excedente entre a contraprestação transferida e o montante reconhecido de participação dos acionistas não controladores sobre os ativos adquiridos e os passivos assumidos. Caso esse pagamento seja menor que o valor justo dos ativos líquidos da subsidiária adquirida, a diferença é reconhecida no resultado como ganho por compra vantajosa.

Após o reconhecimento inicial, o ágio é mensurado ao custo, deduzidas eventuais perdas por não recuperação. Para fins de teste de perda do valor recuperável, o ágio adquirido em uma combinação de negócios é, desde a data da aquisição, alocado a cada uma das Unidades Geradoras de Caixa (UGCs) da Companhia que devem beneficiar-se da combinação de negócio realizada, independentemente se outros ativos ou passivos da adquirida forem atribuídos a essas UGCs, considerando os segmentos de negócios definidos pela Administração.

2.18. Perda por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros

A Administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Sendo tais evidências identificadas e o valor contábil líquido exceder o valor recuperável, é constituída provisão para desvalorização ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável. O valor recuperável de um ativo ou de determinada UGC é definido como sendo o maior entre o valor em uso e o valor líquido de venda.

Na estimativa do valor em uso do ativo, os fluxos de caixa futuros estimados consideram cinco anos somados à perpetuidade e são descontados ao seu valor presente, utilizando uma taxa de desconto antes dos impostos que reflita o custo médio ponderado de capital para o segmento em que opera a UGC. O valor líquido de venda é determinado, sempre que possível, com base em contrato de venda firme em uma transação em bases comutativas, entre partes conhecedoras e interessadas, ajustado por despesas atribuíveis à venda do ativo, ou, quando não há contrato de venda firme, com base no preço de mercado de um mercado ativo, ou no preço da transação mais recente com ativos semelhantes.

Nas datas dos balanços não houve a necessidade de constituição de provisão para o valor recuperável de ativos (*impairment*).

2.19. Provisões

Geral

Uma provisão é reconhecida no Balanço Patrimonial quando a Companhia possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

Provisões são classificadas como circulantes quando sua realização ou liquidação é provável que ocorra nos próximos doze meses. Caso contrário, são demonstradas como não circulantes.

A despesa relativa a qualquer provisão é apresentada na demonstração do resultado, líquida de qualquer ativo de reembolso.

Provisões para demandas judiciais

Provisões são constituídas para todos os litígios referentes a processos judiciais para os quais é provável que uma saída de recursos seja feita para liquidar o litígio/obrigação e uma estimativa razoável possa ser feita. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos.

As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

As demais estimativas e provisões podem ser verificadas nas Notas 2.22, 2.24 e 3.

2.20. Arrendamentos mercantis

A caracterização de um contrato de arrendamento mercantil está baseada em aspectos substantivos relativos ao direito de uso de um determinado ativo, na data do início da sua contratação.

O advento do CPC 06 (R2) / NBC TG 06 (R3) / IFRS 16 – Arrendamentos, em substituição às normas existentes CPC 06 (R1) / NBC TG 06 (R2) / IAS 17 – Operações de Arrendamento Mercantil e as interpretações relacionadas ICPC 03 / IFRIC 4, SIC 15 e SIC 27, a partir de 1º de janeiro de 2019 (equivalente a 1º de março de 2019 para a Companhia), estabelece os princípios para reconhecimento, mensuração, apresentação e divulgação de arrendamentos e exige que os arrendatários reconheçam a maioria dos arrendamentos no balanço patrimonial. As principais mudanças às práticas contábeis dos arrendatários são:

(i) Equiparação das tratativas contábeis para arrendamentos operacionais e financeiros para o arrendatário, de modo que todos os arrendamentos com prazo superior a 12 meses, contraprestação fixa e valor do ativo relevante, passam a ser reconhecidos no Balanço Patrimonial do arrendatário, sendo registrado um ativo de direito de uso e um passivo para pagamentos futuros, ambos a valor presente;

(ii) As despesas de arredamentos deixam de ser reconhecidas de forma linear. O resultado é impactado pela despesa de depreciação do ativo e pela apropriação de juros do passivo.

Transição

A Companhia aplicou o CPC 06 (R2) / NBC TG 06 (R3) / IFRS 16, usando a abordagem retrospectiva modificada, que não exige comparabilidade na apresentação das informações de períodos anteriores.

Os contratos são capitalizados no início do arrendamento mercantil no ativo não circulante, na rubrica Ativo de Direito de Uso, pelo valor presente dos pagamentos fixos, com contrapartida ao Passivo de Arrendamento, segregado entre circulante e não circulante, considerando os prazos previstos de pagamentos, conforme contrato. Sobre o custo são acrescidos, quando aplicável, os custos iniciais diretos incorridos na transação.

Ao calcular o valor presente dos pagamentos do arrendamento, o Grupo usa a sua taxa de empréstimo incremental na data de início (taxa nominal), porque a taxa de juro implícita no arrendamento não é facilmente determinável.

A depreciação do ativo de direito de uso é contabilizada de forma linear conforme prazo do contrato.

Os juros financeiros do passivo de arrendamento são contabilizados na despesa financeira, conforme fluxo de amortização definido pela taxa nominal calculada no início da contratação.

O valor contábil do ativo de direito de uso e do passivo de arrendamento é remensurado se houver uma modificação, uma mudança no prazo do arrendamento, uma alteração nos pagamentos do arrendamento (por exemplo, mudanças em pagamentos futuros resultantes de uma mudança em um índice ou taxa usada para determinar tais pagamentos de arrendamento) ou uma alteração na avaliação de uma opção de compra do ativo subjacente. Para o exercício findo em 29 de fevereiro de 2020, os eventos decorrentes da COVID-19 não foram considerados como modificação relevante em relação às análises efetuadas que deram base aos registros contábeis.

As características dos contratos de arrendamentos do Grupo classificados como aplicáveis ao pronunciamento técnico CPC 06 (R2) / NBC TG 06 (R3) / IFRS 16 – Arrendamentos são:

- Transferência dos riscos e benefícios relativos à propriedade do item;
- Identificação do ativo;
- Valor do bem arrendado superior a R\$20 (vinte mil reais);
- Prazo de vigência superior a um ano.

A Companhia reconheceu os ativos e passivos para os seus contratos de arrendamento referente a locação de imóveis, máquinas, equipamentos e veículos, seguindo o entendimento manifestado pela CVM no Ofício-Circular/CVM/SNC/SEP nº 02/2019 sobre o CPC 06 (R2) / NBC TG 06 (R3) / IFRS 16, o qual orientou sobre aplicação da taxa incremental de juros, PIS e COFINS embutidos no passivo de arrendamento e tributos a recuperar sobre a realização do passivo de arrendamento. Assim, o saldo do Passivo de arrendamento, considera o montante equivalente a aproximadamente 9,25% de PIS/COFINS.

Os impactos desta norma estão apresentados na nota explicativa nº 13.

2.21. Benefícios a empregados

Benefícios concedidos a empregados e administradores da Companhia incluem, em adição a remuneração fixa (salários e contribuições para a seguridade social, férias, 13º salário) remunerações variáveis como participação nos resultados, vale-refeição para os empregados da Administração, fornecimento de refeição para os empregados dos estabelecimentos industriais, assistência médica e odontológica, vale-transporte ou fretado.

Esses benefícios são registrados no resultado do exercício quando a Companhia tem uma obrigação com base em regime de competência, à medida que são incorridos.

2.22. Demonstração do Valor Adicionado

A Demonstração do Valor Adicionado foi elaborada de acordo com o CPC 09 / NBC TG 09 e apresentada como informação suplementar, para fins de IFRS.

2.23. Pagamento baseado em ações

A provisão para pagamentos baseados em ações é constituída conforme CPC 10 (R1) / NBC TG 10 (R3) / IFRS 2 – Pagamento baseado em ações. Esta estabelece que as operações de pagamento baseado em ações liquidáveis em instrumentos patrimoniais, com características de liquidação pelo líquido com retenção de tributos na fonte, devem ser classificadas em sua totalidade como transação de pagamento baseado em ações liquidada por instrumentos patrimoniais. Detalhes sobre o plano de outorga de ações da Companhia encontram-se na nota explicativa 19.

2.24. Incerteza sobre o Tratamento de Tributos sobre o Lucro

A IFRIC 23, interpretação emitida pelo IASB em 7 de junho de 2017, foi traduzida pela ICPC 22 – Incerteza sobre o Tratamento de Tributos sobre o Lucro, emitida pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC (Interpretação ITG 22 aprovada pelo Conselho Federal de Contabilidade) e esclarece como aplicar os requisitos de reconhecimento e mensuração da norma CPC 32 / NBC TG 32 (R4) / IAS 12 quando há incerteza sobre os tratamentos de tributos sobre o lucro. Nessa circunstância, a entidade deve reconhecer e mensurar seu tributo corrente ou diferido ativo ou passivo, aplicando os requisitos com base no lucro tributável (prejuízo fiscal), bases fiscais, prejuízos fiscais não utilizados, créditos fiscais não utilizados e alíquotas fiscais determinadas.

A Companhia avaliou os tratamentos fiscais incertos separadamente e as suposições em relação ao exame dos tratamentos tributários pelas autoridades fiscais sobre a determinação do lucro real (prejuízo fiscal), bases de cálculo, prejuízos fiscais não utilizados, créditos tributários extemporâneos e alíquotas de imposto.

A Administração da Companhia entende que não há impactos nas demonstrações financeiras, decorrentes de tratamentos que poderiam expor a Companhia à riscos materialmente prováveis de perda, uma vez que os procedimentos adotados para apuração e recolhimento dos tributos sobre o lucro estão amparados na legislação e precedentes de Tribunais Administrativos e Judiciais. O principal tema em discussão está associado ao auto de infração correspondente às amortizações de ágio, conforme divulgação na nota explicativa nº 18.2.

2.25. Novas normas, alterações e interpretações ainda não vigentes

Nova norma: IFRS 17 – Contratos de Seguros

Em maio de 2017, o IASB emitiu a IFRS 17 - Contratos de Seguro (norma ainda não emitida pelo CPC no Brasil, mas que será codificada como CPC 50 - Contratos de Seguro e substituirá o CPC 11 - Contratos de Seguro), uma nova norma contábil abrangente para contratos de seguro que inclui reconhecimento e mensuração, apresentação e divulgação. Ao entrar em vigor, a IFRS 17 substituirá a IFRS 4 – Contratos de Seguro, emitida em 2005. A IFRS 17 aplica-se a todos os tipos de contrato de seguro (como vida, ramos elementares, seguro direto e resseguro), independentemente do tipo de entidade que os emitem, bem como determinadas garantias e instrumentos financeiros com características de participação discricionária.

Uma vez que o objetivo geral da IFRS 17 é fornecer um modelo contábil para contratos de seguro que seja mais útil e consistente para as seguradoras, a Administração do Grupo não visualiza impactos em seus registros contábeis e demonstrações financeiras.

Alterações de conceitos e critérios de divulgação do CPC 00 (R2) / NBC TG Estrutura Conceitual / Framework

Em março de 2019, o IASB emitiu a revisão da estrutura conceitual, sendo essas alterações refletidas na revisão 2 do CPC, alterando o CPC 00 (R1), com vigência a partir de 1 de janeiro de 2020. A segunda revisão apresenta novos conceitos sobre apresentação, mensuração e divulgação do relatório financeiro, atualizou a definição de ativos e passivos bem como os critérios de reconhecimento e desreconhecimento de ativos e passivos nas demonstrações financeiras.

Os impactos gerados pelas alterações serão prospectivos às transações ou outros eventos que ocorram na data ou após a primeira aplicação.

A Administração do Grupo avaliará o impacto das alterações informadas acima.

Alterações na definição de “negócios” do CPC 15 (R1) / NBC TG 15 (R4) / IFRS 3 – Combinação de negócios

Em outubro de 2018, o IASB emitiu alterações à definição de negócios na IFRS 3, sendo essas alterações refletidas na revisão 14 do CPC, alterando o CPC 15 (R1) para ajudar as entidades a determinar se um conjunto adquirido de atividades e ativos consiste ou não em um negócio.

Os impactos gerados pelas alterações serão prospectivos às transações ou outros eventos que ocorram na data ou após a primeira aplicação.

A Administração do Grupo avaliará o impacto das alterações informadas acima.

Alterações na definição de “omissão material” do CPC 26 (R1) / NBC TG 26 (R5) / IAS 1 – Apresentação das Demonstrações Contábeis e CPC 23 / NBC TG 23 (R2) / IAS 8 – Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro

Em outubro de 2018, o IASB emitiu alterações às IAS 1 e IAS 8, alterando o CPC 26 (R1) e o CPC 23 para alinhar a definição de “omissão material” ou “divulgação distorcida material”. A nova definição declara que “a informação é material se sua omissão, distorção ou obscurecimento pode influenciar, razoavelmente, decisões que os principais usuários das demonstrações financeiras de propósito geral fazem com base nessas demonstrações financeiras, que fornecem informações financeiras sobre relatório específico da entidade”.

A Administração do Grupo avaliará o impacto das alterações informadas acima.

2.26. Reapresentação de saldos de exercícios anteriores

A Demonstração dos Fluxos de Caixa consolidada relativa ao exercício findo em 28 de fevereiro de 2019 está sendo reapresentada, para melhor refletir os efeitos da aquisição da empresa SLC Alimentos, conforme nota explicativa nº 9.

	DFC Original	Eliminações	Saldos ajustados
Atividade operacional	16.818	203.142	219.960
Atividade de investimento	61.744	41.876	103.620
Atividade de financiamento	15.652	(253.553)	(237.901)
Variação cambial	(5.378)	8.535	.3.157
Aumento do Caixa e caixa equivalente	88.836	-	88.836

Adicionalmente, o pagamento dos juros sobre empréstimos e financiamentos foi reclassificado do fluxo de atividades de financiamento para o fluxo de atividades operacionais. A seguir, a posição com os saldos finais após reclassificação:

	28 de fevereiro de 2019		
	DFC Ajustada	Reclassificações	Saldos finais
Atividade operacional	219.960	(77.090)	142.870
Atividade de investimento	103.620	-	103.620
Atividade de financiamento	(237.901)	77.090	(160.811)
Variação cambial	3.157	-	3.157
Aumento do Caixa e caixa equivalente	88.836	-	88.836

3. Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas

Julgamentos

A preparação das demonstrações financeiras da Companhia e suas controladas requer que a Administração faça julgamentos e estimativas e adote premissas que afetam os valores apresentados de receitas, despesas, ativos e passivos, bem como as divulgações de passivos contingentes, na data base das demonstrações financeiras. Contudo, a incerteza relativa a essas premissas e estimativas poderia levar a resultados que requeiram um ajuste significativo ao valor contábil do ativo ou passivo relacionado em exercícios futuros.

Estimativas e premissas

As principais premissas relativas a fontes de incerteza nas estimativas futuras e outras importantes fontes de incerteza em estimativas na data do balanço, envolvendo risco significativo de causar um ajuste no valor contábil dos ativos e passivos no próximo exercício financeiro, são apresentadas a seguir:

Perda por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros

Uma perda por redução ao valor recuperável existe quando o valor contábil de um ativo ou unidade geradora de caixa excede o seu valor recuperável, o qual é o maior entre o valor justo menos custos de venda e o valor em uso. O cálculo do valor justo menos custos de vendas é baseado em informações disponíveis de transações de venda de ativos similares ou preços de mercado menos custos adicionais para descartar o ativo. O cálculo do valor em uso é baseado no modelo de fluxo de caixa descontado.

Os fluxos de caixa derivam do orçamento para os próximos anos e não incluem atividades de reorganização com as quais a Companhia ainda não tenha se comprometido ou investimentos futuros significativos que melhorarão a base de ativos da unidade geradora de caixa objeto de teste.

O valor recuperável é sensível à taxa de desconto utilizada no método de fluxo de caixa descontado, que derivam de orçamento de 5 anos, bem como os recebimentos de caixa futuros esperados e à taxa de crescimento utilizada para fins de extrapolação.

No caso de ágio (*goodwill*), o valor recuperável é estimado todo ano na mesma época. Para fins do teste do valor recuperável do ágio, o montante do ágio apurado em uma combinação de negócios é alocado à UGC para o qual o benefício das sinergias da combinação é esperado. Essa alocação reflete o menor nível no qual o ágio é monitorado para fins internos.

Definição e revisão de vida útil de imobilizados e intangíveis

A vida útil de imobilizados e intangíveis são estabelecidas utilizando como base premissas que levam em consideração históricos de bens e intangíveis já depreciados ou amortizados e projeções futuras que se baseiam em estimativas que podem vir a não se realizar de acordo com o previsto, podendo divergir significativamente em relação ao montante inicialmente estimado.

Provisões para demandas judiciais

A Companhia e suas controladas reconhecem provisão para causas cíveis, trabalhistas e tributárias. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

Tributos

Existem incertezas com relação à interpretação de regulamentos tributários complexos e ao valor e época de resultados tributáveis futuros. Dado o amplo aspecto de relacionamentos de negócios internacionais, bem como a natureza de longo prazo e a complexidade dos instrumentos contratuais existentes, diferenças entre os resultados reais e as premissas adotadas, ou futuras mudanças nessas premissas, poderiam exigir ajustes futuros na receita e despesa de impostos já registrada.

A Companhia e suas controladas constituem provisões, com base em estimativas cabíveis, para possíveis consequências de auditorias por parte das autoridades fiscais das respectivas jurisdições em que opera. O valor dessas provisões baseia-se em vários fatores, como experiência de auditorias fiscais anteriores e interpretações divergentes dos regulamentos tributários pela entidade tributável e pela autoridade fiscal responsável. Essas diferenças de interpretação podem surgir numa ampla variedade de assuntos, dependendo das condições vigentes no respectivo domicílio da Companhia, de suas filiais e de suas controladas.

Valor justo de instrumentos financeiros

Quando o valor justo de ativos e passivos financeiros apresentados no balanço patrimonial não puder ser obtido de mercados ativos, é determinado utilizando técnicas de avaliação, incluindo o método de fluxo de caixa descontado. Os dados para esses métodos se baseiam naqueles praticados no mercado, quando possível, contudo, quando isso não for viável, um determinado nível de julgamento é requerido para estabelecer o valor justo. O julgamento inclui considerações sobre os dados utilizados como, por exemplo, risco de liquidez, risco de crédito e volatilidade. Mudanças nas premissas sobre esses fatores poderiam afetar o valor justo apresentado dos instrumentos financeiros.

4. Caixa e equivalentes de caixa

	Controladora		Consolidado	
	29/02/2020	28/02/2019	29/02/2020	28/02/2019
Disponibilidades	2.029	1.343	73.967	33.527
Aplicações financeiras	403.572	310.684	463.797	331.775
	405.601	312.027	537.764	365.302

As disponibilidades são representadas substancialmente por depósitos bancários sem a incidência de juros. As aplicações financeiras classificadas como equivalentes de caixa estão representadas por investimentos em renda fixa, substancialmente representados por Certificados de Depósito Bancários (CDBs) e Operações Compromissadas, com rendimento médio de 100,01% do CDI (99,62% em 28 fevereiro de 2019) podendo ser resgatáveis em até 90 dias das datas de contratação, contra os respectivos emissores, sem alteração significativa do rendimento pactuado. Estas aplicações são mantidas em instituições avaliadas com baixo risco de crédito e solidez no mercado.

5. Aplicações financeiras

	Taxa média anual	Controladora e Consolidado	
		29/02/2020	28/02/2019
Circulante			
Investimentos em renda fixa, sem carência, com restrição	99,12% do CDI	32.292	31.242
		32.292	31.242
Não circulante			
Investimentos em renda fixa, com carência		-	217
		-	217
		32.292	31.459

Assim como as aplicações classificadas como equivalentes de caixa, há investimentos representados substancialmente por CDBs, com restrição por estarem vinculados como garantias à processos tributários, submetidos a avaliação judicial anualmente.

6. Contas a receber

	Controladora		Consolidado	
	29/02/2020	28/02/2019	29/02/2020	28/02/2019
Títulos a vencer	517.195	448.621	687.869	670.019
Títulos vencidos até 30 dias	2.703	3.250	34.247	27.323
Títulos vencidos de 31 até 60 dias	707	561	7.831	6.702
Títulos vencidos de 61 até 90 dias	579	312	4.600	1.785
Títulos vencidos de 91 até 180 dias	1.037	2.669	5.026	3.449
Títulos vencidos há mais de 181 dias	5.229	3.216	11.941	9.965
	527.450	458.629	751.514	719.243
Descontos concedidos (a)	(18.675)	(18.172)	(18.675)	(19.772)
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(5.667)	(5.650)	(7.577)	(8.935)
	503.108	434.807	725.262	690.536

(a) Os descontos concedidos são reconhecidos mediante acordos contratuais com clientes específicos.

A movimentação da provisão para descontos concedidos é demonstrada como segue:

	Controladora		Consolidado	
	29/02/2020	28/02/2019	29/02/2020	28/02/2019
Saldo anterior	(18.172)	(28.207)	(19.772)	(28.207)
Incorporação SLC Alimentos Ltda.	(1.600)	-	-	-
Adições	(177.223)	(158.634)	(177.223)	(165.861)
Reversões / Baixas	178.320	168.669	178.320	174.296
Saldo final	(18.675)	(18.172)	(18.675)	(19.772)

A movimentação da provisão para créditos de liquidação duvidosa é demonstrada como segue:

	Controladora		Consolidado	
	29/02/2020	28/02/2019	29/02/2020	28/02/2019
Saldo anterior	(5.650)	(4.487)	(8.935)	(7.545)
Variação cambial	-	-	(514)	(330)
Incorporação SLC Alimentos Ltda.	(315)	-	-	-
Adições	(4.566)	(4.160)	(4.693)	(5.844)
Reversões	4.104	1.686	5.573	2.302
Baixas	760	1.311	992	2.482
Saldo final	(5.667)	(5.650)	(7.577)	(8.935)

7. Estoques

	Controladora		Consolidado	
	29/02/2020	28/02/2019	29/02/2020	28/02/2019
Produtos acabados	231.471	224.707	342.922	357.102
Matérias-primas e insumos (a)	149.477	172.660	231.181	270.068
Materiais de embalagem	72.894	55.650	81.327	67.330
Adiantamentos a fornecedores (b)	271.983	199.757	493.266	393.285
Outros	16.713	16.461	58.905	56.656
	742.538	669.235	1.207.601	1.144.441
Circulante	715.377	649.856	1.152.804	1.120.180
Não circulante (c)	27.161	19.379	54.797	24.261

(a) Variação consolidada é justificada, principalmente, pelo aumento da variação cambial compensado pelo maior faturamento em relação à safra do exercício anterior.

(b) Adiantamentos efetuados a produtores de arroz para assegurar a compra de matéria-prima, dos quais R\$27.161 (R\$19.379 em 28 de fevereiro de 2019), na controladora, e R\$48.479 (R\$32.584 em 28 de fevereiro de 2019) no consolidado, estão classificados no ativo não circulante, conforme expectativa de realização.

(c) O saldo consolidado não circulante também é composto por materiais de embalagem e outros itens de estoque, totalizados em R\$6.318 (R\$4.882 em 28 de fevereiro de 2019).

8. Tributos a recuperar

	Controladora		Consolidado	
	29/02/2020	28/02/2019	29/02/2020	28/02/2019
Imposto de renda e contribuição social (a)	146.837	166.447	150.592	174.232
PIS e COFINS (b)	159.791	71.956	159.791	161.242
ICMS (c)	14.490	22.014	14.490	22.014
Demais tributos (c)	28.653	22.706	36.123	30.158
	349.771	283.123	360.996	387.646
Circulante	108.218	135.220	119.443	142.025
Não circulante	241.553	147.903	241.553	245.621

A composição dos tributos a recuperar é descrita conforme segue:

a) Imposto de Renda (IRPJ) e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL): No exercício findo em 28 de fevereiro de 2019, a Companhia reconheceu o efeito de duas subvenções para investimentos extemporâneas de ICMS, com respaldo na Lei Complementar 160/2017 e Convênio ICMS 190/2017. O primeiro reconhecimento, em outubro de 2018, relativo aos benefícios de crédito presumido de ICMS utilizado nos anos de 2013 a 2016, totalizou em R\$106.306, dos quais R\$84.481 referem-se ao principal, reconhecido na rubrica de Outras receitas operacionais e R\$21.825 referem-se à atualização monetária reconhecida em Receitas financeiras; O segundo reconhecimento, efetivado no quarto trimestre findo em 28 de fevereiro de 2019, relativo aos benefícios de redução da base de cálculo de ICMS para operações interestaduais com arroz, ocorridas nos anos de 2014 a 2017 totalizou R\$10.727, dos quais R\$8.529 referem-se ao principal contabilizado na rubrica de Outras receitas operacionais e R\$2.198 referem-se a atualização monetária reconhecida em Receitas financeiras. Ambos os reconhecimentos, além do respaldo legal, posto que realizados após a expedição dos Certificados de Registro e Depósito dos benefícios pelo CONFAZ, dispõem de parecer técnico para efetivação. Além deste fato, a Companhia dispunha de R\$49.414 de créditos compostos principalmente sobre recolhimentos de estimativa mensal e saldo negativo. No exercício findo em 29 de fevereiro de 2020, após utilização parcial de créditos, o saldo a utilizar é de R\$146.837.

No consolidado de 2019, destacaram-se as controladas SLC Alimentos Ltda. e Empresas Tucapel S.A. com créditos de saldo negativo de IRPJ e CSLL somados em R\$7.785 e R\$9.756, respectivamente. Os créditos da controlada SLC Alimentos Ltda. foram incorporados pela Companhia em 1 de março de 2019. No exercício findo em 29 de fevereiro de 2020, as controladas totalizaram R\$11.225 de tributos a recuperar.

- b) PIS e COFINS: Em outubro de 2018, devido ao êxito transitado em julgado obtido sobre o processo 2009.34.00.004032-0, pelo qual a Companhia solicitava excluir o ICMS da base de cálculo do PIS e da COFINS, juntamente com o direito de retroagir, foi reconhecido, o crédito extemporâneo de PIS e COFINS atualizado, a partir de janeiro de 2004, no montante de R\$62.939, sendo R\$43.228 relativo ao principal, reconhecido na rubrica de Outras receitas (despesas) operacionais, liquidadas. A atualização monetária reconhecida até fevereiro de 2019 totalizou R\$20.368, reconhecida na rubrica de Receitas financeiras. Além deste fato, a Companhia dispunha de R\$9.017 relativos a créditos operacionais. No consolidado de fevereiro de 2019, destacou-se a controlada SLC Alimentos Ltda. com créditos de PIS e COFINS a recuperar de R\$89.286, composto por R\$41.617 em créditos operacionais e R\$47.669, provenientes do mesmo embasamento legal seguido pela controladora. Os créditos da controlada foram incorporados pela Companhia em 1 de março de 2019. No exercício findo em 29 de fevereiro de 2020, após utilização parcial de créditos, o saldo disponível a recuperar é de R\$159.791.
- c) ICMS e Demais tributos: compostos por créditos de ICMS gerados pela operação, retenções na fonte, impostos sobre importação, contribuições previdenciárias, Imposto sobre Produto Industrializado (IPI) e Imposto sobre Valor Agregado (IVA) das controladas S.A. Molinos Arroceros Nacionales (SAMAN) e Costeño Alimentos S.A.C. Em fevereiro de 2019, a Companhia reconheceu nesta rubrica um crédito tributário de R\$14.488 devido pagamento em duplicidade de multa isolada aplicada em 2014, identificado pela Receita Federal.

9. Combinação de negócios

- a) Aquisição da SLC Alimentos Ltda.

Em 3 de dezembro de 2018, a Companhia concluiu a aquisição de 100% do capital social da SLC Alimentos Ltda., cujo Contrato de Compra e Venda de Quotas e Outras Avenças havia sido celebrado em 26 de outubro de 2018. Foi acordado o pagamento de R\$180.000, dos quais R\$140.000 foram liquidados na data de fechamento da operação e o valor remanescente de R\$40.000 foi retido pela Companhia, e será desembolsado de acordo com as fases previstas em contrato, no prazo limite de 5 anos, após dedução de possíveis perdas incorridas relativas a fatos inesperados vinculados à operação. Adicionalmente, o contrato prevê o pagamento contingente referente a créditos fiscais de R\$10.296, líquidos dos honorários advocatícios. O passivo remanescente total acrescido de sua atualização financeira está alocado na rubrica Contas a pagar (saldo em 29 de fevereiro de 2020 de R\$40.123).

A aquisição da SLC Alimentos Ltda. representa aumento de eficiência operacional através da sinergia estimada pela Companhia em todas as áreas estratégicas na categoria de grãos.

A fim de atender a legislação societária e a NBC TG 15 (R4) / CPC 15 (R1) / IFRS 3 – Combinação de Negócios, a Companhia contratou uma consultoria especializada para elaboração do laudo de avaliação do valor justo à data de aquisição.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
29 de fevereiro de 2020 e 2019
(Em milhares de reais – R\$, exceto quando indicado de outra forma)



A seguir, apresentamos o sumário do cálculo apurado do ágio (parcela não alocada), conforme laudo concluído em novembro de 2019 e ajustes apurados até 3 de dezembro de 2019:

	03/12/2018
Parcela fixa do preço de aquisição	140.000
Parcela retida	40.000
Contraprestação contingente	10.296
Total da contraprestação	190.296
Valor justo preliminar dos ativos líquidos	
Patrimônio líquido contábil em 03/12/2018	119.767
Parcela paga excedente ao valor contábil	70.529
(-) Ativos imobilizados identificados a valor justo	(35.587)
(-) Ativos intangíveis identificados a valor justo	(17.645)
(-) Ajuste a valor justo de outros ativos e passivos	(775)
Ágio (Goodwill) preliminar apurado	16.522
(-) Redução por ajuste no preço de aquisição (contraprestação) (*)	(6.656)
Ágio (Goodwill) final	9.866

(*) Montante composto por pagamentos feitos pela Companhia relativos a obrigações da SLC Alimentos Ltda., não previstos na formação do preço de compra.

Os detalhes do ativo líquido adquirido e da contraprestação estão demonstrados a seguir:

	Saldos em 03/12/2018	Valor justo apurado/PPA originalmente	Ajustes aos valores apurados	Saldos finais
Parcela fixa do preço de aquisição	140.000	-	-	140.000
Parcela retida	40.000	-	-	40.000
Contraprestação contingente	10.296	-	-	10.296
(-) Redução por ajuste no preço de aquisição	-	-	(6.656)	(6.656)
Total do custo de aquisição (Nota 10)	190.296	-	(6.656)	183.640
Ativos				
Caixa e equivalentes de caixa	26.433	-	-	26.433
Contas a receber	61.492	-	-	61.492
Estoques	40.237	775	-	41.012
Tributos a compensar e diferidos	100.525	-	-	100.525
Imobilizado	77.902	35.587	-	113.489
Intangível	15.858	17.645	-	33.503
Ágio (goodwill) (Nota 12)	-	34.884	(25.018)	9.866
Outras contas	4.075	122	-	4.197
Total do ativo	326.522	89.013	(25.018)	390.517
Passivos				
Empréstimos e financiamentos, líquido de derivativos	176.463	-	-	176.463
Provisão para demandas judiciais	454	122	-	576
Fornecedores	15.148	-	-	15.148
Tributos a recolher e provisão de férias/encargos	9.737	-	-	9.737
Tributos diferidos	-	18.362	(18.362)	-
Outros passivos	4.953	-	-	4.953
Total do passivo	206.755	18.484	(18.362)	206.877
Valor apurado dos ativos líquidos adquiridos	119.767	70.529	(6.656)	183.640

Com o propósito de integrar tais sinergias, em 1º de março de 2019, por meio de Assembleia Geral Extraordinária (AGE), a Companhia aprovou por unanimidade, a incorporação da SLC Alimentos Ltda., cujo acervo líquido incorporado, em 1º de março de 2019, foi:

	Saldo Incorporado
Ativos	
Caixa e equivalentes de caixa	11.516
Contas a receber	48.444
Estoques	25.618
Tributos a compensar	97.718
Imobilizado, líquido (Nota 11)	111.870
Intangível (Nota 12)	32.499
Outras contas	6.773
Total dos ativos	334.438
Passivos	
Empréstimos e financiamentos (Nota 15)	148.166
Provisão para demandas judiciais (Nota 18.1)	593
Outros passivos	14.584
Total dos passivos	163.343
Valor dos ativos identificáveis líquidos (Nota 10)	171.095

O ajuste no valor da contraprestação, no valor de R\$6.656 e o efeito nos tributos diferidos de R\$18.362, não impactaram os dados incorporados mencionados no quadro acima, pois os ajustes contábeis foram contabilizados diretamente na Companhia, responsável pela incorporação da SLC Alimentos Ltda., pois foram apurados posteriormente à incorporação e antes de completarem um ano da data de aquisição.

b) Aquisição da Unidade de Negócios de Pet Food da Empresas IANSA no Chile

Em 22 de janeiro de 2020, a controlada Empresas Tucapel S.A. celebrou o Contrato de Compra e Venda de Quotas e Ativos da LDA SpA e os ativos relacionados à Unidade de Negócios de Pet Food da Empresas IANSA S.A. (“LDA”).

O valor final da operação totalizou CLP37.000.000 (trinta e sete bilhões de pesos chilenos) equivalente a aproximadamente R\$200.000.

A conclusão da transação está sujeita à aprovação da autoridade chilena de defesa da concorrência do Chile - Fiscalía Nacional Económica (“FNE”), dentre outras condições usuais a este tipo de operação, que até a data de 29 de fevereiro de 2020 não foi obtida.

A Companhia possui um histórico consistente de crescimento e ampliação de participação de mercado por meio de aquisições. Essa mais recente aquisição, consiste em um passo importante para fortalecimento da competitividade no Chile, país no qual a Camil possui histórico de constante crescimento e rentabilidade por meio de sua subsidiária Tucapel.

10. Investimentos

	Controladora		Consolidado	
	29/02/2020	28/02/2019	29/02/2020	28/02/2019
Controladas	1.075.624	1.038.241	-	-
Coligadas	-	-	32.981	29.789
Ágio na aquisição de investimento (*)	195.332	220.350	-	-
	1.270.956	1.258.591	32.981	29.789

(*) Para fins de consolidação, o ágio gerado pela aquisição de investimentos é alocado no Ativo intangível, conforme previsto pelo CPC 15 (R1) / NBC TG 15 (R4) / IFRS 3 – Combinação de Negócios.

A movimentação dos investimentos pode ser assim demonstrada:

	Controladora		Consolidado	
	29/02/2020	28/02/2019	29/02/2020	28/02/2019
Saldo anterior	1.258.591	877.129	29.789	26.657
Integralização de capital em controlada (a)	6.388	25.000	-	-
Aquisição de investimento (b) (Nota 9.a)	-	190.296	-	-
Incorporação de investimento (b) (Nota 9.a)	(171.095)	-	-	-
Ajuste do reconhecimento do <i>goodwill</i> de aquisição da SLC (Nota 9.a) (*)	(7.259)	-	-	-
Resultado da alienação em controlada	-	(120)	-	-
Equivalência patrimonial	76.539	95.434	(620)	(996)
Variação cambial em investimentos (c)	107.792	74.249	3.812	4.128
Transferência para passivo à descoberto em controlada direta	-	(3.397)	-	-
Saldo final	1.270.956	1.258.591	32.981	29.789

(*) Ajuste composto por R\$6.656 relativo aos pagamentos realizados pela Companhia, de obrigações da SLC Alimentos Ltda., não previstos na formação do preço de compra e R\$603 relativo à reversão da amortização do IRPJ/CSLL diferidos sobre as mais-valias, devido incorporação.

- Em 16 de julho de 2019, a Companhia aumentou o capital social da controlada Ciclo Logística Ltda. em R\$6.388, mediante emissão de novas quotas na controlada, conforme 21ª Alteração do Contrato Social.
- Aquisição e incorporação da SLC Alimentos Ltda., conforme detalhamento descrito na nota explicativa 9.a.
- No exercício findo em 29 de fevereiro de 2020, foi gerado um valor de R\$107.792 (R\$74.249 em 28 de fevereiro de 2019) relativo aos efeitos da variação cambial derivados da conversão para reais das demonstrações financeiras das controladas sediadas no exterior, originalmente elaboradas em dólares norte-americanos (USD), no Uruguai, pesos chilenos (CLP) e novo sol (PEN). Estes efeitos são registrados como outros resultados abrangentes, no patrimônio líquido.

As participações em empresas controladas podem ser assim demonstradas:

Controladas diretas

	29/02/2020				Investimento	
	Capital social	Patrimônio líquido	Participação no capital %	Equivalência patrimonial	29/02/2020	28/02/2019
Camilatam S.A.	205.121	1.054.188	100%	78.965	1.054.188	867.431
Ciclo Logística Ltda.	32.387	21.436	100%	(2.426)	21.436	17.474
SLC Alimentos Ltda.	-	-	100%	-	-	153.336
				76.539	1.075.624	1.038.241

Sociedades coligadas

Sua controlada S.A. Molinos Arroceros Nacionales (SAMAN) mantém investimentos nas seguintes companhias coligadas e não controladas:

	29/02/2020				Investimento		
	Capital social	Patrimônio líquido	Resultado no período	Participação no capital %	Equivalência patrimonial	29/02/2020	28/02/2019
SAMAN:							
Arrozur S.A.	39.732	43.106	450	49,19%	221	21.204	19.028
Tacua S.A.	1.669	6.135	5	40,72%	2	2.498	2.073
Agencia Marítima Sur	1	1.040	(341)	40,72%	(139)	424	516
Galofer S.A.	42.052	19.678	(1.563)	45,00%	(704)	8.855	8.172
					(620)	32.981	29.789

11. Imobilizado

Controladora	Adiantamento						Total
	Terrenos	Prédios e benfeitorias	Máquinas e equipamentos	a fornecedores	Obras em andamento	Outros	
Custo							
Saldo em 28/02/2018	67.508	257.739	596.731	2.381	29.369	24.650	978.378
Aquisições	2	41	498	84.726	43.688	16.246	145.201
Baixas	-	-	(923)	-	(319)	(125)	(1.367)
Baixas – São Gonçalo (a)	(15.105)	(70.660)	(66.868)	-	(1.950)	-	(154.583)
Provisão para reestruturação (b)	-	(299)	(4.346)	-	(49)	(43)	(4.737)
Transferências	6.255	7.382	31.842	(82.947)	47.323	(9.855)	-
Reclassificações (*)	-	13.772	(13.772)	-	(2.813)	-	(2.813)
Saldo em 28/02/2019	58.660	207.975	543.162	4.160	115.249	30.873	960.079
Incorporação SLC Alimentos Ltda. (Nota 9.a)	4.607	53.857	92.491	-	823	2.038	153.816
Aquisições	360	132	3.310	23.566	62.552	56	89.976
Baixas	-	(11)	(1.695)	-	-	(77)	(1.783)
Transferências	-	35.386	95.594	(24.453)	(106.502)	(25)	-
Saldo em 29/02/2020	63.627	297.339	732.862	3.273	72.122	32.865	1.202.088
Depreciação							
Saldo em 28/02/2018	-	(88.383)	(373.769)	-	-	(17.950)	(480.102)
Depreciação	-	(9.575)	(39.582)	-	-	(1.422)	(50.579)
Baixas	-	-	757	-	-	119	876
Baixas – São Gonçalo (a)	-	29.414	53.962	-	-	-	83.376
Transferências	-	3	(96)	-	-	93	-
Saldo em 28/02/2019	-	(68.541)	(358.728)	-	-	(19.160)	(446.429)
Incorporação SLC Alimentos Ltda. (Nota 9.a)	-	(14.797)	(25.912)	-	-	(1.237)	(41.946)
Depreciação	-	(11.078)	(51.235)	-	-	(1.678)	(63.991)
Baixas	-	7	890	-	-	56	953
Transferências	-	5.423	(5.398)	-	-	(25)	-
Saldo em 29/02/2020	-	(88.986)	(440.383)	-	-	(22.044)	(551.413)
Saldo em 28/02/2019	58.660	139.434	184.434	4.160	115.249	11.713	513.650
Saldo em 29/02/2020	63.627	208.353	292.479	3.273	72.122	10.821	650.675

Notas explicativas às demonstrações financeiras
29 de fevereiro de 2020 e 2019



(Em milhares de reais – R\$, exceto quando indicado de outra forma)

Consolidado	Adiantamento						Total
	Terrenos	Prédios e benfeitorias	Máquinas e equipamentos	a fornecedores	Obras em andamento	Outros	
Custo							
Saldo em 28/02/2018	114.740	432.846	987.215	2.375	52.295	84.507	1.673.978
Variação cambial	5.827	18.512	49.114	-	(2.150)	10.022	81.325
Combinação de negócios SLC Alimentos	4.607	53.444	93.936	43	569	2.058	154.657
Aquisições	364	6.674	2.015	84.976	71.503	20.008	185.540
Baixas	(1.722)	(5.267)	(12.201)	(288)	(918)	(9.710)	(30.106)
Baixas – São Gonçalo (a)	(15.105)	(70.660)	(66.868)	-	(1.950)	-	(154.583)
Provisão para reestruturação (b)	-	(299)	(4.346)	-	(49)	(43)	(4.737)
Transferências	5.893	27.397	53.877	(82.947)	6.635	(10.855)	-
Reclassificações (*)	-	13.772	(13.772)	-	(2.813)	-	(2.813)
Saldo em 28/02/2019	114.604	476.419	1.088.970	4.159	123.122	95.987	1.903.261
Variação cambial	6.965	24.255	77.344	-	904	5.522	114.990
Aquisições	360	132	3.338	23.566	81.080	8.092	116.568
Baixas	-	(60)	(4.039)	-	-	(1.883)	(5.982)
Transferências IFRS 16(*)	-	-	-	-	-	(7.500)	(7.500)
Transferências (**)	494	37.732	105.321	(24.453)	(124.350)	2.006	(3.250)
Saldo em 29/02/2020	122.423	538.478	1.270.934	3.272	80.756	102.224	2.118.087
Depreciação							
Saldo em 28/02/2018	-	(149.645)	(657.982)	-	-	(43.302)	(850.929)
Variação cambial	-	(6.762)	(38.377)	-	-	(2.081)	(47.220)
Combinação de negócios SLC Alimentos	-	(14.075)	(25.854)	-	-	(1.238)	(41.167)
Depreciação	-	(17.401)	(68.177)	-	-	(9.994)	(95.572)
Baixas	-	2.576	9.046	-	-	8.458	20.080
Baixas – São Gonçalo (a)	-	29.414	53.962	-	-	-	83.376
Transferências	-	(56)	(430)	-	-	486	-
Saldo em 28/02/2019	-	(155.949)	(727.812)	-	-	(47.671)	(931.432)
Variação cambial	-	(9.646)	(61.879)	-	-	(6.201)	(77.726)
Depreciação	-	(20.159)	(81.211)	-	-	(4.092)	(105.462)
Baixas	-	7	2.375	-	-	1.356	3.738
Transferência IFRS 16(*)	-	-	-	-	-	4.489	4.489
Transferências	-	5.423	(5.398)	-	-	(25)	-
Saldo em 29/02/2020	-	(180.324)	(873.925)	-	-	(52.144)	(1.106.393)
Saldo em 28/02/2019	114.604	320.470	361.158	4.159	123.122	48.316	971.829
Saldo em 29/02/2020	122.423	358.154	397.009	3.272	80.756	50.080	1.011.694

(*) Movimentação relativa à operação de leasing de equipamentos de informática da controlada Empresas Tucapel S.A., anteriormente classificado como ativo imobilizado e transferido para a rubrica de Ativo de direito de uso (Nota 13), em função da implementação da nova norma contábil.

(**) Reclassificação de software em andamento para intangível.

- a) As baixas da Companhia foram justificadas principalmente pela migração das atividades operacionais da unidade de São Gonçalo, localizada no estado Rio Janeiro, para a unidade de Navegantes, localizada no estado de Santa Catarina, visando eficiência operacional. O saldo contábil do ativo imobilizado desta unidade era de R\$71.207 e, devido a intenção da Administração da Companhia e em consonância com a NBC TG 31 – Ativo Não Circulante Mantido para Venda e Operação Descontinuada, o montante de R\$39.939 foi registrado na rubrica de Bens Destinados à Venda, considerando o menor valor entre o valor justo, fundamentado por laudo elaborado por consultoria especializada, e o valor contábil. No exercício findo em 29 de fevereiro de 2020, o valor justo dos ativos da unidade de São Gonçalo foi atualizado, considerando a firme intenção de negociação a curto prazo, totalizando R\$38.309.

(Em milhares de reais – R\$, exceto quando indicado de outra forma)

- b) Adicionalmente a este fato, também houve reestruturação das atividades operacionais da unidade de Sertãozinho para Barra Bonita, ambas situadas no estado de São Paulo. O saldo contábil desta unidade era de R\$4.737, o qual foi integralmente provisionado para perda.

As obras em andamento e os adiantamentos a fornecedores referem-se, substancialmente, à ampliação da capacidade de armazenagem e de produção.

A controladora possui empréstimos e financiamentos no valor de R\$33.799 (R\$41.968 em 28 de fevereiro de 2019) que estão garantidos por alienação fiduciária de bens do ativo imobilizado registrados à rubrica “Máquinas e equipamentos”. A controlada Costeño Alimentos S.A.C. também possui empréstimos onde foram dados imóveis em garantia no valor de R\$67.189 (R\$47.324 em 28 de fevereiro de 2019) alocados na rubrica de “Prédios e benfeitorias”.

12. Intangível

Controladora	Software	Ágio	Marcas e patentes	Relacionamento com clientes	Contrato de não competição	Software em desenvolvimento	Total
Saldo em 28/02/2018	5.460	-	215.550	3.055	-	-	224.065
Aquisições	4	-	-	-	-	8.639	8.643
Baixas	-	-	-	-	-	-	-
Amortizações	(2.113)	-	-	(3.055)	-	-	(5.168)
Reclassificações (*)	6.246	-	-	-	-	(3.433)	2.813
Saldo em 28/02/2019	9.597	-	215.550	-	-	5.206	230.353
Incorporação SLC Alimentos Ltda. (Nota 9.a)	113	-	24.535	6.375	1.476	-	32.499
Aquisições	-	-	-	-	-	16.914	16.914
Baixas	-	-	-	-	-	(77)	(77)
Amortizações	(3.018)	-	-	(722)	(311)	-	(4.051)
Transferências	19.344	-	-	-	-	(19.344)	-
Saldo em 29/02/2020	26.036	-	240.085	5.653	1.165	2.699	275.638

Consolidado	Software	Ágio	Marcas e patentes	Relacionamento com clientes	Contrato de não competição	Software em desenvolvimento	Total
Saldo em 28/02/2018	8.450	273.179	280.777	3.949	-	-	566.355
Variação cambial	413	(1.176)	15.030	-	-	-	14.267
Combinação de negócios SLC Alimentos	122	34.884	25.271	6.555	1.554	-	68.386
Aquisições	1.427	-	-	-	-	8.639	10.066
Baixas	-	-	(737)	-	-	-	(737)
Amortizações	(2.531)	-	-	(3.235)	(78)	-	(5.844)
Reclassificações (*)	6.246	-	894	(894)	-	(3.433)	2.813
Saldo em 28/02/2019	14.127	306.887	321.235	6.375	1.476	5.206	655.306
Variação cambial	298	10.772	7.264	-	-	-	18.334
Aquisições	2.167	-	-	-	-	16.914	19.081
Baixas (*)	(247)	-	-	-	-	(77)	(324)
Ajuste combinação de negócios SLC Alimentos(*)	-	(25.018)	-	-	-	-	(25.018)
Amortizações	(3.930)	-	-	(722)	(311)	-	(4.963)
Transferências	22.594	-	-	-	-	(19.344)	3.250
Saldo em 29/02/2020	35.009	292.641	328.499	5.653	1.165	2.699	665.666

(*) Refere-se, à reversão de R\$18.362 do IRPJ e da CSLL diferidos sobre as mais-valias da controlada SLC Alimentos Ltda., e ao ajuste do preço de aquisição de R\$6.656, em contrapartida à rubrica de Outras contas a pagar, ambos reduzindo o valor do ágio apurado originalmente, conforme nota explicativa 9.a.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
29 de fevereiro de 2020 e 2019



(Em milhares de reais – R\$, exceto quando indicado de outra forma)

O valor contábil dos intangíveis e imobilizados alocados a cada uma das Unidades Geradoras de Caixa (UGC) é apresentado a seguir:

Controladora	UGC de pescados		UGC de açúcares		UGC de grãos		Total	
	29/02/2020	28/02/2019	29/02/2020	28/02/2019	29/02/2020	28/02/2019	29/02/2020	28/02/2019
Marcas e patentes	50.884	50.884	134.071	134.071	55.130	30.595	240.085	215.550
Imobilizado	132.222	139.059	94.159	79.803	424.294	294.788	650.675	513.650
Outros intangíveis	116	123	218	6	35.219	14.674	35.553	14.803
	183.222	190.066	228.448	213.880	514.643	340.057	926.313	744.003

Consolidado	Alimentício Brasil						Alimentício Internacional		Total	
	UGC de pescados		UGC de açúcares		UGC de grãos		UGC de grãos		29/02/2020	28/02/2019
	29/02/2020	28/02/2019	29/02/2020	28/02/2019	29/02/2020	28/02/2019	29/02/2020	28/02/2019		
Marcas e patentes	50.884	50.884	134.071	134.071	55.130	55.130	88.414	81.150	328.499	321.235
Imobilizado	132.222	139.059	94.159	79.803	440.869	419.550	344.444	333.417	1.011.694	971.829
Outros intangíveis	116	123	218	6	35.220	22.641	8.972	4.414	44.526	27.184
Valor contábil do ágio	17.670	17.670	144.142	144.142	33.520	58.538	97.309	86.537	292.641	306.887
	200.892	207.736	372.590	358.022	564.739	555.859	539.139	505.518	1.677.360	1.627.135

Os ativos intangíveis e imobilizados são submetidos a testes de valor recuperável (*impairment*) anualmente. Nos exercícios findos em 29 de fevereiro de 2020 e 28 de fevereiro de 2019 não foram identificados ativos que se encontrem registrados por valor superior a seu valor recuperável.

As projeções estão de acordo com o Plano de Negócios elaborado pela Administração da Companhia para os próximos cinco anos e os fluxos de caixa que excedem o período de cinco anos são aumentados de acordo com o crescimento previsto para cada uma das UGCs para considerar aspectos de perpetuidade. Espera-se que o crescimento projetado das vendas, custos e indicadores econômicos estejam em linha com a curva observada em anos anteriores e em linha com o crescimento econômico dos países nos quais a Companhia possui operações.

Unidade Geradora de Caixa é o menor grupo identificável de ativos que gera entradas de caixa, entradas essas que são em grande parte independentes das entradas de caixa de outros ativos ou outros grupos de ativos.

O processo de determinação do valor em uso envolveu a utilização de premissas, julgamentos e estimativas sobre os fluxos de caixa, tais como taxa de crescimento das receitas, custos e despesas, estimativas de investimentos e capital de giro futuros, perpetuidade e taxa de desconto. Tal entendimento está em acordo com o parágrafo 35 da NBC TG 01 (R4) - Redução do Valor Recuperável dos Ativos. Todas as premissas utilizadas são:

- O primeiro ano do modelo é baseado na melhor estimativa do fluxo de caixa para o ano em curso. Os demais anos são preparados por país e são baseados em fontes externas em relação aos pressupostos macroeconômicos, evolução da indústria, inflação e taxas de câmbio, experiência passada e iniciativas em termos de *market share*, receita, custos e capital de giro;

- As projeções são feitas na moeda funcional da unidade de negócios e descontados pelo custo médio ponderado da unidade de capital (“WACC”), considerando-se as sensibilidades nesta métrica. A taxa de desconto antes de impostos aplicada a projeções de fluxo de caixa é de 7,75% (9,49% a.a. em 28 de fevereiro de 2019);
- A taxa de crescimento utilizada para extrapolar o fluxo de caixa de todas as UGCs para um período acima de cinco anos é de 4,0% (5,0% em 28 de fevereiro de 2019), a qual reflete a perspectiva de crescimento de preços da Companhia em relação a inflação futura anual (meta BCB) acrescida de uma parcela de crescimento real do negócio. As taxas médias de crescimento das receitas de vendas projetadas para o período de cinco anos das UGCs, foram: grãos 6,2%, pescados 5,1% e açúcar 3,0%.

Diante do cenário de pandemia do COVID-19, a Companhia até o momento não sofreu impacto material financeiro relevante, que possa resultar em conclusões para alteração das premissas adotadas para o cálculo do teste de recuperabilidade de ativos.

13. Contratos de arrendamento

A partir de 1º de março de 2019, a Companhia aplicou o CPC 06 (R2) / NBC TG 06 (R3) / IFRS 16 – Operações de Arrendamento Mercantil, utilizando a abordagem retrospectiva modificada, que não exige a apresentação comparativa de períodos anteriores.

Na adoção inicial, os passivos foram mensurados pelo valor presente dos pagamentos remanescentes, descontados à taxa incremental (taxa nominal) sobre os empréstimos da Companhia de 0,49% a.m. e o ativo de direito de uso foram mensurados pelo valor igual ao passivo de arrendamento a valor presente. Para os contratos aptos para o aproveitamento do crédito do PIS e da COFINS, os tributos a recuperar são reconhecidos conforme pagamento efetivo do arrendamento.

A Companhia aplicou o expediente prático com relação à definição de contrato de arrendamento, aplicando os critérios de direito de controle e obtenção de benefícios do ativo identificável, prazo de contratação superior a 12 meses, expectativa de prazo de renovação contratual, contraprestação fixa e relevância do valor do bem arrendado.

Os principais contratos de arrendamento da Companhia referem-se à locação dos imóveis das plantas industriais com prazo remanescente médio de 3 anos e da sede administrativa, com prazo remanescente de 7 anos.

a) Ativo de direito de uso

Controladora	Imóveis	Máquinas e equipamentos	Equipamentos de informática	Veículos	Total
Saldo inicial em 28/02/2019	-	-	-	-	-
Arrendamentos reconhecidos na transição para a CPC 06 (R2) / NBC TG 06 (R3) / IFRS 16 em 1/03/2019	76.314	3.601	-	2.616	82.531
Aquisições	38.758	9.002	-	841	48.601
Amortização crédito de PIS e COFINS diferido	(1.176)	(287)	-	-	(1.463)
Atualização monetária	3.234	17	-	78	3.329
Amortização	(21.135)	(2.405)	-	(1.290)	(24.830)
Baixas	(33.801)	(873)	-	(38)	(34.712)
Saldo em 29/02/2020	62.194	9.055	-	2.207	73.456

Notas explicativas às demonstrações financeiras
29 de fevereiro de 2020 e 2019
(Em milhares de reais – R\$, exceto quando indicado de outra forma)



Consolidado	Imóveis	Máquinas e equipamentos	Equipamentos de informática	Veículos	Total
Saldo inicial em 28/02/2019	-	-	-	-	-
Arrendamentos reconhecidos na transição para a CPC 06 (R2) / NBC TG 06 (R3) / IFRS 16 em 1/03/2019	94.299	3.871	-	2.980	101.150
Varição cambial sobre a adoção inicial	2.069	(4)	-	(7)	2.058
Transferência ativo imobilizado – <i>leasing</i> com opção de compra (*)	-	-	3.011	-	3.011
Aquisições	40.894	9.002	-	867	50.763
Amortização crédito de PIS e COFINS diferido	(1.176)	(287)	-	-	(1.463)
Atualização monetária	3.234	17	-	78	3.329
Amortização	(28.418)	(2.505)	(705)	(1.426)	(33.054)
Baixas	(34.656)	(873)	-	(38)	(35.567)
Saldo em 29/02/2020	76.246	9.221	2.306	2.454	90.227

(*) Movimentação relativa à operação de leasing com opção de compra da controlada Empresas Tucapel S.A.

b) Passivo de arrendamento

	Controladora	Consolidado
Saldo inicial em 28/02/2019	-	-
Arrendamentos reconhecidos na transição para a CPC 06 (R2) / NBC TG 06 (R2) / IFRS 16	93.555	113.987
AVP reconhecido na transição da norma	(11.248)	(13.061)
Varição cambial sobre adoção inicial	-	2.058
Transferência empréstimos e financiamentos – operação de <i>leasing</i> (Nota 15)	-	508
Adições de novos contratos	61.804	63.977
AVP reconhecido sobre adições de novos contratos	(12.979)	(12.990)
Remensuração dos contratos de arrendamento	3.649	3.649
AVP reconhecido sobre remensuração	(320)	(320)
Pagamentos dos passivo de arrendamento	(29.173)	(36.752)
Amortização dos juros acumulados (AVP)	4.976	5.744
Baixas por alteração contratual	(35.366)	(35.367)
Saldo em 29/02/2020	74.898	91.433
Circulante	17.835	25.952
Não circulante	57.063	65.481

As aquisições e baixas apresentadas nos quadros acima, referem-se, principalmente, à mudança do arrendador da planta de Santa Cruz, localizada no Rio de Janeiro, alterando as condições previstas no contrato calculado da transição da norma em 1º de março de 2019.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
29 de fevereiro de 2020 e 2019
(Em milhares de reais – R\$, exceto quando indicado de outra forma)



A seguir o cronograma de vencimento das parcelas de arrendamentos ao valor contábil:

	Controladora				
	Imóveis	Máquinas e equipamentos	Equipamentos de informática	Veículos	Total
fev/21	13.646	2.894	-	1.295	17.835
fev/22	7.790	1.964	-	803	10.557
fev/23	6.541	1.759	-	182	8.482
fev/24	5.591	1.828	-	-	7.419
fev/25	5.696	799	-	-	6.495
Após fev/25	24.110	-	-	-	24.110
	63.374	9.244	-	2.280	74.898

	Consolidado				
	Imóveis	Máquinas e equipamentos	Equipamentos de informática (*)	Veículos	Total
fev/21	21.082	2.994	326	1.550	25.952
fev/22	9.835	2.033	302	803	12.973
fev/23	8.517	1.759	271	182	10.729
fev/24	7.443	1.828	184	-	9.455
fev/25	7.399	799	15	-	8.213
Após fev/25	24.111	-	-	-	24.111
	78.387	9.413	1.098	2.535	91.433

(*) A controlada Empresas Tucapel S.A. tem operações de leasing com opção de compra no montante de R\$1.098.

c) Resultado de arrendamento

	Controladora	Consolidado
	29/02/2020	
Isenções (Arrendamentos variáveis, de baixo valor ou com prazo inferior a 12 meses) - Nota 22	(5.751)	(39.167)
Amortização do arrendamento de aluguel - Nota 22	(24.830)	(33.054)
Despesas financeiras - Juros acumulados (AVP) - Nota 23	(4.976)	(5.744)
	(35.557)	(77.965)

d) Informações complementares

Para atender ao Ofício-Circular/CVM/SNC/SEP 02/19, o Grupo mensurou os saldos do ativo de direito de uso e passivo de arrendamento e os respectivos impactos no resultado, considerando as projeções dos fluxos de caixa sem inflação (taxa real) e descontadas à mesmas bases, possibilitando a comparabilidade dos investidores, em relação aos saldos calculados sob fluxos de caixa nominais:

	Controladora	Consolidado
Saldo do Ativo de direito de uso em 29/02/2020	83.938	99.806
Saldo do Passivo de arrendamento em 29/02/2020	84.553	102.029
Amortização do ativo de direito de uso no exercício	(20.858)	(28.312)
Amortização do Ajuste a Valor Presente (AVP) no exercício	1.411	1.659

14 Fornecedores

	Controladora		Consolidado	
	29/02/2020	28/02/2019	29/02/2020	28/02/2019
Produtos - mercado interno	262.398	222.447	371.928	311.271
Produtos - mercado externo	34.369	24.034	69.187	29.749
Serviços	13.973	11.151	42.234	49.129
Fretes a pagar	24.761	24.133	31.332	28.646
Outros fornecedores	2.589	2.239	2.589	4.409
	338.090	284.004	517.270	423.204

15. Empréstimos, financiamentos e debêntures

Tipo de empréstimos	Moeda / Indexador	Taxa média anual 29/02/2020	Controladora		Consolidado	
			29/02/2020	28/02/2019	29/02/2020	28/02/2019
Capital de giro (a)						
Moeda nacional	-	5,43%	13.912	-	13.912	129.464
Moeda nacional	IPCA	4,00%	9.416	-	9.416	9.654
Moeda estrangeira (*)	USD	1,31%	28.162	20.828	28.162	92.011
Moeda estrangeira (**)	CLP	4,00%	-	-	338	7.166
Moeda estrangeira (***)	PEN	4,59%	-	-	115.114	109.085
FINAME (a)	-	4,35%	33.799	41.968	33.799	51.165
Financiamento ativo imobilizado - moeda estrangeira (****)	USD	3,90%	-	-	38.668	50.176
			85.289	62.796	239.409	448.721
Debêntures - Garantia Quirografária (b)						
Emitida em 23/11/2016 - 1ª série (b.i)	CDI	99% CDI a.a.	-	218.917	-	218.917
Emitida em 23/11/2016 - 2ª série (b.i)	CDI	100% CDI a.a.	190.765	191.864	190.765	191.864
Emitida em 19/05/2017 - 1ª série (b.ii)	CDI	97% CDI a.a.	239.057	239.674	239.057	239.674
Emitida em 19/05/2017 - 2ª série (b.ii)	CDI	98% CDI a.a.	167.715	168.152	167.715	168.152
Emitida em 15/12/2017 - Série única (b.iii)	CDI	98% CDI a.a.	169.412	170.130	169.412	170.130
Emitida em 16/04/2019 - 1ª série (b.iv)	CDI	98% CDI a.a.	276.024	-	276.024	-
Emitida em 16/04/2019 - 2ª série (b.iv)	CDI	101% CDI a.a.	334.081	-	334.081	-
Custo da transação			(13.569)	(8.599)	(13.569)	(8.599)
			1.363.485	980.138	1.363.485	980.138
			1.448.774	1.042.934	1.602.894	1.428.859
Circulante			490.880	254.079	560.639	514.114
Não circulante			957.894	788.855	1.042.255	914.745

(*) USD - Dólar Americano

(**) CLP - Pesos Chilenos

(***) PEN - Novo Sol / Peru

(****) Financiamento contratado pela controlada SAMAN.

- a) Na controladora, parte do capital de giro no valor de R\$3.660 está garantido por alienação dos estoques e o FINAME de R\$33.799 está garantido por alienação fiduciária de bens do ativo imobilizado (R\$41.968 em 28 de fevereiro de 2019). Quanto à controlada Costeño Alimentos S.A.C., os bens em garantia foram mencionados na nota explicativa 11.

b) A seguir, o histórico das emissões com pagamentos a vencer:

i) Emissão em 23 de novembro de 2016 - Certificado de Recebíveis do Agronegócio (“CRA”)

No dia 23 de novembro de 2016, a Companhia emitiu debêntures, conforme “Instrumento Particular de Escritura da 5ª Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em ações, da Espécie Quirografária, no valor total de R\$402.255, em duas séries, para distribuição pública com esforços restritos, da Camil Alimentos S.A.”, celebrado entre a Emissora e a Eco Securitizadora de Direitos Creditórios do Agronegócio S.A. Após a aquisição pela Securitizadora, as debêntures foram vinculadas às 91ª e 92ª séries da primeira emissão de Certificados de Recebíveis do Agronegócio da Securitizadora (“CRA”).

As debêntures de primeira série foram emitidas ao custo de 99% da taxa DI, com vencimento em 12 de dezembro de 2019, no valor de R\$214 milhões, e remuneração semestral, sendo o primeiro pagamento realizado em 12 de abril de 2017 e a liquidação ocorrida em 12 de dezembro de 2019.

As debêntures de segunda série foram emitidas ao custo de 100% da taxa DI, com vencimento em 12 de dezembro de 2020, no valor de R\$188 milhões, e remuneração semestral (com exceção do último pagamento, que ocorrerá em dezembro de 2020), sendo o primeiro pagamento realizado em 12 de maio de 2017.

ii) Emissão em 19 de maio de 2017 - Certificado de Recebíveis do Agronegócio (“CRA”)

No dia 19 de maio de 2017, a Companhia emitiu debêntures, conforme “Instrumento Particular de Escritura da 6ª Emissão de Debêntures Simples, não conversíveis em ações, da Espécie Quirografária, no valor total de R\$405.000, em duas séries, Para Distribuição Pública com Esforços Restritos, da Camil Alimentos S.A.”, celebrado entre a Emissora e a Eco Securitizadora de Direitos Creditórios do Agronegócio S.A. Após a aquisição pela Securitizadora, as debêntures foram vinculadas às 117ª e 118ª séries da primeira emissão de Certificados de Recebíveis do Agronegócio da Securitizadora (“CRA”).

As debêntures de primeira série foram emitidas ao custo de 97% da taxa DI, com vencimento em 20 de julho de 2020, no valor de R\$238 milhões, e remuneração semestral, sendo o primeiro pagamento realizado em 18 de janeiro de 2018.

As debêntures de segunda série foram emitidas ao custo de 98% da taxa DI, com vencimento em 19 de julho de 2021, no valor de R\$167 milhões, e remuneração semestral, sendo o primeiro pagamento realizado em 18 de janeiro de 2018.

iii) Emissão em 15 de dezembro de 2017 - Certificado de Recebíveis do Agronegócio (“CRA”)

No dia 15 de dezembro de 2017, a Companhia emitiu debêntures, conforme “Instrumento Particular de Escritura da 7ª Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em ações, da Espécie Quirografária, no valor total de R\$168.050, em série única, da Camil Alimentos S.A.”, celebrado entre a Emissora e a Eco Securitizadora de Direitos Creditórios do Agronegócio S.A. Após a aquisição pela Securitizadora, as debêntures foram vinculadas à 137ª série da primeira emissão de Certificados de Recebíveis do Agronegócio da Securitizadora (“CRA”).

As debêntures foram emitidas ao custo de 98% da taxa DI, com vencimento em 17 de dezembro de 2021, no valor de R\$168 milhões, e remuneração semestral, sendo o primeiro pagamento em 15 de junho de 2018.

iv) Emissão em 16 de abril de 2019 - Certificado de Recebíveis do Agronegócio (“CRA”)

No dia 16 de abril de 2019, a Companhia emitiu debêntures, conforme “Instrumento Particular de Escritura da 8ª Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie Quirografária, em Duas Séries, para Colocação Privada, da Camil Alimentos S.A.” no valor total de R\$600.000, em duas séries, para Distribuição Pública com Esforços Restritos, da Camil Alimentos S.A.”, celebrado entre a Emissora e a Eco Securitizadora de Direitos Creditórios do Agronegócio S.A. Após a aquisição pela Securitizadora, as debêntures foram vinculadas às 1ª e 2ª séries da quinta emissão de Certificados de Recebíveis do Agronegócio da Securitizadora (“CRA”).

As debêntures de primeira série foram emitidas ao custo de 98% da taxa DI, com vencimento em 17 de abril de 2023, no valor de R\$271.527, e remuneração semestral, sendo o primeiro pagamento realizado em 15 de outubro de 2019.

As debêntures de segunda série foram emitidas ao custo de 101% da taxa DI, com vencimento em 15 de abril de 2025, no valor de R\$328.473, e remuneração semestral, sendo o primeiro pagamento realizado em 15 de outubro de 2019.

Os CRA’s acima mencionados em b.i) a b.iv) são decorrentes da compra de açúcar da Companhia e preveem o cumprimento do seguinte compromisso (“*covenants*”): Dívida líquida/EBITDA igual ou inferior a 3,5x (três inteiros e cinquenta centésimos). Adicionalmente, para todas essas emissões, a Companhia poderá resgatar antecipadamente o total ou parcialmente as debêntures, a partir da data de emissão, mediante comunicação escrita ao Agente Fiduciário e publicação de aviso aos Debenturistas.

Cláusulas restritivas

A Companhia monitora trimestralmente a previsibilidade de seus *covenants* financeiros e qualitativos e de suas controladas. O cálculo dos *covenants* da Companhia é demonstrado a seguir (baseado em números consolidados):

	29/02/2020	28/02/2019
Lucro antes das receitas e despesas financeiras	298.240	381.981
(+) Depreciação / amortização (imobilizado, intangível e ativo de direito de uso)	143.479	101.416
EBITDA (definição não contábil)	441.719	483.397
Dívida bruta – Empréstimos, financiamentos, debêntures	1.602.894	1.428.859
Operações de <i>leasing</i> com opção de compra (*)	1.098	-
Caixa, equivalentes de caixa e aplicações financeiras	(570.056)	(396.761)
Dívida líquida	1.033.936	1.032.098
Dívida líquida/EBITDA ≤ 3,5	2,34	2,14

(*) A controlada Empresas Tucapel S.A. tem operações de leasing com opção de compra no montante de R\$1.098, em 29/02/2020.

As controladas Saman e Costeño também possuem cláusulas restritivas financeiras e qualitativas em seus contratos de empréstimos e financiamentos. No exercício findo em 29 de fevereiro de 2020, todas as empresas do Grupo estavam adimplentes com as cláusulas contratuais restritivas.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

29 de fevereiro de 2020 e 2019

(Em milhares de reais – R\$, exceto quando indicado de outra forma)



As parcelas dos empréstimos, financiamentos e debêntures ao valor contábil, vencem como segue:

Controladora				Consolidado			
29/02/2020		28/02/2019		29/02/2020		28/02/2019	
(*) fev/21	495.899	(*) fev/20	258.921	(*) fev/21	565.658	(*) fev/20	518.956
fev/22	345.866	fev/21	435.163	fev/22	389.127	fev/21	501.338
fev/23	9.651	fev/22	343.676	fev/23	32.845	fev/22	386.369
fev/24	276.819	fev/23	7.912	fev/24	294.725	fev/23	14.403
fev/25	3.667	fev/24	3.617	fev/25	3.666	fev/24	8.012
Após fev/25	330.441	Após fev/24	2.244	Após fev/25	330.442	Após fev/24	8.380
Custos da transação	(13.569)	Custo debêntures	(8.599)	Custo debêntures	(13.569)	Custo debêntures	(8.599)
	1.448.774		1.042.934		1.602.894		1.428.859

*As parcelas de curto prazo não estão líquidas dos custos das transações de emissão das dívidas.

Abaixo a movimentação dos empréstimos, financiamentos e debêntures:

	Controladora		Consolidado	
	29/02/2020	28/02/2019	29/02/2020	28/02/2019
Saldo inicial	1.042.934	1.052.090	1.428.859	1.285.689
Combinação de negócios SLC Alimentos Ltda. (Nota 9.a)	-	-	-	176.669
Incorporação SLC Alimentos Ltda. (Nota 9.a)	148.166	-	-	-
Transferência passivo de arrendamento (Nota 13)	-	-	(508)	-
Captações	727.895	108.602	1.151.455	636.067
Apropriação de juros e variações monetárias e cambiais	93.103	67.194	141.375	108.745
Apropriação de custos	6.532	5.109	6.532	5.109
Amortização de principal	(480.839)	(125.987)	(1.029.050)	(706.332)
Amortização de juros	(89.017)	(64.074)	(95.769)	(77.088)
Saldo final	1.448.774	1.042.934	1.602.894	1.428.859

16. Transações com partes relacionadas

Os seguintes saldos são mantidos entre a Companhia, suas controladas, coligadas e outras partes relacionadas:

	Controladora		Consolidado	
	29/02/2020	28/02/2019	29/02/2020	28/02/2019
Ativo circulante				
Contas a receber				
Controladas:				
S.A. Molinos Arroceros Nacionales – SAMAN	630	2.655	-	-
Empresas Tucapel S.A.	-	101	-	-
Ciclo Logística Ltda.	2.435	2.926	-	-
Coligadas:				
Galofer S.A.	-	-	25.090	18.437
Comisaco S.A.	-	-	6.932	5.789
Arroz Uruguayo S.A. – Arrozur	-	-	-	1
Outras partes relacionadas:				
Camil Investimentos S.A.	-	22	-	22
Climuy S.A.	-	-	158	-
Adiantamento de Juros sobre Capital Próprio (Nota 19.e (iii))(*)	11.586	-	11.586	-
Total do Ativo	14.651	5.704	43.766	24.249

(*) O total do adiantamento de juros sobre capital próprio é de R\$18.441, sendo R\$6.855 pagos aos acionistas minoritários.

	Controladora		Consolidado	
	29/02/2020	28/02/2019	29/02/2020	28/02/2019
Passivo circulante				
Contas a pagar por compras				
Controladas:				
S.A. Molinos Arroceros Nacionales - SAMAN	31.323	17.280	-	-
Ciclo Logística Ltda.	10.905	6.944	-	-
SLC Alimentos Ltda.	-	3.071	-	-
Coligadas:				
Climuy S.A.	-	-	76	243
Arroz Uruguayo S.A. – Arrozur	-	-	2.712	1.719
Tacua S.A.	-	-	-	8
Comisaco S.A.	-	-	315	-
Outras partes relacionadas:				
Q4 Sertãozinho Empreendimentos e Participações Ltda.	-	135	-	135
Q4 Itajaí Empreendimentos e Participações Ltda.	173	162	173	162
Q4 Empreendimentos e Participações Ltda.	912	1.618	912	1.618
Total do Passivo	43.313	29.210	4.188	3.885

As transações com partes relacionadas são realizadas no curso dos negócios da Companhia e, em condições acordadas entre as partes. Em 29 de fevereiro de 2020, não houve a necessidade de constituição de provisão para perdas envolvendo operações com partes relacionadas.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
29 de fevereiro de 2020 e 2019
(Em milhares de reais – R\$, exceto quando indicado de outra forma)



Abaixo, o valor das transações comerciais entre a Companhia, suas controladas e coligadas:

	Controladora		Consolidado	
	29/02/2020	28/02/2019	29/02/2020	28/02/2019
Receita com venda de casca de arroz				
Galofer S.A.	-	-	2.470	4.316
Despesa por Compra de Arroz Beneficiado				
S.A. Molinos Arroceros Nacionales – SAMAN	(53.231)	(73.638)	-	-
Despesas com frete				
Ciclo Logística Ltda.	(88.274)	(65.508)	-	-
SLC Alimentos Ltda.	-	(4.612)	-	-
Despesas com irrigação				
Comisaco S.A.	-	-	(5.270)	(5.563)
Climuy S.A.	-	-	-	(5.978)
Despesas com parboilização de arroz				
Arroz Uruguayo S.A. – Arrozur	-	-	(13.770)	(18.460)
Despesas com serviços portuários				
Tacua S.A.	-	-	(122)	(8.317)
Total líquido	(141.505)	(143.758)	(16.692)	(34.002)

As transações de compras realizadas com a controlada S.A. Molinos Arroceros Nacionales (SAMAN), localizada no Uruguai, referem-se a compra de arroz para abastecer a região Nordeste do Brasil. Os pagamentos são substancialmente efetuados de forma antecipada. Os termos e condições de comercialização celebrados entre os produtores rurais e as indústrias no Uruguai são estabelecidos mediante acordo formal entre as Indústrias (“Gremial de Molinos”) e a Associação de Cultivadores de Arroz daquele país (“Asociación de Cultivadores de Arroz”).

As transações com as demais empresas coligadas e com outras partes relacionadas referem-se substancialmente a adiantamentos por serviços a serem prestados à Companhia e a sua controlada S.A. Molinos Arroceros Nacionales (SAMAN), negociados a preço e condições acordados entre as partes e, os respectivos pagamentos, são realizados dentro dos vencimentos contratados.

Na sequência, o valor das transações relacionadas com companhias vinculadas aos Administradores:

	Controladora		Consolidado	
	29/02/2020	28/02/2019	29/02/2020	28/02/2019
Receita com locação de imóvel				
Camil Investimentos S.A.	195	251	195	251
Ganho na compra de crédito tributário				
Camil Investimentos S.A.	-	1.020	-	1.020
Despesas de Aluguel				
Q4 Empreendimentos e Participações Ltda.	(17.781)	(17.876)	(17.781)	(17.876)
Q4 Sertãozinho Empreendimentos e Participações Ltda.	(1.651)	(1.572)	(1.651)	(1.572)
Q4 Itajaí Empreendimentos e Participações Ltda.	(2.022)	(1.887)	(2.022)	(1.887)
Total líquido	(21.259)	(20.064)	(21.259)	(20.064)

O prédio e terreno onde está situado a Unidade Produtiva do estado de São Paulo e a unidade produtiva de Recife no estado de Pernambuco, pertencem a Q4 Empreendimentos e Participações Ltda., parte relacionada, que cobra aluguel mensal de R\$829 e R\$83 (R\$779 e R\$76 em 28 de fevereiro de 2019) com vencimento no primeiro dia útil do mês subsequente,

respectivamente. No terceiro trimestre findo em 30 de novembro de 2019 o imóvel onde está instalado o estabelecimento de Santa Cruz, situado no estado do Rio de Janeiro foi vendido pela Q4 Empreendimentos e Participações Ltda. e a Companhia firmou contrato com o novo proprietário.

A Unidade Produtiva de Itajaí é locada pela parte relacionada Q4 Itajaí Empreendimentos e Participações Ltda., com aluguel mensal de R\$172 (R\$162 em 28 de fevereiro de 2019).

Por fim, a Unidade Produtiva de Sertãozinho, locada pela parte relacionada Q4 Sertãozinho Empreendimentos e Participações Ltda. com aluguel mensal de R\$135, teve suas atividades encerradas, e o consequente término do contrato de arrendamento resultou em multa rescisória de R\$1.516, registrado na rubrica de “Outras receitas (despesas) operacionais”.

a) Avais concedidos

A controlada S.A. Molinos Arroceros Nacionales (SAMAN) é garantidora das seguintes operações:

Em operações de empréstimos bancários	29/02/2020	28/02/2019
Empresas relacionadas		
Arroz Uruguayo S.A. – Arrozur	590	981
Comisaco S.A.	1.374	1.713
Galofer S.A.	10.680	12.311
	12.644	15.005
Terceiros		
Balerel SRL	2.699	2.991
Produtores de arroz		
Em operações de empréstimos bancários	845	866
Em operações com fornecedores	7.663	1.812
	8.508	2.678
	23.851	20.674

b) Remuneração da Administração

A remuneração dos Diretores Estatutários e Conselheiros, no exercício findo em 29 de fevereiro de 2020, totalizou R\$4.871 (R\$6.017 em 28 de fevereiro de 2019), e está apresentado na rubrica Despesas gerais e administrativas na demonstração do resultado. Os executivos da Companhia também estão inseridos no Plano de Pagamento Baseado em Ações (*Stock Options*), descrito na nota explicativa nº 19 d.

17. Programa de parcelamento especial

Em 10 de outubro de 2018, a Companhia aderiu ao Programa de Regularização Tributária Rural – PRR (Refis Rural), instituído pela lei 13.606/2018, visando a anistia de 100% da multa e dos juros quanto aos processos em curso sobre as retenções e recolhimentos da contribuição social calculada com base na receita bruta da comercialização da produção rural de terceiros, denominada Funrural (Fundo de Apoio ao Trabalhador Rural), onde reconheceu um passivo total de R\$42.506 (líquido da anistia de encargos de R\$21.599), dos quais R\$41.952 foram contabilizados na rubrica de “Outras despesas operacionais” e R\$554 em “Despesas financeiras”, relativos à atualização monetária. A liquidação do parcelamento foi acordada em uma entrada de R\$5.703, dos quais R\$ 4.080 foram créditos adquiridos da controladora Camil Investimentos S.A., e 54 parcelas atualizadas pela Selic.

Em março de 2019, houve uma antecipação de R\$2.519 com relação as parcelas do SAT – Seguro de Acidentes de Trabalho, no percentual de 1% sobre as aquisições de produção rural do período de 2014 a 2017.

A movimentação da rubrica de programa de parcelamento especial é demonstrada a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	29/02/2020	28/02/2019	29/02/2020	28/02/2019
Saldo anterior	35.182	2.778	35.891	3.644
Adesão parcelamento Funrural – PRR	-	64.105	-	64.105
Anistia multa e juros – adesão parcelamento	-	(21.599)	-	(21.599)
Amortização da entrada com créditos da controladora	-	(4.080)	-	(4.080)
Amortização remanescente da entrada + 3 parcelas	(11.130)	(3.699)	(11.130)	(3.699)
Atualização Funrural	428	35	428	35
Amortização demais débitos federais	(109)	(2.583)	(267)	(2.740)
Atualização demais débitos federais	5	51	5	51
Parcelamento / (liquidação) tributos municipais	(27)	174	(27)	174
Saldo final	24.349	35.182	24.900	35.891
Circulante	8.304	8.300	8.462	8.458
Não circulante	16.045	26.882	16.438	27.433

18. Provisão para demandas judiciais

18.1 Riscos prováveis

A Companhia tem diversos processos em andamento de natureza ambiental, cível trabalhista e tributária, decorrentes do curso normal de seus negócios. Baseada em análises gerenciais e na opinião de seus assessores legais, a Companhia mantém registrada provisão para riscos em montante que julga ser suficiente para cobrir eventuais perdas prováveis com esses processos. As movimentações que ocorreram no exercício findo em 29 de fevereiro de 2020 referem-se, principalmente, a atualização de processos trabalhistas, cíveis, tributários e ambientais.

A provisão para riscos é assim formada:

Riscos	Controladora				Total
	Ambiental	Cível	Trabalhista	Tributário	
Em 28 de fevereiro de 2018	73	18.942	13.210	944	33.169
Adições	2	2.138	1.480	127	3.747
Baixas	(18)	(499)	(1.446)	(944)	(2.907)
Em 28 de fevereiro de 2019	57	20.581	13.244	127	34.009
Incorporação SLC Alimentos (Nota 9.a)	-	-	593	-	593
Adições	5	571	4.551	331	5.458
Baixas	-	(2.498)	(4.888)	(34)	(7.420)
Em 29 de fevereiro de 2020	62	18.654	13.500	424	32.640

Depósitos judiciais	Controladora				Total
	Ambiental	Cível	Trabalhista	Tributário	
Em 28 de fevereiro de 2018	-	(3.078)	(2.495)	(1.703)	(7.276)
Adições	-	-	(1.609)	-	(1.609)
Baixas	-	-	1.126	-	1.126
Em 28 de fevereiro de 2019	-	(3.078)	(2.978)	(1.703)	(7.759)
Incorporação SLC Alimentos	-	-	(686)	-	(686)
Adições	-	(770)	(3.539)	-	(4.309)
Baixas	-	3.178	2.393	-	5.571
Em 29 de fevereiro de 2020	-	(670)	(4.810)	(1.703)	(7.183)

Riscos	Consolidado				Total
	Ambiental	Cível	Trabalhista	Tributário	
Em 28 de fevereiro de 2018	73	18.944	15.528	943	35.488
Adições	2	2.138	3.705	127	5.972
Baixas	(18)	(499)	(2.898)	(943)	(4.358)
Em 28 de fevereiro de 2019	57	20.583	16.335	127	37.102
Adições	5	2.844	10.264	331	13.444
Baixas	-	(2.500)	(5.769)	(34)	(8.303)
Em 29 de fevereiro de 2020	62	20.927	20.830	424	42.243

Depósitos judiciais	Consolidado				Total
	Ambiental	Cível	Trabalhista	Tributário	
Em 28 de fevereiro de 2018	-	(3.078)	(4.138)	(1.702)	(8.918)
Adições	-	(285)	(2.122)	(1)	(2.408)
Baixas	-	-	1.465	-	1.465
Em 28 de fevereiro de 2019	-	(3.363)	(4.795)	(1.703)	(9.861)
Adições	-	(770)	(3.697)	-	(4.467)
Baixas	-	3.178	2.852	-	6.030
Em 29 de fevereiro de 2020	-	(955)	(5.640)	(1.703)	(8.298)

A Companhia provisiona os honorários advocatícios devidos em casos de sucesso (*success fee*) para processo com expectativa de perda remota, conforme cláusula contratual estabelecida na contratação dos assessores jurídicos dos processos tributários.

18.1.1 Trabalhistas

A Companhia e suas controladas discutem diversas ações trabalhistas, cujos montantes individualmente não são considerados materiais pela Administração. A Companhia e suas controladas constituíram provisão baseada em prognósticos prováveis de perda e não houve alterações processuais relevantes para este exercício.

18.1.2 Cíveis

A Companhia atualmente possui dois processos relevantes:

i) Ação indenizatória movida contra a Camil Alimentos S.A.. em virtude do suposto descumprimento de contrato para gestão e operação de efluentes. Em 6 de dezembro de 2019, houve publicação do acórdão do recurso especial que julgou o caso desfavoravelmente à Camil. O montante provisionado relativo à esta ação era de R\$17.210 e foi liquidado em 13 de março de 2020, após acordo firmado com a Autora.

ii) Processo de liquidação resultado da ação de cobrança sofrida pela Camil Alimentos S/A por suposto descumprimento de contrato de prestação de serviços; Em 10 de setembro de 2019, houve decisão desfavorável à Companhia, ocasião em os valores depositados foram parcialmente convertidos em pagamento do Autor. Em 29 de fevereiro de 2020, o saldo provisionado deste processo é de R\$618, que corresponde ao valor remanescente ainda em discussão.

18.2 Riscos possíveis

A Companhia possui processos administrativos e judiciais classificados como perda possível pela Administração e suportada pelos assessores jurídicos e, para os quais não há provisão constituída. Em 29 de fevereiro de 2020, as contingências classificadas com perda possível totalizaram R\$541.539, sendo R\$519.377 na esfera tributária, R\$14.643 na esfera trabalhista, R\$6.540 na esfera cível e R\$979 na esfera ambiental (R\$386.672 em fevereiro de 2019, sendo R\$366.228 na esfera tributária, R\$13.711 na esfera trabalhista e R\$6.733 na esfera cível).

Tributário

ICMS

A Companhia discute os seguintes temas relacionados a esse tributo: (i) glosa pelo Estado de São Paulo dos créditos de ICMS provenientes de incentivos fiscais concedidos sem aprovação de Convênio CONFAZ, a denominada “guerra fiscal”, no montante de R\$13.280 (R\$11.800 em 28 de fevereiro de 2019) em 3 processos originalmente da Companhia e no montante de R\$36.390 em 2 processos que a Companhia sucedeu a SLC. Em decorrência da convalidação dos benefícios fiscais (LC 160/2017), houve a alteração de prognóstico de risco de possível para remoto; (ii) aproveitamento de créditos sobre aquisição cuja saída subsequente é realizada com redução da base de cálculo (denominada “cesta básica”), no montante de R\$27.433 (R\$ 26.918 em 28 de fevereiro de 2019), de períodos que teriam sido atingidos pela decadência.

Imposto de Importação

A Companhia discute administrativamente a cobrança de imposto de importação e multa decorrente da alegação de classificação incorreta do arroz do período de 2005 a 2009 no montante de R\$53.699 (R\$53.347 em 28 de fevereiro de 2019). Atualmente aguarda julgamento em segunda instância administrativa.

IRPJ e CSLL – Os temas relacionados abaixo foram avaliados pela Administração e seus assessores legais com a classificação de perda possível tendente à remota, segundo o IFRIC 23/ICPC22.

i) A Companhia discute administrativa e judicialmente a cobrança de IRPJ e CSLL relativa aos anos-calendário de 1999 a 2003 e 2004, respectivamente, decorrente da glosa de despesas relativas à amortização fiscal do ágio gerado pela incorporação da Rice S.A. Administração e Participações, no montante de R\$20.291 (R\$18.905 em 28 de fevereiro de 2019). Atualmente, aguarda-se o julgamento na esfera administrativa do recurso especial interposto pela Companhia e na esfera judicial aguarda-se julgamento da em primeira instância.

ii) A Companhia possui auto de infração que exige IRPJ e CSLL relativos aos anos-calendário de 2011 a 2012, decorrente da amortização fiscal dos ágios gerados pelas incorporações das empresas Femepe Indústria e Comércio de Pescados S.A., Canadá Participações Ltda., GIF Codajás Participações S.A. e Docelar Alimentos e Bebidas S.A, no montante total de R\$304.765 (R\$292.277 em 28 de fevereiro de 2019), incluindo multa e juros de mora.

O entendimento da Administração é de que o ágio foi constituído regularmente, em estrita conformidade com a legislação fiscal, atendendo os requisitos dispostos no artigo 385, § 2º, inciso II e § 3º, combinado com o artigo 386, inciso III, do Regulamento do Imposto de Renda (RIR/99). Baseado na avaliação de risco efetuada pelos assessores legais da Companhia R\$235.827 são classificados como expectativa de perda possível com viés remoto (incluindo multa e juros) e R\$68.937 classificados como expectativa de perda remota (50% da multa de ofício qualificada e respectivos juros). Atualmente aguardamos julgamento dos embargos de declaração opostos pela Companhia e recurso especial interposto pelo Fisco.

iii) A Companhia ingressou com medida judicial para garantir o direito de transmitir a PER/Dcomp dos exercícios de 2013 e 2014, tendo em vista a alegação da RFB que o período se encontra decaído. O entendimento da Administração é que com o advento da Lei Complementar 160/2017 foi reconhecido que os benefícios fiscais são considerados subvenção para investimento, portanto foram excluídos da base de cálculo do IRPJ e CSLL o montante de R\$28.689.

iv) A Companhia discute administrativamente glosas de IRPJ e CSLL decorrente da exclusão da base de cálculo dos referidos tributos as despesas operacionais (matéria-prima) adquirida de fornecedor considerado inidôneo pela RFB no montante de R\$19.578. Atualmente aguarda-se o julgamento do recurso voluntário interposto pela Companhia.

PIS e COFINS

A Companhia discute judicialmente cobrança de PIS/COFINS relacionada a compensações não homologadas com créditos de IPI no montante de R\$20.609 (R\$26.167 em 28 de fevereiro de 2019). Atualmente aguarda-se o julgamento do recurso de apelação interposto pela Companhia.

i) A Companhia discute administrativamente o aproveitamento de determinados créditos decorrentes da aquisição de insumos utilizados na compensação de tributos federais, cujo montante, incluindo multa, é de R\$167.892. Atualmente aguarda-se julgamento das impugnações/recursos voluntário interposto pela Companhia, tendo sido reavaliado a classificação de risco de remoto para possível em razão da revisão dos processos.

19. Patrimônio líquido

a) Capital social

Composição do capital social de R\$950.374 em 29 de fevereiro de 2020 e 28 de fevereiro de 2019 (capital autorizado de R\$2.500.000), integralmente representado por ações ordinárias:

Acionistas	29/02/2020		28/02/2019	
	Quantidade	(%)	Quantidade	(%)
Camil Investimentos S.A.	229.735.239	62,09%	229.735.239	56,03%
WP XII e Fundo de Investimentos em Participações	-	-	35.402.154	8,63%
Franklin Templeton Investments (*)	-	-	20.553.200	5,01%
Controladores e Administradores	19.010.264	5,14%	19.034.364	4,64%
Tesouraria	-	-	5.821.571	1,42%
Ações em Circulação ("free float") (*)	121.254.497	32,77%	120.058.548	24,27%
Total (**)	370.000.000	100,00%	410.051.876	100,00%

* Em 28 de fevereiro de 2019, as ações da acionista Franklin Templeton compunham o volume de ações em circulação que totalizava 120.058.548 ações ordinárias. Em 29 de fevereiro de 2020, na composição das ações em circulação não há investidores com mais de 5% de participação.

** O total de ações foi impactado pelos cancelamentos deliberados em Reuniões do Conselho de Administração, após recompra das ações da acionista WP XII e Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia. Maiores detalhes estão descritos na nota explicativa 19 c.

b) Lucro por ação

Cálculo do lucro por ação:	29/02/2020	28/02/2019
Numerador básico		
Lucro líquido do exercício	239.628	362.387
Denominador básico		
Média ponderada de ações ordinárias (*)	391.354.828	404.456.792
Lucro líquido, básico, por ação do capital social – em Reais	0,6123	0,8960
Numerador diluído		
Lucro líquido do exercício	239.628	362.387
Denominador diluído		
Média ponderada de ações ordinárias (*)	391.354.828	404.456.792
Opções de ações exercíveis – 1ª outorga (Nota 19.d)	455.419	-
Opções de ações exercíveis – 2ª outorga (Nota 19.d)	465.935	-
Lucro líquido, diluído, por ação do capital social – em Reais	0,6109	0,8960

(*) A média ponderada de ações da Companhia desconsidera a movimentação das ações em tesouraria adquiridas em função do Plano de Opção (*Stock Options*), durante o exercício findo em 29 de fevereiro de 2020.

c) Programa de recompra de ações

Em 12 de dezembro de 2017, o Conselho de Administração aprovou o primeiro programa de recompra de ações, para aquisição de até 5.821.571 ações ordinárias de emissão da Companhia, observando os limites da Instrução CVM 567. O objetivo do programa de recompra foi realizar a aquisição de ações de emissão da Companhia no âmbito das outorgas já realizadas no plano de opção de compra de ações da Companhia, bem como para fins de cancelamento, permanência em tesouraria ou alienação, sem redução do capital social, a fim de realizar a aplicação eficiente dos recursos disponíveis em caixa, de modo a maximizar a alocação de capital da Companhia e a geração de valor para os acionistas. O programa teve prazo de 6 meses, contados a partir de 13 de dezembro de 2017, tendo como termo final o dia 12 de junho de 2018 (inclusive). As instituições financeiras que atuaram como intermediárias do Programa de Recompra foram: (i) Bank of America Merrill Lynch S.A. CTVM; (ii) Bradesco S.A. CTVM; (iii) Itaú Corretora de Valores S.A.; J.P. Morgan CCVM S.A.; e Santander CCVM S.A..

A conclusão do programa de recompra ocorreu em 12 de junho de 2018. As ações adquiridas equivalem a 4,85% das ações em circulação e 1,42% do capital social da Companhia, totalizando R\$45.234 em 28 de fevereiro de 2019.

Em 1º de abril de 2019, o Conselho de Administração aprovou o segundo programa de recompra de ações, com o mesmo propósito do programa anterior. O referido programa de recompra previa o limite de aquisição de 3.565.275 ações ordinárias até 1º de outubro de 2019, objetivo este atingido em 7 de agosto de 2019, pelo valor total de R\$25.056, correspondentes ao custo médio de R\$ 7,02 por ação.

Em 22 de outubro de 2019, o Conselho de Administração deliberou o primeiro cancelamento das ações de emissão da Companhia mantidas em tesouraria, que na época totalizavam 9.386.846 ações, atendendo ao objetivo de aprovar a aquisição das 30.665.030 ações detidas pela acionista WP XII e Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia ("FIP WP"), por meio da celebração de contrato de compra e venda de ações, ao preço de R\$6,25 por ação. A participação acionária da acionista nesta data era equivalente a aproximadamente 7,48% do capital social e 20,19% do total de ações em circulação. O Conselho de Administração se manifestou favoravelmente à recompra e submeteu para deliberação da Assembleia Geral de Acionistas que aprovou a recompra em 7 de novembro de 2019.

Esse último programa de recompra foi realizado em 3 etapas, atendendo ao artigo 8º da Instrução CVM 567 de 17 setembro de 2015, o qual limita a manutenção de ações em tesouraria de emissão própria em 10% do total de ações em circulação, e concluído em 27 de novembro de 2019, totalizando R\$191.656. Assim, o total de ações adquiridas no exercício foi de R\$216.712.

A totalidade das ações adquiridas foi cancelada, conforme deliberações do Conselho de Administração, realizadas em 08, 14 e 21 de novembro de 2019, totalizando, respectivamente, 15.191.952 ações, 13.672.757 ações e 1.800.321 ações. Os cancelamentos de ações aprovados em outubro e novembro de 2019, totalizaram o montante de R\$261.946, sendo R\$70.290 através da Reserva especial de ágio, R\$171.570 através da Reserva de retenção de lucros e R\$20.086 através do saldo dos Lucros acumulados até a demonstração intermediária de 31 de agosto de 2019.

Após as recompras e cancelamentos efetivados o capital social passou a se dividir em 370.000.000 de ações.

d) Pagamento baseado em ações

Em Assembleia Geral Extraordinária, realizada em 28 de agosto de 2017, foi aprovado o Plano de Opção destinado aos administradores e empregados da Companhia ou sociedades sob o seu controle, a serem escolhidos e eleitos pelo Conselho de Administração (administradores do Plano), limitando o total de ações outorgadas a 4% (quatro por cento) do total de Ações representativas do capital social total da Companhia, na data de aprovação do Plano de Outorga. Este, tem prazo indeterminado e pode ser extinto a qualquer tempo, por decisão da Assembleia Geral.

A primeira outorga foi aprovada pelo Conselho de Administração em 31 de outubro de 2017 e a segunda, em 12 de dezembro de 2017.

Em 1º de abril de 2019, o Conselho de Administração aprovou a terceira outorga de opções de compra de ações da Companhia no âmbito do Plano de Outorga de Opções de Compra de Ações, aprovado em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 28 de agosto de 2017. As outorgas obedecerão ao limite de 4.191.270 ações ordinárias. A nova outorga respeita o limite de 4% do capital social da Companhia previsto no Plano de Opção de Compra.

O preço do exercício de cada Nova Opção corresponderá à R\$6,96 (seis reais e noventa e seis centavos) por ação, equivalente à média ponderada das cotações das ações de emissão da Companhia dos 30 (trinta) pregões realizados pela B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão, imediatamente anteriores à Data de Outorga.

Adicionalmente a este fato, no primeiro trimestre findo em 31 de maio de 2019, ocorreram distratos relativos às duas outorgas já existentes.

O Plano de Outorga tem os seguintes objetivos:

- i) estimular a expansão dos objetivos sociais da Companhia;
- ii) alinhar os interesses dos acionistas aos dos Beneficiários contemplados pelo Plano;
- iii) incentivar a criação de valor à Companhia ou outras sociedades sob o seu controle através do vínculo dos Beneficiários;
- iv) compartilhar riscos e ganhos entre acionistas, administradores e empregados.

Exercício das opções

As Opções deverão ser exercidas no prazo máximo de 7 (sete) anos observando-se o *vesting* (período de aquisição) abaixo:

Quantidade das Opções	Vesting
20%	2 anos
30%	3 anos
50%	4 anos

As opções não exercidas ao prazo máximo serão extintas.

(Em milhares de reais – R\$, exceto quando indicado de outra forma)

A seguir a posição de opções outorgadas até 29 de fevereiro de 2020 e valor provisionado correspondente, líquido da provisão de IRPJ e CSLL, totalizado em R\$4.895 (R\$2.787 em 28 de fevereiro de 2019):

Data da Outorga:	31/10/2017		12/12/2017		01/04/2019		Total		
	Quantidade Outorgada	Valor bruto	Valor provisionado líquido em 29/02/2020						
Exercício das Opções									
20% - primeiro aniversário (*)	455.419	673	497.276	560	781.355	286	1.734.050	1.519	1.003
30% - segundo aniversário	683.128	1.040	745.914	845	1.172.032	429	2.601.074	2.314	1.527
50% - terceiro aniversário	1.138.547	1.575	1.243.190	1.319	1.953.387	689	4.335.124	3.583	2.365
	2.277.094	3.288	2.486.380	2.724	3.906.774	1.404	8.670.248	7.416	4.895

(*) Em 31 de outubro de 2019 e 12 de dezembro de 2019, houve o primeiro aniversário relativo às duas primeiras outorgas deliberadas, sendo o total de ações exercíveis de 455.419 e 497.276, respectivamente.

As disposições que regem o Plano de Outorga de Opções de Compra de Ações estão expostas no anexo II da ata da Assembleia inicialmente mencionada.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
29 de fevereiro de 2020 e 2019
(Em milhares de reais – R\$, exceto quando indicado de outra forma)



A seguir, o detalhamento das premissas que regem cada plano de outorga e a movimentação:

	Primeira outorga				Segunda outorga				Terceira outorga			
	Tranche I	Tranche II	Tranche III	Total	Tranche I	Tranche II	Tranche III	Total	Tranche I	Tranche II	Tranche III	Total
Data de emissão	31/10/2017				12/12/2017				01/04/2019			
Data de aditivo	01/04/2019				01/04/2019				01/04/2019			
Preço do exercício	8,06	8,06	8,06	N/A	7,39	7,39	7,39	N/A	1,37	1,37	1,37	N/A
Strike price (estimado) na data do balanço	9,60	10,24	11,00	N/A	9,51	10,14	10,94	N/A	7,03	7,03	7,03	N/A
Taxa de juros livre de riscos (%)	7,24%	8,40%	9,17%	N/A	6,89%	8,24%	9,22%	N/A	7,40%	7,91%	8,46%	N/A
Tempo contratual de exercício	2	3	4	N/A	2	3	4	N/A	2	3	4	N/A
Rendimento esperado do dividendo	0%	0%	0%	N/A	0%	0%	0%	N/A	0%	0%	0%	N/A
Volatilidade das ações no mercado %	35%	35%	35%	N/A	35%	35%	35%	N/A	31%	31%	31%	N/A
Quantidade total de opções em aberto	455.419	683.128	1.138.547	2.277.094	497.276	745.914	1.243.190	2.486.379	781.355	1.172.032	1.953.387	3.906.774
Quantidade de opções vestidas	575.513	863.269	1.438.782	2.877.563	588.802	883.202	1.472.004	2.944.008	838.254	1.257.381	2.095.635	4.191.270
Quantidade de ações canceladas	120.094	180.141	300.235	600.469	91.526	137.289	228.815	457.629	56.899	85.349	142.248	284.496
Quantidade de opções exercidas	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Quantidade de opções a exercer	455.419	683.128	1.138.547	2.277.094	497.276	745.914	1.243.190	2.486.379	781.355	1.172.032	1.953.387	3.906.774
Valor justo estimado (R\$/ação)	1,48	1,96	2,37	N/A	1,13	1,57	1,96	N/A	0,80	1,20	1,54	N/A

Abaixo a movimentação das opções das três outorgas no período:

	Primeira outorga				Segunda outorga				Terceira outorga			
	Tranche I	Tranche II	Tranche III	Total	Tranche I	Tranche II	Tranche III	Total	Tranche I	Tranche II	Tranche III	Total
Posição das opções em 28/02/2019	575.513	863.269	1.438.782	2.877.563	588.802	883.202	1.472.004	2.944.008	-	-	-	-
Opções outorgadas	-	-	-	-	-	-	-	-	838.254	1.257.381	2.095.635	4.191.270
Opções canceladas	(120.094)	(180.141)	(300.235)	(600.469)	(91.526)	(137.289)	(228.815)	(457.629)	(56.899)	(85.349)	(142.248)	(284.496)
Opções exercidas	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Saldo de opções em 29/02/2020	455.419	683.128	1.138.547	2.277.094	497.276	745.914	1.243.190	2.486.379	781.355	1.172.032	1.953.387	3.906.774
Opções exercíveis em 29/02/2020	455.419	-	-	455.419	465.935	-	-	465.935	-	-	-	-

e) Remuneração aos acionistas e distribuição do lucro

A Administração da Companhia fez deliberações de distribuição de proventos, através de Reunião do Conselho de Administração, sendo:

- (i) Em 26 de março de 2019, o Conselho de Administração aprovou o pagamento de Juros sobre Capital Próprio aos acionistas da Companhia, referentes ao terceiro trimestre do exercício social findo em 28 de fevereiro de 2019. O valor bruto aprovado foi de R\$20.000, correspondente ao valor bruto unitário de R\$0,04948 por ação ordinária. O pagamento foi realizado em 17 de abril de 2019 e sua realização à rubrica de Reserva de Retenção de Lucros ocorreu na data da aprovação da distribuição pela Assembleia Geral Ordinária Extraordinária de 26 de junho de 2019.
- (ii) Em 26 de junho de 2019, os acionistas aprovaram em Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária a distribuição de dividendos complementares, referentes ao quarto trimestre do exercício social findo em 28 de fevereiro de 2019, a título de Juros sobre Capital Próprio no montante de R\$6.000, correspondente ao valor bruto unitário de R\$0,01492 por ação ordinária. O pagamento foi realizado em 11 de julho de 2019 para os acionistas detentores de ações ordinárias de emissão da Companhia na data base da deliberação.
- (iii) Em 26 de junho de 2019, o Conselho de Administração aprovou o pagamento de dividendos complementares a título de Juros sobre Capital Próprio aos acionistas da Companhia, referente ao exercício social findo em 28 de fevereiro de 2019. O valor bruto aprovado foi de R\$15.000, correspondente ao valor bruto unitário de R\$0,03731 por ação ordinária. O pagamento do JCP foi realizado em 16 de julho de 2019 para os acionistas detentores de ações ordinárias de emissão da Companhia na data base de 1º de julho de 2019. A operação será mantida na rubrica de Adiantamento de Juros sobre Capital Próprio (R\$5.728 relativo aos acionistas minoritários), e em Partes relacionadas (R\$9.272 relativo aos controladores), até a realização da próxima Assembleia Geral Ordinária (nota explicativa 16).
- (iv) Em 23 de agosto de 2019, o Conselho de Administração aprovou o pagamento de Juros sobre Capital Próprio aos acionistas da Companhia, referente ao primeiro trimestre do exercício social findo em 29 de fevereiro de 2020, a ser imputado ao valor do dividendo mínimo obrigatório do exercício social findo em 29 de fevereiro de 2020. O valor bruto aprovado foi de R\$15.000, correspondente ao valor bruto unitário de R\$0,03744 por ação ordinária. O pagamento do JCP foi realizado em 12 de setembro de 2019 para os acionistas detentores de ações ordinárias de emissão da Companhia na data base de 2 de setembro de 2019.
- (v) Em 6 de dezembro de 2019, o Conselho de Administração aprovou o pagamento de Juros sobre Capital Próprio aos acionistas da Companhia, a ser imputado ao valor do dividendo mínimo obrigatório do exercício social findo em 29 de fevereiro de 2020. O valor bruto aprovado foi de R\$15.000, correspondente ao valor bruto unitário de R\$0,040540 por ação ordinária. O pagamento do JCP foi realizado em 23 de dezembro de 2019 para os acionistas detentores de ações ordinárias de emissão da Companhia na data base de 11 de dezembro de 2019.

- (vi) Em 20 de fevereiro de 2020, o Conselho de Administração aprovou o pagamento de Juros sobre Capital Próprio aos acionistas da Companhia, relativo ao exercício social findo em 29 de fevereiro de 2020. O valor bruto aprovado foi de R\$15.000, correspondente ao valor bruto unitário de R\$0,040540 por ação ordinária. O pagamento do JCP foi realizado em 12 de março de 2020 para os acionistas detentores de ações ordinárias de emissão da Companhia na data base de 2 de março de 2020.

Atendendo a legislação societária e ao Estatuto da Companhia, abaixo a distribuição dos lucros apurados em 29 de fevereiro de 2020 e 2019:

	29/02/2020	28/02/2019
Lucro do exercício	239.628	362.387
Constituição da Reserva de Incentivos Fiscais	(132.177)	(107.428)
Base para constituição de reserva legal	107.451	254.959
Constituição da Reserva Legal (5% sobre o lucro)	(5.373)	(12.748)
Ajuste de realização do custo atribuído	4.156	4.147
Base de cálculo para o dividendo	106.234	246.358
Dividendo mínimo obrigatório (25%)	(26.559)	(61.590)
Dividendos adicionais do ano – propostos para AGO (*)	(18.441)	(3.410)
Total pago através de JCP no exercício	(45.000)	(65.000)
Utilização dos Lucros acumulados de 31 de agosto de 2019 para o cancelamento de ações (Nota 19.c)	(20.086)	-
Constituição da Reserva de Retenção de Lucros (**)	41.148	181.358

(*) Montante segregado em R\$11.586 na rubrica de Partes relacionadas, relativo aos pagamentos efetuados aos acionistas controladores e R\$6.855 na rubrica de Adiantamento de Juros sobre Capital Próprio, relativo à participação dos acionistas minoritários.

(**) A destinação da reserva de retenção de lucros será aprovada pela Assembleia Geral Ordinária, conforme proposta de orçamento de capital.

f) Reserva de incentivos fiscais

Conforme embasamento legal da nota explicativa nº 8, os incentivos fiscais concedidos pelos Estados ou pelo Distrito Federal passaram a ser considerados subvenções para investimentos, dedutíveis para o cálculo de imposto de renda e contribuição social. Deste modo, a Companhia apurou nas unidades geradoras de caixa de grãos e pescados, a subvenção de ICMS no total acumulado de R\$720.472, em 29 de fevereiro de 2020, reconhecida da seguinte forma: i) R\$78.896 relativos ao período de janeiro de 2017 a fevereiro de 2018; ii) R\$107.429 de subvenção de ICMS relativa ao exercício findo em 28 de fevereiro de 2019; iii) R\$254.459 relativos aos créditos de ICMS presumidos dos períodos de 2013 a 2016, após conclusão da mensuração dos incentivos e retificação das obrigações acessórias destes exercícios; iv) R\$147.468 relativos aos créditos atualizados gerados pela redução da base de cálculo do ICMS para operações interestaduais com arroz, conforme Convênio ICMS nº 190/17, referente aos anos de 2014 a 2017; todos esses créditos reconhecidos no exercício findo em 28 de fevereiro de 2019; e, v) R\$132.177 de subvenção de ICMS relativa ao exercício findo em 29 de fevereiro de 2020. Conforme previsto pelo artigo 30 da Lei 12.973/14, a reserva de incentivos fiscal, poderá ser utilizada para absorção de prejuízos, desde que anteriormente já tenham sido totalmente absorvidas as demais Reservas de Lucros, com exceção da Reserva Legal, ou para aumento de capital. Dentro da mesma previsão legal, a reserva de incentivos fiscais, não compõe a base de cálculo do dividendo mínimo obrigatório, devendo a Companhia submetê-la à tributação, em caso de distribuição.

20. Imposto de renda e contribuição social

Conciliação dos valores registrados ao resultado

	Controladora		Consolidado	
	29/02/2020	28/02/2019	29/02/2020	28/02/2019
Resultado antes dos impostos	209.360	344.328	236.156	366.012
Alíquotas nominais (*)	34%	34%	34%	34%
Imposto de renda e contribuição social pela taxa nominal	(71.182)	(117.072)	(80.293)	(124.444)
(Adições) exclusões permanentes				
Equivalência patrimonial	26.023	32.448	(211)	1.493
Subvenção de ICMS – incentivos fiscais	44.940	70.225	44.940	70.722
Pagamento de juros sobre capital próprio	29.240	22.100	29.240	22.100
Anistia encargos – adesão ao PRR (Funrural)	-	7.690	-	9.237
Outras exclusões (adições) permanentes (**)	1.247	2.668	9.796	17.267
Valor registrado no resultado	30.268	18.059	3.472	(3.625)
Alíquotas efetivas	14,5%	5,2%	1,5%	1,0%

(*) Imposto de renda calculado à alíquota de 25% para as controladas sediadas no Uruguai, 27% para as sediadas no Chile e 29,5% para as sediadas no Peru, de modo que a diferença de alíquota é apresentada na rubrica de outras exclusões (adições) permanentes. Não há incidência de contribuição social nesses países.

(**) Os efeitos da tributação da controlada Ciclo Logística Ltda., que passou a ser optante pelo Lucro Real a partir de 1 de janeiro de 2020, também compõem a rubrica de outras exclusões (adições) permanentes.

Imposto de renda e contribuição social diferidos

	Controladora		Consolidado	
	29/02/2020	28/02/2019	29/02/2020	28/02/2019
Diferença temporária ativa				
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	1.927	1.921	2.658	2.761
Provisão para participação nos resultados	2.787	2.943	2.787	2.943
Provisão para perdas de ICMS	-	-	-	461
Provisão para demandas judiciais	11.056	11.563	11.467	11.723
Prejuízos fiscais e bases negativas	12.994	4.379	12.994	4.379
Provisão para perdas adiantamento a fornecedores	3.214	2.656	3.214	2.724
Provisão para perdas de estoques	3.610	2.189	3.610	2.189
Provisão para perdas de créditos tributários	1.017	105	1.017	105
Provisão de descontos sobre vendas	2.581	2.404	2.581	2.404
Provisão para perda com reestruturação	13.084	12.242	13.084	12.242
Ativo de direito de uso (CPC 06/IFRS16)	23.303	-	24.165	-
Outras provisões temporárias	3.965	3.554	9.314	11.756
	79.538	43.956	86.891	53.687

	Controladora		Consolidado	
	29/02/2020	28/02/2019	29/02/2020	28/02/2019
Diferença temporária passiva				
Diferença entre ágio contábil e ágio fiscal	41.032	41.032	41.032	41.032
Sobre alocação à intangíveis	38.987	38.985	58.013	56.912
Sobre alocação à imobilizados	15.569	17.135	15.569	17.135
Custo atribuído ao imobilizado (<i>deemed cost</i>)	31.890	33.074	31.890	33.074
Custos à amortizar – debêntures	-	2.924	-	2.924
Diferimento sobre ajuste a valor justo – SLC Alimentos Ltda. (*)	-	-	-	17.759
Lucro do exterior	3.627	-	3.627	-
Passivo de arrendamento (CPC 06/IFRS16)	22.813	-	23.654	-
Outras diferenças temporárias	2.184	562	14.292	13.662
	156.102	133.712	188.077	182.498
Imposto de renda e contribuição social diferido líquido				
Passivo não circulante	76.564	89.756	101.186	128.811

(*) Devido a incorporação da controlada SLC Alimentos Ltda., as mais-valias calculadas conforme laudo preliminar passam a ser dedutíveis para apuração do Imposto de Renda e Contribuição Social. Sendo assim, os respectivos tributos diferidos foram revertidos (Nota 9.a – Combinação de negócios).

A Companhia possui créditos tributários decorrentes de prejuízos fiscais, bases negativas de contribuição social e diferenças temporárias. A compensação dos prejuízos fiscais, limitada por lei a 30% do resultado tributável do exercício, implica considerável aumento no prazo de recuperação dos créditos tributários. Conforme estudo de rentabilidade aprovado pelo Comitê de Auditoria e atendendo à Instrução CVM 371, de 27 de junho de 2002, a Companhia realizará tais créditos em até 5 anos, podendo mantê-los registrados em sua totalidade.

21. Receita líquida de vendas e serviços

	Controladora		Consolidado	
	29/02/2020	28/02/2019	29/02/2020	28/02/2019
Receita bruta de vendas e serviços				
Mercado interno	4.420.867	3.711.706	5.543.281	4.900.465
Mercado externo	202.721	134.964	707.931	602.560
	4.623.588	3.846.670	6.251.212	5.503.025
Deduções de vendas				
Impostos sobre vendas	(360.549)	(311.099)	(407.528)	(357.296)
Devoluções e abatimentos	(339.670)	(298.686)	(447.572)	(396.904)
	(700.219)	(609.785)	(855.100)	(754.200)
	3.923.369	3.236.885	5.396.112	4.748.825

22. Despesas por natureza

	Controladora		Consolidado	
	29/02/2020	28/02/2019	29/02/2020	28/02/2019
Despesas por função				
Custo dos produtos vendidos	(3.073.032)	(2.434.625)	(4.145.275)	(3.527.068)
Despesas com vendas	(445.778)	(411.854)	(642.941)	(631.117)
Despesas gerais e administrativas	(219.671)	(211.184)	(311.537)	(292.867)
	(3.738.481)	(3.057.663)	(5.099.753)	(4.451.052)
Despesas por natureza				
Matéria-prima e materiais	(2.692.142)	(2.128.876)	(3.397.900)	(2.936.865)
Serviços de terceiros	(103.450)	(105.112)	(131.123)	(143.277)
Manutenção	(93.235)	(71.756)	(109.759)	(83.918)
Pessoal	(289.725)	(260.128)	(457.399)	(450.738)
Fretes	(313.847)	(272.103)	(471.568)	(403.643)
Comissões sobre vendas	(22.165)	(16.147)	(30.311)	(23.762)
Energia elétrica	(36.585)	(27.080)	(56.149)	(47.134)
Depreciação e amortização	(68.042)	(55.747)	(110.425)	(101.416)
Amortização do ativo de direito de uso (Nota 13)	(24.830)	-	(33.054)	-
Locação (Nota 13)	(5.751)	(25.723)	(39.167)	(49.318)
Impostos e taxas	(8.807)	(9.742)	(28.820)	(24.938)
Despesas com exportação	(22.432)	(19.780)	(67.661)	(34.013)
Outras	(57.470)	(65.469)	(166.417)	(152.030)
	(3.738.481)	(3.057.663)	(5.099.753)	(4.451.052)

23. Resultado financeiro

	Controladora		Consolidado	
	29/02/2020	28/02/2019	29/02/2020	28/02/2019
Despesas financeiras				
Juros sobre empréstimos	(87.493)	(63.560)	(101.180)	(82.071)
Juros sobre arrendamentos (Nota 13)	(4.976)	-	(5.744)	-
Derivativos	(37.273)	(87.950)	(37.273)	(88.251)
Variação cambial	(12.312)	(5.887)	(13.022)	(21.329)
Variação monetária	(6.923)	(8.116)	(13.012)	(8.006)
Outras	(12.590)	(11.388)	(19.098)	(18.221)
	(161.567)	(176.901)	(189.329)	(217.878)
Receitas financeiras				
Juros	4.493	1.999	5.082	5.870
Descontos	3.364	3.672	6.761	4.311
Rendimentos de aplicações financeiras	32.106	30.575	43.350	39.530
Derivativos	47.855	88.289	47.855	89.027
Variação cambial	9.160	5.402	12.621	13.028
Variação monetária	10.017	10.900	10.017	11.375
Outras receitas com variações monetárias (*)	1.543	38.719	1.543	38.719
Outras	-	64	16	49
	108.538	179.620	127.245	201.909
	(53.029)	2.719	(62.084)	(15.969)

(*) O exercício findo em 28 de fevereiro de 2019 contempla as atualizações monetárias de exercícios anteriores relativos aos créditos de IRPJ e CSLL sobre o reconhecimento da subvenção de ICMS dos exercícios de 2013 a 2016 e aos créditos de PIS e COFINS gerados pela exclusão do ICMS da base de cálculo, dos exercícios de 2004 a fevereiro de 2018, nos montantes de R\$20.923 e R\$17.797.

24. Outras receitas (despesas) operacionais

O detalhamento das Outras receitas (despesas) operacionais é apresentado a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	29/02/2020	28/02/2019	29/02/2020	28/02/2019
Crédito fiscal de IRPJ e CSLL sobre subvenção de ICMS (a)	-	93.011	-	93.011
Exclusão de ICMS da base de cálculo do PIS e da COFINS (b)	-	41.015	-	41.015
PRR – Funrural (c)	-	(41.952)	-	(41.952)
Provisão para perda de unidade industrial (d)	(2.714)	(37.576)	(2.714)	(37.576)
Demais receitas operacionais	3.676	12.455	5.215	30.706
	962	66.953	2.501	85.204

a) Reconhecimento de crédito fiscal sobre subvenção de ICMS

Assim como mencionado na Nota 8 – Tributos a recuperar, a Lei Complementar 160/2017 foi promulgada em 07 de agosto de 2017, aditando o parágrafo 4º do artigo 30 da lei 12.973/14, onde passou a considerar os incentivos fiscais concedidos pelos estados ou pelo Distrito Federal como subvenções para investimentos, dedutíveis para o cálculo de imposto de renda e contribuição social. Considerando o efeito retroativo de 5 anos, a Companhia registrou o crédito fiscal de R\$93.011.

b) Exclusão de ICMS da base de cálculo do PIS e COFINS

Conforme maiores detalhes informados na Nota 8, houve reconhecimento de R\$41.015 de crédito extemporâneo de PIS e COFINS calculado sobre a exclusão do ICMS da base de cálculo destas referidas contribuições.

c) Programa de Regularização Tributária Rural – PRR (Refis Rural)

Conforme Nota 17, em 10 de outubro de 2018 a Companhia aderiu ao Programa de Regularização Tributária Rural instituído pela lei 13.606/2018, onde reconheceu um passivo tributário líquido de R\$41.952.

d) Provisão para perda de unidades industriais

Unidade industrial São Gonçalo – RJ

Durante o exercício findo em 28 de fevereiro de 2019, a Companhia encerrou e migrou as atividades operacionais relativas a pescados da unidade de São Gonçalo, localizado no estado Rio Janeiro, para a unidade de Navegantes, localizada no estado de Santa Catarina e, após cálculo do montante recuperável, registrou a provisão para reestruturação de R\$31.269. Em fevereiro de 2020, a Companhia atualizou o montante provisionado aumentando a perda em R\$2.063.

Unidade industrial Sertãozinho – SP

Durante o exercício findo em 28 de fevereiro de 2019, a Companhia encerrou e migrou as atividades operacionais relativas a grãos da unidade de Sertãozinho, para a unidade de Barra Bonita, ambas localizadas no estado de São Paulo e, após cálculo do montante recuperável, registrou a provisão para reestruturação de R\$4.737. Este estabelecimento estava instalado em imóvel locado pertencente à Q4 Sertãozinho Empreendimentos e Participações Ltda., onde o contrato previa multa rescisória de 40% sobre as parcelas remanescentes até julho de 2021. Considerando o valor mensal de R\$135, foi contabilizada uma provisão para rescisão de R\$1.570 (a liquidação ocorreu em abril de 2019 pelo montante de R\$1.516). Assim, o total da despesa reconhecida no exercício findo em 28 de fevereiro de 2019 foi de R\$6.307. Ainda, em 29 de fevereiro de 2019, a provisão sofreu uma redução de R\$1.788, devido ajuste dos ativos considerados para perda.

Unidade industrial Tarumã – SP

Após conclusão do projeto de ampliação das atividades da unidade de Barra Bonita/SP, as atividades de Tarumã serão unificadas à mesma. A provisão para perda dos ativos é de R\$1.275, contabilizada em 29 de fevereiro de 2020.

Unidades industriais Cuiabá – MT e Uruguaiana – RS

Devido reestruturação das atividades operacionais, estas unidades serão encerradas e seus ativos baixados para perda. A provisão estimada sobre os ativos de Cuiabá/MT é de R\$1.016 e de Uruguaiana/RS é de R\$78 ambas, contabilizadas em 29 de fevereiro de 2020.

Unidade administrativa Porto Alegre – RS

Com a incorporação da SLC Alimentos, as atividades administrativas foram distribuídas e parte dos ativos da unidade de Porto Alegre/RS será realocada. A provisão estimada sobre os ativos inutilizados é de R\$70, contabilizada em 29 de fevereiro de 2020.

25. Gerenciamento de riscos e instrumentos financeiros

Conforme mencionado na nota explicativa nº 1, os negócios da Companhia e suas controladas compreendem a industrialização e a comercialização, no país e no exterior, de diversos produtos, principalmente arroz, feijão, açúcar e pescados.

Os valores de realização estimados de ativos e passivos financeiros da Companhia e de suas controladas foram determinados por meio de informações disponíveis no mercado e metodologias apropriadas de avaliação.

a) Mensuração do valor justo

A Companhia mensura instrumentos financeiros, como, por exemplo aplicações financeiras e derivativos a valor justo em cada data de fechamento do balanço patrimonial. Valor justo é o preço que seria recebido pela venda de um ativo ou pago pela transferência de um passivo em uma transação não forçada entre participantes do mercado na data de mensuração.

A mensuração do valor justo é baseada na presunção de que a transação para vender o ativo ou transferir o passivo ocorrerá:

- No mercado principal para o ativo ou passivo; ou
- Na ausência de um mercado principal, no mercado mais vantajoso para o ativo ou o passivo.

O valor justo de um ativo ou passivo é mensurado com base nas premissas que os participantes do mercado utilizariam ao definir o preço de um ativo ou passivo, presumindo que os participantes do mercado atuam em seu melhor interesse econômico.

A mensuração do valor justo de um ativo não financeiro leva em consideração a capacidade de um participante do mercado gerar benefícios econômicos por meio da utilização ideal do ativo ou vendendo-o a outro participante do mercado que também utilizaria o ativo de forma ideal. A Companhia utiliza técnicas de avaliação adequadas nas circunstâncias e para as quais haja dados suficientes para mensuração do valor justo, maximizando o uso de informações disponíveis pertinentes e minimizando o uso de informações não disponíveis. Essas metodologias de avaliação não foram alteradas nos exercícios apresentados.

Todos os ativos e passivos para os quais o valor justo seja mensurado ou divulgado nas demonstrações financeiras consolidadas são categorizados dentro da hierarquia de valor justo descrita abaixo, com base na informação de nível mais baixo que seja significativa à mensuração do valor justo como um todo:

- Nível 1 — Preços de mercado cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos ou passivos idênticos;
- Nível 2 — Técnicas de avaliação para as quais a informação de nível mais baixo e significativa para mensuração do valor justo seja direta ou indiretamente observável;
- Nível 3 — Técnicas de avaliação para as quais a informação de nível mais baixo e significativa para mensuração do valor justo não esteja disponível.

Para fins de divulgações do valor justo, a Companhia determinou classes de ativos e passivos com base na natureza, características e riscos do ativo ou passivo e o nível da hierarquia do valor justo, conforme acima explicado. As correspondentes divulgações a valor justo de instrumentos financeiros e ativos não financeiros mensurados a valor justo ou no momento da divulgação dos valores justos são resumidas nas respectivas notas.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
29 de fevereiro de 2020 e 2019
(Em milhares de reais – R\$, exceto quando indicado de outra forma)



Com base em sua avaliação, a Administração considera que os valores justos dos principais instrumentos financeiros apresentados não possuem diferenças significativas dos valores contabilizados, como a seguir:

	Nível	Controladora			
		29/02/2020		28/02/2019	
		Contábil	Valor justo	Contábil	Valor justo (Reapresentado*)
Ativos financeiros					
Custo amortizado					
Contas a receber	2	503.108	503.108	434.807	434.807
		503.108	503.108	434.807	434.807
Mensurados pelo valor justo por meio do resultado					
Equivalentes de caixa	2	403.572	403.572	310.684	310.684
Aplicações financeiras	2	32.292	32.292	31.459	31.459
Instrumentos financeiros – derivativos	2	605	605	350	350
		436.469	436.469	342.493	342.493
Passivos financeiros					
Mensurado pelo custo amortizado					
Fornecedores	2	338.090	338.090	284.004	284.004
Empréstimos e financiamentos	2	1.448.774	1.448.862	1.042.934	1.042.993
Outras contas a pagar	2	40.123	40.123	50.901	50.901
		1.826.987	1.827.075	1.377.839	1.377.898

	Nível	Consolidado			
		29/02/2020		28/02/2019	
		Contábil	Valor justo	Contábil	Valor justo (Reapresentado*)
Ativos financeiros					
Custo amortizado					
Contas a receber	2	725.262	725.262	690.536	690.536
		725.262	725.262	690.536	690.536
Mensurados pelo valor justo por meio do resultado					
Equivalentes de caixa	2	463.797	463.797	331.775	331.775
Aplicações financeiras	2	32.292	32.292	31.459	31.459
Instrumentos financeiros – derivativos	2	605	605	511	511
		496.694	496.694	363.745	363.745
Passivos financeiros					
Mensurado pelo custo amortizado					
Fornecedores	2	517.270	517.270	423.204	423.204
Empréstimos e financiamentos	2	1.602.894	1.606.201	1.428.859	1.441.192
Passivo de arrendamento (**)	2	1.098	1.385	-	-
Outras contas a pagar	2	40.123	40.123	50.901	50.901
		2.161.385	2.164.979	1.902.964	1.915.297

(*) Reapresentação do valor justo dos empréstimos e financiamentos.

(**) Passivo de arrendamento da controlada Empresas Tucapel S.A., transferido da rubrica de empréstimos, com a adoção da norma CPC 06 (R2) / NBC TG 06 (R3) / IFRS 16 – Arrendamentos.

Os saldos de caixa e equivalentes de caixa, assim como das aplicações financeiras estão apresentados ao seu valor justo, que equivalem aos seus respectivos valores contábeis na data do balanço patrimonial.

Os derivativos, oriundos de operações de Mercado Futuro, também estão reconhecidos baseados em seus respectivos valores justos estimados com base nos respectivos contratos objeto e com dados observáveis de mercado que incluem a movimentação das moedas nas quais os derivativos estão designados. Nesses casos, os ativos e passivos são classificados em Nível 2. Abaixo estão dispostas maiores informações referentes aos derivativos e sua mensuração:

Risco	Moeda	Quantidade de Contratos	Valor Principal	Valor dos Instrumentos de Proteção	Saldo Passivo em 29/02/2020
Importações Futuras	Dólar	355	17.750	80.081	529
Importações Futuras	Euro	40	2.000	9.945	76
Saldo em 29/02/2020		395	19.750	90.026	605

Os saldos de contas a receber de clientes decorrem diretamente das operações comerciais da Companhia, e estão registrados pelos seus valores originais, sujeitos atualizações cambiais e monetárias, perdas estimadas para liquidações duvidosas e eventuais descontos concedidos.

Os saldos de fornecedores decorrem diretamente das operações comerciais da Companhia, estão registradas pelos seus valores originais, sujeitos a atualizações cambiais e monetárias, quando aplicável.

Empréstimos, financiamentos e debêntures são classificados como passivos financeiros mensurados pelo custo amortizado pelo método de taxa efetiva de juros, e estão contabilizados pelos seus valores contratuais, que refletem os termos e condições usuais captados em mercado.

b) Fatores de risco que podem afetar os negócios da Companhia e de suas controladas

As operações da Companhia e de suas controladas estão sujeitas aos seguintes principais riscos.

Risco de crédito

A Companhia e suas controladas estão potencialmente sujeitas ao risco de crédito da contraparte em suas operações de aplicações financeiras e contas a receber.

i. Aplicações financeiras

As aplicações financeiras do Grupo estão mantidas em instituições de primeira linha. A seguir a classificação de *Rating* dos valores aplicados (Notas 4 e 5):

Rating	Controladora		Consolidado	
	29/02/2020	28/02/2019	29/02/2020	28/02/2019
AAA	-	217	-	217
AA+	-	-	60.225	21.091
A-1+	435.864	341.926	435.864	341.926
	435.864	342.143	496.089	363.234

ii. Contas a receber

As políticas de vendas da Companhia e suas controladas estão subordinadas às políticas de crédito fixadas por sua Administração e visam minimizar eventuais problemas decorrentes da inadimplência de seus clientes. Este objetivo é alcançado por meio da seleção criteriosa da carteira de clientes que considera a capacidade de pagamento (análise de crédito) e a diversificação das vendas (pulverização do risco). A Companhia e suas controladas historicamente tem obtido resultados satisfatórios em relação as suas metas de mitigação deste risco. As aplicações são sempre mantidas em bancos listados entre os 10 maiores do país.

A Companhia e suas controladas não possuíam, no exercício findo em 29 de fevereiro de 2020, clientes responsáveis por mais de 10% da receita líquida total.

Risco liquidez

Risco de liquidez representa o encurtamento nos recursos destinados para pagamento de dívidas (substancialmente empréstimos e financiamentos). A Companhia e suas controladas tem políticas de monitoramento de caixa para evitar o descasamento de contas a receber e a pagar. Adicionalmente, a Companhia mantém saldos em aplicações financeiras passíveis de resgate a qualquer momento para cobrir eventuais descasamentos entre a data de maturidade de suas obrigações contratuais e sua geração de caixa. A Companhia e suas controladas historicamente tem obtido resultados satisfatórios em relação as suas metas de mitigação deste risco.

Risco de preços dos insumos e dos produtos acabados

Os principais insumos utilizados no processo produtivo da Companhia e suas controladas são *commodities* agrícolas, cujos preços sofrem flutuações em função das políticas públicas de fomento agrícola, sazonalidade de safras e efeitos climáticos, podendo acarretar perda em decorrência da flutuação de preços no mercado. Para minimizar esse risco, a Companhia monitora permanentemente as oscilações de preço nos mercados nacional e internacional. A Companhia historicamente tem obtido resultados satisfatórios em relação as suas metas de mitigação deste risco.

Risco de mercado

i. Risco da taxa de juros

Esse risco advém da possibilidade de a Companhia vir a incorrer em perdas por conta de flutuações nas taxas de juros que aumentem as suas despesas financeiras relativas a empréstimos e financiamentos, ou reduzir o ganho com suas aplicações. A Companhia monitora continuamente a volatilidade das taxas de juros do mercado. Com objetivo de reduzir os possíveis impactos advindos de oscilações em taxas de juros, a Companhia e suas controladas adotam a política de manter seus recursos aplicados em instrumentos atrelados ao CDI. A Companhia historicamente tem obtido resultados satisfatórios em relação as suas metas de mitigação deste risco.

ii. Risco de taxas de câmbio

A Companhia utiliza instrumentos financeiros derivativos, principalmente hedge financeiro, com o propósito de proteger suas importações contra riscos de flutuação nas taxas de câmbio.

As perdas e os ganhos com as operações de derivativos são reconhecidos diariamente no resultado, considerando-se o valor de realização desses instrumentos (valor de mercado). A provisão para as perdas e ganhos não realizados é reconhecida na conta "Instrumentos Financeiros - Derivativos", no balanço patrimonial e a contrapartida no resultado é na rubrica "Ganhos/Perdas - Derivativos", líquidas.

c) Análise de sensibilidade

Apresentamos, a seguir, quadro demonstrativo de análise de sensibilidade dos instrumentos financeiros, que descreve os riscos que podem gerar prejuízos materiais para a Companhia, com cenário mais provável (cenário 1), segundo avaliação efetuada pela Administração, considerando um horizonte de doze meses, quando deverão ser divulgadas as próximas informações financeiras contendo tal análise. Adicionalmente, dois outros cenários são demonstrados a fim de apresentar 25% e 50% de deterioração na variável do cenário provável considerada, respectivamente (cenários 2 e 3).

Dívidas e aplicações financeiras

As operações financeiras de investimento de caixa e captação atrelados a moedas diferentes de reais e CDI estão sujeitas à variação da taxa de câmbio (USD/BRL, CLP/BRL, PEN/BRL e EUR/BRL) e da taxa de juros (CDI).

Programa	Instrumento	Risco	Taxa	Cenário 1	Cenário 2	Cenário 3
				Provável	(-) 25%	(-) 50%
				R\$	R\$	R\$
Empréstimos e financiamentos	Debêntures	Flutuação do CDI	4,21%	(57.974)	(72.467)	(86.961)
Total				(57.974)	(72.467)	(86.961)
Varição (perda)					(14.493)	(28.987)

Investimentos de caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras (desvalorização das taxas de juros)

Programa	Instrumento	Risco	Taxa a.a.	Cenário 1	Cenário 2	Cenário 3
				Provável	(-) 25%	(-) 50%
				R\$	R\$	R\$
Investimentos de Caixa	Aplicações financeiras	Flutuação do CDI	4,21%	18.340	13.755	9.170
Total				18.340	13.755	9.170
Varição (perda)					(4.585)	(9.170)

Investimentos de caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras (depreciação do Real)

Programa	Instrumento	Risco	Taxa	Cenário 1	Cenário 2	Cenário 3
				Provável	(-) 25%	(-) 50%
				R\$	R\$	R\$
Investimentos de Caixa	Aplicações financeiras	Flutuação do BRL/CLP	0,0052	60.244	45.183	30.122
Total				60.244	45.183	30.122
Varição (perda)					(15.061)	(30.122)

Dívida (variação cambial)

Programa	Instrumento	Risco	Taxa	Cenário 1	Cenário 2	Cenário 3
				Provável	25%	50%
				R\$	R\$	R\$
Financiamentos	Dívida denominada em USD	Flutuação do BRL/USD	4,5000	(19)	(16.732)	(33.444)
Financiamentos	Dívida denominada em PEN*	Flutuação do BRL/PEN	1,3013	(5.418)	(35.551)	(65.685)
Financiamentos	Dívida denominada em CLP**	Flutuação do BRL/CLP	0,0052	-	(85)	(169)
Total				(5.437)	(52.368)	(99.298)
Variação (perda)					(46.931)	(93.861)

(*) PEN - Novo Sol / Peru

(**) CLP - pesos Chilenos

Derivativos designados como hedge (depreciação do Real)

Programa	Instrumento	Risco	Taxa	Cenário 1	Cenário 2	Cenário 3
				Provável	(-) 25%	(-) 50%
				R\$	R\$	R\$
Importações	Derivativos	Flutuação do BRL/USD	4,5000	23	(20.049)	(40.075)
Importações	Derivativos	Flutuação do BRL/EURO	4,8582	(170)	(2.274)	(4.717)
Total				(147)	(22.323)	(44.792)
Variação (perda)					(22.176)	(44.645)

As fontes de informação para as taxas utilizadas acima foram obtidas no Banco Central do Brasil – BCB.

Gestão do capital

Os ativos podem ser financiados por capital próprio ou capital de terceiros. Caso a opção por capital próprio seja realizada, esta pode utilizar recursos provenientes de aportes de capital pelos acionistas atuais ou por capitalização em operação de mercado de capitais com a entrada de novos acionistas. A utilização de recursos financiados por terceiros será sempre uma opção a ser considerada, principalmente pelo entendimento da Administração de que este custo será menor do que o custo de capital próprio, otimizando o custo de capital ou quando este custo for menor que o retorno gerado pelo ativo adquirido. É importante apenas assegurar que seja mantida uma estrutura de capital eficiente com objetivo de otimização do custo de capital, que propicie solidez financeira e ao mesmo tempo viabilize seu plano de negócios.

O capital é gerenciado por meio de índices de alavancagem, que são definidos como endividamento líquido dividido pela soma do EBITDA dos últimos 12 meses, e endividamento líquido dividido pela soma do endividamento financeiro líquido e patrimônio líquido total. A Administração procura manter esta relação em níveis iguais ou inferiores aos níveis da indústria. A Administração inclui na dívida líquida os empréstimos e financiamentos (inclui as debêntures), derivativos, caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras circulante e não circulante, e títulos e valores mobiliários vinculados, circulante e não circulante com base em valores extraídos do balanço patrimonial consolidado da Devedora. A Companhia possui contratos de emissão de debêntures, que preveem o cumprimento do seguinte compromisso (“covenants”): Dívida líquida/EBITDA igual ou inferior a 3,5 (três vezes e meia).

A Companhia não está sujeita a nenhuma necessidade de capital imposta externamente. O capital total é definido como o total do patrimônio líquido somado à dívida líquida como segue:

	Controladora		Consolidado	
	29/02/2020	28/02/2019	29/02/2020	28/02/2019
Patrimônio líquido	2.249.372	2.169.115	2.249.372	2.169.115
Caixa, equivalentes de caixa (Nota 4)	(405.601)	(312.027)	(537.764)	(365.302)
Aplicações financeiras (Nota 5)	(32.292)	(31.242)	(32.292)	(31.242)
Empréstimos e financiamentos (Nota 15)	1.448.774	1.042.934	1.602.894	1.428.859
Passivo de arrendamento (Nota 13)	74.898	-	91.433	-
Capital total	3.335.151	2.868.780	3.373.643	3.201.430

26. Informações por segmento

A Administração definiu o modelo estratégico do negócio, baseando as decisões da Companhia entre os segmentos Brasil e Internacional.

Os segmentos do Grupo realizam operações entre si e tem as mesmas práticas contábeis descritas na nota explicativa nº 2.

As informações dos segmentos da Companhia estão incluídas nas tabelas a seguir:

	Alimentício Brasil		Alimentício Internacional		Alimentício Consolidado	
	29/02/2020	28/02/2019	29/02/2020	28/02/2019	29/02/2020	28/02/2019
Ativo						
Ativo circulante	1.930.018	1.635.202	770.163	848.373	2.700.181	2.483.575
Ativo não circulante	1.492.681	1.156.728	616.527	796.357	2.109.208	1.953.085
Total do ativo	3.422.699	2.791.930	1.386.690	1.644.730	4.809.389	4.436.660
Passivo						
Passivo circulante	1.041.339	629.708	203.502	477.915	1.244.841	1.107.623
Passivo não circulante	1.189.245	994.385	125.931	165.537	1.315.176	1.159.922
Total do passivo	2.230.584	1.624.093	329.433	643.452	2.560.017	2.267.545

Notas explicativas às demonstrações financeiras
29 de fevereiro de 2020 e 2019



(Em milhares de reais – R\$, exceto quando indicado de outra forma)

	Alimentício Brasil		Alimentício Internacional		Alimentício Consolidado	
	29/02/2020	28/02/2019	29/02/2020	28/02/2019	29/02/2020	28/02/2019
Receita bruta de vendas						
Mercado interno	4.422.004	3.838.684	1.121.277	1.061.781	5.543.281	4.900.465
Mercado externo	202.721	134.964	505.210	467.596	707.931	602.560
	4.624.725	3.973.648	1.626.487	1.529.377	6.251.212	5.503.025
Deduções de vendas						
Impostos sobre vendas	(370.098)	(324.147)	(37.430)	(33.149)	(407.528)	(357.296)
Devoluções e abatimentos	(339.794)	(303.180)	(107.778)	(93.724)	(447.572)	(396.904)
	(709.892)	(627.327)	(145.208)	(126.873)	(855.100)	(754.200)
Receita líquida de vendas	3.914.833	3.346.321	1.481.279	1.402.504	5.396.112	4.748.825
Custos das vendas e serviços	(3.054.648)	(2.521.321)	(1.090.627)	(1.005.747)	(4.145.275)	(3.527.068)
Lucro bruto	860.185	825.000	390.652	396.757	1.250.837	1.221.757
Despesas de vendas	(447.540)	(424.479)	(195.401)	(206.638)	(642.941)	(631.117)
Despesas gerais e administrativas	(131.498)	(161.651)	(36.560)	(29.800)	(168.058)	(191.451)
Depreciação e amortização	(96.832)	(63.827)	(46.647)	(37.589)	(143.479)	(101.416)
Outras receitas (despesas) operacionais e resultado de equivalência patrimonial	1.131	67.828	750	16.380	1.881	84.208
Lucro antes das receitas e despesas financeiras	185.446	242.871	112.794	139.110	298.240	381.981
Despesas financeiras	(161.652)	(180.999)	(27.677)	(36.879)	(189.329)	(217.878)
Receitas financeiras	108.546	181.366	18.699	20.543	127.245	201.909
Lucro antes dos impostos	132.340	243.238	103.816	122.774	236.156	366.012
IRPJ e CSLL	28.324	17.510	(24.852)	(21.135)	3.472	(3.625)
Lucro líquido	160.664	260.748	78.964	101.639	239.628	362.387

27. Seguros

A Companhia possui um programa de gerenciamento de riscos, buscando no mercado coberturas compatíveis com seu porte e suas operações. As coberturas foram contratadas pelos montantes a seguir indicados, considerados suficientes pela Companhia para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade, os riscos envolvidos em suas operações e a orientação de seus consultores de seguros.

A seguir a tabela com o resumo das apólices contratadas em 29 de fevereiro de 2020:

Risco	Cobertura	Controladora		Consolidado	
		Valor em risco	Custo da apólice	Valor em risco	Custo da apólice
Riscos operacionais	Contra danos materiais a edificações, instalações, estoques, máquinas e equipamentos, lucros cessantes	134.400	1.185	1.550.795	2.905
Transporte de mercadorias	Mercadorias em trânsito	2.000	1.059	574.320	1.848
Responsabilidade civil	Reparações por danos pessoais e/ou materiais causados a terceiros, em consequência das operações da Companhia	7.000	21	32.524	205
Responsabilidade civil de administradores	Prejuízos financeiros decorrentes de reclamações feitas contra os segurados, em virtude de atos danosos pelos quais se busque sua responsabilização	60.000	75	60.000	75
Processos judiciais	Processos judiciais diversos	93.952	1.090	93.952	1.090
Veículos	Sinistros diversos	100% da tabela FIP	24	*	499
Riscos de engenharia	Obras e riscos civis	6.591	99	6.591	99
Seguro Ambiental	Reclamações de terceiros relativas a transporte, danos Pessoais, danos materiais e custos de limpeza	400	15	400	15
Recebimento de clientes	90% da dívida de clientes inadimplentes	90% da venda	126	90% da venda	299
Fiança locatícia	Inadimplemento da Companhia relativo a locação de imóveis	13.604	44	13.604	44

* O valor em risco consolidado é composto pelas apólices da controladora Camil Alimentos S.A, onde o valor assegurado corresponde a 100% da tabela FIP vigente, e da controlada Ciclo Logística Ltda., onde a apólice assegura 80% da tabela FIP.

28. Eventos subsequentes

a) Financiamento para viabilização da aquisição da Unidade de Negócios de Pet Food da Empresas IANSA no Chile

Em 2 de março de 2020, a controlada Empresas Tucapel S.A. firmou contrato de financiamento de CLP37.000.000, equivalente a R\$204.277 ou USD45.449, à taxa de juros de 3,95% a.a., a fim de viabilizar a aquisição da Unidade de Negócios de Pet Food da Empresas IANSA.

O fluxo de amortização do principal será realizado em 9 parcelas semestrais, iniciando em 2 de março de 2022 e findando em 2 de setembro de 2025. Já a amortização dos juros seguirá em parcelas semestrais, a contar de 2 de setembro de 2020.

b) Outorga de novas opções de compra de ações

Em 2 de abril de 2020, o Conselho de Administração da Companhia aprovou a quarta outorga de novas opções de compra de ações aos beneficiários no âmbito do Plano de Outorga de Opções de Compra de Ações, aprovada em Assembleia Geral da Companhia realizada no dia 28 de agosto de 2017 (“Plano de Opção de Compra”).

A Companhia poderá outorgar opções de compra de ações de emissão da Companhia até o limite de 4.127.666 ações ordinárias de emissão da Companhia, correspondente nesta data a 1,12% do capital social da Companhia, respeitando o limite global de 4% do capital social. O preço de exercício de cada Nova Opção corresponderá a R\$7,98 (sete reais e noventa e oito centavos) por ação.

c) Impacto COVID-19

A CAMIL está monitorando os efeitos em decorrência da pandemia do COVID-19 e até o momento não sofreu qualquer impacto material financeiro. O segmento de atuação da Companhia é considerado essencial e, assim, não teve suas operações interrompidas e está seguindo as determinações das legislações no Brasil e nos demais países da América do Sul em que atua.

Como empresa do setor de alimentos, a Camil deve garantir à população acesso aos alimentos, sem perder de vista a segurança e saúde de seus colaboradores e das comunidades com que se relaciona. Desta forma, a Companhia elaborou e colocou em prática um plano de contingência abrangendo diversas medidas preventivas necessárias para garantir a continuidade de seus negócios e a segurança de seus colaboradores e clientes.

Frente às dificuldades apresentadas, seguimos as orientações dos Ministérios da Saúde e entidades governamentais de cada país, adaptamos a nossa rotina protegendo e promovendo ações educativas para os colaboradores relativamente as ameaças da doença. Dentre as principais medidas destacamos: criação de um Comitê de Crise para a gestão diária da evolução do COVID-19 e dos possíveis impactos e medidas necessárias para garantir a segurança de nossos colaboradores, além de monitorar todas as determinações das autoridades competentes nas regiões em que tem operação, realização de intensa comunicação, fóruns de discussão e orientação sobre prevenção ao vírus, afastamento de colaboradores do grupo risco, intensificação de técnicas de higiene pessoal e reforço do uso de barreira sanitárias nas unidades operacionais.

Adicionalmente reforçamos a gestão do nível de estoque de matérias-primas, insumos e produtos acabados e reorganização da produção, ações para garantir o distanciamento seguro entre colaboradores evitando aglomerações, substituímos a participação de todos em eventos corporativos, reuniões presenciais e viagens por comunicação entre unidades de forma remota por meio eletrônico, assim como adotamos o trabalho remoto no escritório corporativo.

No âmbito financeiro, a Companhia e suas controladas, de forma preventiva diante das incertezas econômicas, fortaleceram sua liquidez de curto prazo captando R\$1.124.524.

A Camil entende que está tomando as medidas adequadas para prevenir a disseminação do COVID-19, bem como assegurar a continuidade dos negócios durante o período que perdurar a pandemia. Embora as operações industriais, vendas ou situação financeira da Companhia não tenham sido afetadas de forma relevante até o momento, a Administração não tem como estimar ou prever a ocorrência de eventos futuros relacionados à pandemia, sendo certo de que segue avaliando constantemente os impactos sobre as suas operações e se compromete a informar possíveis novos cenários e medidas necessárias a serem adotadas.

Continuamos operando e reafirmando o compromisso com a segurança dos colaboradores, garantindo o atendimento de nossos clientes e o abastecimento nas comunidades e regiões onde atuamos na América do Sul.

Relatório Anual Resumido do Comitê de Auditoria Estatutário da Camil Alimentos S.A.

Sobre o Comitê de Auditoria

O Comitê de Auditoria Estatutário (“Comitê”) da Camil Alimentos S.A. (“Companhia”), é um órgão de caráter permanente e consultivo, criado pelo Conselho de Administração, em reunião realizada em 11 de janeiro de 2018, com a função de assessorar referido órgão da administração, sendo regido pela Instrução CVM 308, de 14 de janeiro de 1999, alterada pela Instrução CVM 509, de 16 de novembro de 2011, e demais regulamentações aplicáveis.

A atual composição do Comitê é formada por 4 (quatro) membros, todos independentes, tendo sido eleitos pelo Conselho de Administração em reuniões realizadas em 29 de junho de 2019 e 09 de janeiro de 2020.

O Sr. Carlos Roberto de Albuquerque Sá, Coordenador do Comitê, atende aos requisitos de reconhecida experiência em contabilidade societária e finanças e o Sr. Carlos Alberto Júlio também atua como membro do Conselho de Administração da Companhia. Cabe ressaltar que nenhum membro do Comitê participa da Diretoria da Companhia.

O Comitê funciona em conformidade com as melhores práticas de Governança Corporativa e conforme estabelecido em seu Regimento Interno, compete ao Comitê assessorar o Conselho de Administração com foco nos seguintes assuntos:

- (a) supervisionar, fiscalizar e acompanhar a auditoria independente no cumprimento de suas funções, com esta reunindo-se para discutir a elaboração dos relatórios, pareceres e balanços realizados em função das informações Trimestrais ITR e do balanço anual;
- (b) fazer recomendações ao Conselho de Administração sobre a contratação, supervisão, avaliação e alteração dos auditores externos;
- (c) auxiliar o Conselho de Administração e esclarecer dúvidas, e a tomar medidas com relação às recomendações dos auditores internos e externos;
- (d) verificar a independência e a qualificação dos auditores externos, incluindo a revisão dos serviços contratados pela Companhia (incluindo os de consultoria), com base em correspondência escrita, a ser submetida pelos auditores externos, periodicamente;

(e) supervisionar e acompanhar a auditoria interna, inclusive quanto à verificação do cumprimento de dispositivos legais e normativos aplicáveis à Companhia, além de normas e políticas internas; e

(f) análise e opinião sobre as diretrizes e políticas de gestão de risco, principalmente na estimação do impacto financeiro e operacional.

1. Atividades no Comitê no exercício 2019/2020

Ao longo do exercício compreendido entre março de 2019 e fevereiro de 2020, o Comitê reuniu-se em 08 (seis) vezes, em sessões ordinárias e extraordinárias. Além da participação do Coordenador do Comitê na Assembleia Geral da Companhia, o Comitê reuniu-se em uma oportunidade com o Conselho de Administração para discussão dos principais temas acompanhados durante o período.

As reuniões contaram com a participação, sempre que necessário e conforme a ordem do dia, do Diretor Presidente e do Diretor Financeiro e de Relações com Investidores da Companhia, dos demais Diretores, Gerentes Executivos, Gerência de Auditoria Interna, Controles Internos e Gestão de Riscos, Auditores Independentes e assessores externos para permitir o entendimento de processos, controles internos, riscos, possíveis deficiências e eventuais planos de melhoria, bem como para emitir suas recomendações ao Conselho de Administração e à Administração da Companhia.

Os principais assuntos discutidos pelo Comitê foram:

- Discussão, aprovação e acompanhamento do Plano Anual da Auditoria Interna para o período entre março de 2019 e fevereiro de 2020, sua execução, relatórios emitidos, conhecimento dos pontos levantados e recomendações, como também as providências tomadas pela Administração;
- Conhecimento, discussão e avaliação do planejamento dos trabalhos dos auditores independentes para o exercício de março de 2019 a fevereiro de 2020, dos níveis de relevância e das áreas de risco por eles identificadas, bem como da sua satisfação na obtenção de evidências sobre as principais operações da Companhia;
- Análise e discussão, junto à Administração, dos temas apresentados pela auditoria independente em sua carta anual de recomendações relativa à estrutura de controles internos da Companhia, bem como validação e monitoramento dos controles internos e planos de ação elaborados pela Administração para mitigar os riscos apresentados pelos auditores independentes, evitando registros, por parte dos auditores, de eventuais deficiências significativas ou, ainda, fraqueza material, relativas ao ambiente de controles da Companhia.

- Acompanhamento do sistema de controles internos e do mapeamento e gestão de riscos com base nas reuniões com os auditores internos, auditores independentes e Administração;
- Acompanhamento dos projetos estratégicos em fase de implantação pela área de Tecnologia da Informação ("TI"), com solicitação para elaboração de mapa dos riscos de continuidade do negócio;
- Acompanhamento do processo de elaboração das demonstrações financeiras e informações trimestrais, mediante reuniões com os administradores e auditores independentes;
- Avaliação e monitoramento, juntamente com a Administração e os auditores independentes, a adequação das transações com partes relacionadas realizadas pela Companhia e suas respectivas divulgações;
- Acompanhamento das atividades das áreas tributária, jurídica e legal, principalmente com relação aos processos ativos e passivos em andamento e o seu reconhecimento ou não, na contabilidade;
- Conhecimento dos trabalhos de importantes áreas da Companhia, como recursos humanos, tecnologia da informação, controladoria, entre outras;
- Monitoramento dos processos críticos da Companhia, inclusive do procedimento de devolução de mercadorias;
- Acompanhamento e monitoramento dos *covenants* contratuais da Companhia, junto à Administração e aos auditores independentes.
- Acompanhamento da implementação, pela Companhia, das Políticas e demais normativos recomendados pelo IBGC;
- Revisão do Formulário de Referência da Companhia divulgado ao mercado;
- Acompanhamento da adequação da Companhia à Lei Geral de Proteção de dados Pessoais ("LGPD"); e
- Acompanhamento do canal de denúncias e das atividades de prevenção a fraudes, pelo recebimento e apuração de qualquer denúncia ou suspeição de violação ao Código de Ética, respeitando a confidencialidade e independência do processo e, ao mesmo tempo, garantindo os níveis adequados de transparência do procedimento.

2. Auditoria Independente

A Ernst & Young Auditores Independentes S.S. (“EY”) é a firma responsável pelo exame e emissão do relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras e pela emissão dos relatórios especiais sobre as revisões.

O Comitê mantém com os auditores independentes um canal de interlocução periódica para ampla discussão dos resultados de seus trabalhos e de aspectos contábeis relevantes, de maneira que permita aos seus membros fundamentar opinião acerca da integridade das demonstrações contábeis e relatórios financeiros. No período de março de 2019 a fevereiro de 2020, o Comitê reuniu-se com os auditores independentes para discussão das demonstrações financeiras trimestrais (ITRs) da Companhia, recomendando tempestivamente sua apreciação pelo Conselho de Administração.

Por fim, reuniu-se com a EY, tomou conhecimento do parecer dos auditores independentes, deu-se por satisfeito com as informações e esclarecimentos prestados, com relação às demonstrações financeiras da Companhia, correspondentes ao exercício findo em 29 de fevereiro de 2020.

Durante o curso dos trabalhos, não houve situação de divergência significativa entre a Administração da Companhia, os auditores independentes e o Comitê em relação a tais demonstrações financeiras.

3. Auditoria Interna

A Gerência de Auditoria Interna, Controles Internos e Gestão de Riscos (“Gerência de Auditoria Interna”), está vinculada à estrutura organizacional da Diretoria Financeira e de Relações com Investidores da Companhia, porém responde funcionalmente ao Conselho de Administração e é supervisionada, diretamente, pelo Comitê de Auditoria, o que permite que desenvolva suas funções de forma ampla e independente, realizando seus trabalhos com base em um planejamento anual, aprovado previamente pelo Comitê, abrangendo, prioritariamente todas as operações e unidades relevantes da Companhia.

O Comitê acompanhou os trabalhos desenvolvidos pela Gerência de Auditoria Interna, por meio da realização de reuniões periódicas e da aprovação do planejamento de seus trabalhos relativos ao exercício compreendido entre março de 2019 a fevereiro de 2020 e do acompanhamento de sua execução.

Após as mudanças promovidas pela Companhia na Gerência de Auditoria Interna, o Comitê avalia que houve uma significativa melhora na cobertura e qualidade dos trabalhos realizados pela área, sendo que os resultados dos trabalhos apresentados pela atual estrutura, nas reuniões do Comitê, trouxeram maior conforto e segurança ao

Comitê no que se refere ao tratamento e monitoramento do ambiente de riscos e controles internos da Companhia.

4. Comitê de Gerenciamento de Crise

Ainda que considerado como evento subsequente ao término do exercício social de 29 de fevereiro de 2020, o Comitê tem acompanhado a execução dos planos de ação elaborados pelo Comitê de Gerenciamento de Crise, constituído pela Companhia com o objetivo de discutir as principais ações a serem implementadas pela Companhia em decorrência da pandemia do vírus COVID-19.

Em reunião realizada no dia 25 de março de 2020, o Comitê tomou conhecimento das principais ações adotadas pela Companhia para prevenção e enfrentamento da pandemia e vêm acompanhando os trabalhos desde então.

O Comitê também discutiu junto à Administração sobre os principais pontos que deveriam ser divulgados nas Demonstrações Financeiras em atendimento ao Ofício Circular CVM nº 02/2020 a respeito dos efeitos do Coronavírus.

5. Recomendações

Ao longo do exercício compreendido entre março de 2019 e fevereiro de 2020, o Comitê reportou periodicamente ao Conselho de Administração o andamento de seus trabalhos, expondo opiniões e fazendo recomendações sobre diversos assuntos de sua competência.

PARECER DO COMITÊ DE AUDITORIA

Os membros do Comitê de Auditoria da Camil Alimentos S.A. (“Companhia”), no exercício de suas atribuições e responsabilidades legais, conforme previsto no seu Regimento Interno, procederam ao exame e análise das demonstrações financeiras referentes ao exercício findo em 29 de fevereiro de 2020, acompanhadas do relatório, sem ressalvas, dos auditores independentes da Ernst & Young Auditores Independentes S.S. (“EY”), de 12 de maio de 2020, e do relatório anual da Administração, e considerando as informações prestadas pela Administração da Companhia e pelos auditores externos, são de opinião por unanimidade, que esses documentos refletem adequadamente a situação patrimonial, a posição financeira e as atividades desenvolvidas pela Companhia no período e reúnem condições de serem submetidos à apreciação e aprovação do Conselho de Administração e o seu encaminhamento à Assembleia Geral Ordinária, para deliberação pelos acionistas, nos termos da Lei das Sociedades por Ações.

São Paulo, 12 de maio de 2020.

CARLOS ROBERTO DE ALBUQUERQUE SÁ
Coordenador do Comitê

CARLOS ALBERTO JÚLIO
Membro do Comitê

EDUARDO AUGUSTO ROCHA POCETTI
Membro do Comitê

MARCELO MARCONDES LEITE DE SOUZA
Membro do Comitê



Declaração da Diretoria sobre as Demonstrações Financeiras

Os Diretores da Companhia Camil Alimentos S.A. declaram que reviram, discutiram e concordam com as demonstrações financeiras referentes ao exercício social encerrado 29 de fevereiro de 2020.

A Administração da Companhia aprovou e autorizou a publicação das demonstrações financeiras de 29 de fevereiro de 2020.

São Paulo, 12 de maio de 2020.

Luciano Maggi Quartiero
Diretor Presidente

Flavio Jardim Vargas
Diretor Financeiro, de Relações com Investidores e Tributário



Declaração da Diretoria sobre o Relatório do Auditor Independente

Os Diretores da Companhia Camil Alimentos S.A. declaram que reviram, discutiram e concordam com o Relatório do Auditor Independente emitido sobre as demonstrações financeiras referentes ao exercício social encerrado 29 de fevereiro de 2020.

São Paulo, 12 de maio de 2020.

Luciano Maggi Quartiero
Diretor Presidente

Flavio Jardim Vargas
Diretor Financeiro, de Relações com Investidores e Tributário



PROPOSTA DE ORÇAMENTO DE CAPITAL

Proposta da Administração para Orçamento de Capital para o Exercício de 2020

A Companhia apresenta a proposta de orçamento de capital para o exercício social de 1 de março de 2020 a 28 de fevereiro de 2021 para posterior aprovação em Assembleia Geral Ordinária no valor de R\$41.148.644,09 (quarenta e um milhões, cento e quarenta e oito mil, seiscentos e quarenta e quatro reais e nove centavos), aprovado pelo Conselho de Administração em reunião realizada em 12 de maio de 2020.

Fonte

Retenção de lucros relativos ao exercício social findo em 29 de fevereiro de 2020 (art. 196 da Lei n.º 6.404/1976).	R\$41.148.644,09
---	------------------

Aplicações

Investimento planejado para atendimento de compromissos da Companhia em vista da estratégia de crescimento em ampliação de capacidade produtiva e aperfeiçoamento de processos.	R\$41.148.644,09
---	------------------